

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO E HOSPITALIDADE
MESTRADO EM TURISMO E HOSPITALIDADE**

JULIANA BETEMPS VAZ DA SILVA

**SÍTIOS URBANOS TOMBADOS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS:
VULNERABILIDADES, RESILIÊNCIA E POSSIBILIDADES DE USO TURÍSTICO
EM SANTA TEREZA / RS**

**CAXIAS DO SUL - RS
2025**

JULIANA BETEMPS VAZ DA SILVA

**SÍTIOS URBANOS TOMBADOS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS:
VULNERABILIDADES, RESILIÊNCIA E POSSIBILIDADES DE USO TURÍSTICO
EM SANTA TEREZA / RS**

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade – Mestrado e Doutorado da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para obter o título de Mestre em Turismo e Hospitalidade. Orientador: Prof. Dr. Michel Bregolin

CAXIAS DO SUL - RS

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

S586s Silva, Juliana Betemps Vaz da
Sítios urbanos tombados e mudanças climáticas [recurso eletrônico] :
vulnerabilidades, resiliência e possibilidades de uso turístico em Santa Tereza
/ RS / Juliana Betemps Vaz da Silva. – 2025.
Dados eletrônicos.
Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de
Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, 2025.
Orientação: Michel Bregolin.
Modo de acesso: World Wide Web
Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>
1. Turismo - Santa Tereza, RS. 2. Patrimônio histórico. 3. Mudanças
climáticas. I. Bregolin, Michel, orient. II. Título.
CDU 2. ed.: 338.48(816.5)

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Carolina Machado Quadros - CRB 10/2236

JULIANA BETEMPS VAZ DA SILVA

**SÍTIOS URBANOS TOMBADOS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS:
VULNERABILIDADES, RESILIÊNCIA E POSSIBILIDADES DE USO TURÍSTICO
EM SANTA TEREZA / RS**

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade – Mestrado e Doutorado da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para obter o título de Mestre em Turismo e Hospitalidade. Orientador: Prof. Dr. Michel Bregolin

Aprovado em 15/08/2025

Banca Examinadora

Prof. Dr. Michel Bregolin (Orientador)
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dra. Jacqueline Maria Corá (UCS)

Prof. Dr. Roberto Radünz (UCS)

Prof. Dra. Cecilia Andrea Gutiérrez Vega (UACH)



Aos meus pais, que lançaram as sementes dos valores que me sustentam.

Ao meu companheiro de vida Luciano, com quem compartilho silêncios, caminhos e sonhos.

Às minhas filhas, Luana e Bibiana (nossa "artista"), poesia viva dos meus dias, essência do meu amor e razão do meu existir.

À Escaiola – Arquitetura Rara, materialização diária de um sonho profissional.

*“O patrimônio, sob suas diferentes formas (material ou imaterial, morto ou vivo) fornece o **húmus**, a terra fértil necessária ao desenvolvimento. O desenvolvimento não se faz "fora do solo". Suas raízes devem se nutrir dos numerosos materiais que, na sua maioria, estão presentes no patrimônio: o solo e a paisagem, a memória e os modos de vida dos habitantes, as construções, a produção de bens e de serviços adaptados às demandas e às necessidades das pessoas, etc.”*

Hugues de Varine

RESUMO

Santa Tereza é um município localizado no sul do Brasil, cujo centro urbano foi tombado em 2012 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O tombamento do núcleo urbano — composto por 57 casas de madeira e alvenaria — ocorreu pela integridade dos bens, que mantém quase intactas as características originais de seu traçado e, sobretudo, pelo grande valor da sua paisagem cultural. Este estudo se propõe a elencar as condições de ocupação do patrimônio tombado enquanto atrativo turístico, sua relação de preservação e conservação e sua condição de resiliência frente aos desafios impostos pelos severos eventos climáticos ocorridos em 2023 e 2024. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa exploratória a partir da análise compreensiva das características locais, do potencial de desenvolvimento sustentável do sítio urbano tombado e de manutenção da paisagem urbana. Os resultados demonstram que a incorporação de usos turísticos (e comunitários) às edificações tombadas — orientada pelo levantamento cadastral e pelo marco teórico dos Novos Usos — pode viabilizar financeiramente a conservação, fortalecendo o engajamento social e, sobretudo, elevando a resiliência territorial de Santa Tereza ao transformar o patrimônio em infraestrutura estratégica para o enfrentamento às mudanças climáticas.

PALAVRAS CHAVE: Patrimônio tombado, resiliência, turismo, destinos turísticos, Santa Tereza (RS).

ABSTRACT

Santa Tereza is a municipality located in the south region of Brazil, whose urban center was listed as a protected heritage site in 2012 by the National Institute of Historic and Artistic Heritage (IPHAN). The designation of the urban core — composed of 57 wooden and masonry houses — was based on the integrity of the assets, which retain almost all of their original layout features, and especially on the high value of its cultural landscape. This study aims to outline the conditions of occupation of the listed heritage as a tourist attraction, its relationship with preservation and conservation, and its resilience in face of the challenges posed by severe weather events that occurred in 2023 and 2024. To this end, an exploratory qualitative research was conducted through a comprehensive analysis of local characteristics, the sustainable development potential of the listed urban site, and the maintenance of the urban landscape. The results demonstrate that incorporating tourist (and community) uses into the protected buildings — guided by the cadastral survey and the theoretical framework of New Uses — can financially enable conservation efforts, strengthen social engagement, and, most importantly, enhance Santa Tereza's territorial resilience by transforming the heritage into strategic infrastructure to confront climate change.

KEYWORDS: Listed heritage, resilience, tourism, tourist destinations, Santa Tereza (RS).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Santa Tereza.....	39
Figura 2 - Vista geral de Santa Tereza.....	42
Figura 3 - Identificação das Áreas de Proteção	45
Figura 4 - Mosaico com as principais edificações tombadas em Santa Tereza.	46
Figura 5 - Mapa geral de Santa Tereza.....	48
Figura 6 - Limites do tombamento.....	48
Figura 7 - Imagem de Santa Tereza 2023.....	50
Figura 8 - Enchente maio 2024.	52
Figura 9 - Poligonal referente às edificações analisadas nesta pesquisa.	59
Figura 10 - Gráfico análise de usos atuais das edificações.	61
Figura 11 - Gráfico estado de conservação atual das edificações	62
Figura 12 - Gráfico estado de preservação atual das edificações.....	63
Figura 13 - Gráfico percentual de bens tombados atingidos pelas enchentes.	64
Figura 14 - Gráfico necessidade de intervenção nas edificações.	69
Figura 15 - Gráfico forças e fraquezas do patrimônio.	70
Figura 16 - Gráfico limitações do patrimônio.....	71
Figura 17 - Gráfico possíveis usos do patrimônio	72
Figura 18 - Print de tela sistema Adapta Brasil	76
Figura 19 - Mapa oficial inundação do Rio Taquari.	77
Figura 20 - Mancha de inundação, recorte centro urbano de Santa Tereza.	78
Figura 21 - Mapa enchentes 23/24 a partir de relatos orais	79
Figura 22 - Extrato Diário Oficial da União 02/01/2012	97
Figura 23 - Cont. extrato Diário Oficial da União 02/01/2012.....	97

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 PATRIMÔNIO CULTURAL	15
2.2 TOMBAMENTO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO.....	17
2.3 PATRIMÔNIO TOMBADO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO.....	20
2.4 SÍTIOS URBANOS TOMBADOS: RISCOS E RESILIÊNCIA EM UM CONTEXTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS.....	24
2.4.1 Redução do Risco de Desastres (RRD)	26
2.4.2 Conceito de resiliência, contextos de aplicação e relação com o turismo	29
2.4.2.1 Resiliência Institucional.....	30
2.4.2.2 Resiliência Estrutural	31
2.4.2.3 Resiliência Territorial	32
2.4.2.4 Resiliência no setor de turismo	34
3. PERCURSO METODOLÓGICO	36
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	36
3.2 CASO DE ESTUDO: SÍTIO URBANO TOMBADO DE SANTA TEREZA (RS)	39
3.2.1 O município de Santa Tereza	39
3.2.2 Tombamento de Santa Tereza	42
3.2.3 O Rio Taquari e as enchentes em Santa Tereza	48
3.3 COLETA DE DADOS.....	52
3.3.1 Atualização das fichas IPHAN	52
3.3.2 Fichas de Novos Usos.....	54
4. ANÁLISE INTEGRADA DOS RESULTADOS E PROPOSIÇÕES	58

4.1	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	58
4.1.1	Levantamento e atualização de dados no sítio tombado:	58
4.1.2	Análise de potenciais Novos Usos.....	66
4.1.3	Gestão de riscos em Santa Tereza	73
4.1.4	Resiliência e atuações institucionais	79
4.2	ANÁLISE INTEGRADA DOS RESULTADOS E PROPOSIÇÕES	81
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
6.	REFERÊNCIAS	89
7.	APÊNDICE	95
8.	ANEXOS.....	97
8.1	ANEXO 1: PORTARIA DE TOMBAMENTO SANTA TEREZA	97
8.2	ANEXO 2: FICHAS IPHAN	98
8.3	ANEXO 3: FICHAS DE ANÁLISE DE NOVOS USOS	192

1. INTRODUÇÃO

A decisão de realizar uma pós-graduação em nível de mestrado, depois de vinte anos de trajetória profissional, traz consigo desafios que extrapolam os pressupostos inerentes ao próprio curso. Há um agravante particular no que tange à “inércia acadêmica” da pesquisadora. No entanto, do lado oposto à dificuldade de tradução do conhecimento cotidiano em pesquisa científica, há um acúmulo de experiência profissional que traz consigo sua bagagem prática, seu conhecimento, seus acertos, seus erros, suas dúvidas e contradições...

E é esse o lugar de fala desta pesquisa que está diretamente ligada à trajetória pessoal e profissional da autora, natural de Pelotas, formada em Arquitetura e Urbanismo em 2001 pela Universidade Federal de Pelotas, a quem o amor pelo patrimônio despertou desde os primeiros passos da formação, sendo hoje parte de sua existência.

Com uma trajetória profissional durante a qual atuou no desenvolvimento de diversos projetos de restauro arquitetônico de bens tombados com caráter turístico, inventários de patrimônio cultural, atividades de educação patrimonial e documentários sobre essa temática, foi identificando ao longo dos anos (e dos projetos) a ligação cada vez mais clara entre a preservação do patrimônio e o potencial turístico.

Nesse sentido, compreende que, ao contrário dos grandes centros europeus, nos quais se tem visto a degradação do patrimônio pelo uso massivo do turismo, o cenário é o oposto no Rio Grande do Sul. O patrimônio se perde pela falta de conservação e uso, e a atividade turística - que tem sido uma das únicas possibilidades de sustentabilidade financeira destes bens - é nada ou pouco desenvolvida. Nisso se identifica que um cenário ideal vislumbra um equilíbrio entre o pouco uso dos bens e o excessivo; ou seja, um ponto de equilíbrio entre os cenários gaúcho e europeu.

Diante disso, este trabalho teve como proposta inicial discutir as possibilidades de alavancar o desenvolvimento local a partir do turismo no centro histórico do município de Santa Tereza, localizado na Serra Gaúcha e reconhecido como Patrimônio Histórico Nacional. Entretanto, ao longo do período de realização da pesquisa, o município foi atingido por quatro eventos de enchente, fato que provocou

a ampliação do escopo do estudo. Assim, passou-se a incorporar a discussão sobre os riscos ao patrimônio cultural decorrentes de eventos extremos associados às mudanças climáticas, bem como o conceito de resiliência.

No caso de Santa Tereza, os impactos gerados por esses eventos extrapolaram os prejuízos materiais. Setores estratégicos para a economia local como a agricultura, o comércio e o turismo foram severamente afetados. A atividade turística, associada ao patrimônio natural e cultural do município, enfrentou restrições devido à destruição de acessos. Após a enchente de setembro de 2023, dos 57 imóveis que compõem o Centro Histórico do município, 23 foram danificados, mas nenhuma residência histórica foi completamente destruída. Já a enchente de novembro de 2023 destruiu a ponte pênsil de 1917 e o moinho Valduga, que contribuiu significativamente para a economia local e da região na década de 1920. Esses exemplos evidenciam as significativas perdas patrimoniais relacionadas com os eventos hidro meteorológicos ocorridos no município.

Tais situações demonstram a vulnerabilidade do patrimônio edificado, cuja localização em áreas suscetíveis (cotas topográficas inundáveis) torna os bens culturais ainda mais expostos a riscos. Muitos dos imóveis históricos abrigam instituições públicas, estabelecimentos comerciais e residências, compondo o núcleo urbano protegido por tombamento federal. Essa condição exige o cumprimento de normas específicas de conservação, uso e restauro, reguladas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Contudo, a ausência de diretrizes explícitas voltadas ao patrimônio cultural em planos nacionais de contingência, levanta questionamentos sobre a integração das dimensões de uso referentes à moradia e à cultura no planejamento de gestão de riscos — uma vez que a fixação da população no local é parte da estratégia de preservação e resiliência.

Diante disso, e frente a recorrência dos episódios de enchentes em Santa Tereza em um curto intervalo temporal, emergiram reflexões sobre a necessidade de incorporar a análise de aspectos relacionados com a resiliência territorial e a gestão de riscos de desastres sobre o patrimônio tombado, conforme se justifica à seguir.

O dia a dia de quem trabalha com patrimônio histórico no Brasil é repleto de dificuldades, obstáculos, descréditos. Uma avalanche de empecilhos parece justificar o “não fazer”, o “esquece isso”, o “não tem como, não é viável”. A todo o momento é necessário provar que é possível, que é rentável, que é necessário. Não que se tenha todas estas certezas, mas há uma convicção quanto à necessidade de preservação

da história enquanto elemento enriquecedor da cultura e do conhecimento de um povo sobre si mesmo. Depois de longa trajetória profissional ligada às temáticas que envolvem as convicções, decisões, dúvidas e dificuldades relativas à preservação e restauração do patrimônio edificado na Serra Gaúcha, a escolha do tema de pesquisa não poderia estar distante da busca de algumas respostas para essas contradições. Algumas, porque certamente o assunto que atravessa séculos de discussões, não finda no término deste trabalho.

Do ponto de vista acadêmico, percebe-se o engajamento de diversos pesquisadores que aprofundam as questões teóricas essenciais para a base desta discussão, inclusive com alguns deles sendo apresentados no referencial teórico desta pesquisa. Contudo, se percebe também uma lacuna no que tange à prática de análise prévia (individual e em conjunto) para posterior planejamento de ocupação dos bens tombados em sítios urbanos.

Desde uma perspectiva social, nota-se a divisão de opiniões entre os moradores em relação ao orgulho e pertencimento ao patrimônio cultural que lhes é atribuído. Nesse contexto, esta pesquisa pretende auxiliar nos processos de análise dos bens e no planejamento do seu uso turístico, visto que a gestão municipal, por meio de seu Plano Diretor, determina o regramento e características inerentes e desejadas à configuração urbana, trazendo em seu texto o intuito de “consolidar o município de Santa Tereza como centro turístico e histórico, sede de atividades produtivas e geradores de emprego e renda.”(Município de Santa Tereza, 2019).

Esta aspiração contida na legislação, e decorrente de estudos prévios mostra-se coerente com os aspectos percebidos na localidade e com o desejo de preservação dos bens e o orgulho de expô-los como troféus aos visitantes. Neste mesmo documento, em outro trecho, percebe-se o total comprometimento do município com o propósito de conservação, ao estabelecer, como uma das ações para o turismo, o ato de “restaurar o centro histórico obedecendo, regras estabelecidas pelo órgão competente e Plano Diretor, incentivando o proprietário através de redução de taxas e instrumentos do Estatuto da Cidade.” (Município De Santa Tereza, 2019)

Diante dessas justificativas, e visando colaborar com essa aspiração, esta pesquisa buscou analisar os possíveis usos para ocupação (turística ou não) dos bens tombados para, a partir disso, apresentar proposições de ordem prática à implementação de um desenvolvimento local baseado numa atividade turística sustentável.

São muitas as reflexões e escolhas quando se trata do patrimônio edificado: entre a preservação das construções históricas ou o “avanço” às construções contemporâneas; entre o crescimento econômico ou a restrição a ele (sim, inúmeros são os agentes que defendem esta posição); entre ceder à especulação imobiliária ou sustentar a decisão de preservação dos exemplares históricos, entre outros tantos questionamentos. Além disso, quem são os agentes responsáveis pelos investimentos nos processos de restauração e conservação dos bens tombados? Muitas vezes os proprietários dos imóveis protegidos por lei são fadados a carregar este peso da preservação, sem qualquer incentivo do estado, mesmo que a possibilidade de investimentos de recursos públicos para a conservação da coisa tombada conste no artigo 19 do Decreto Lei 25/1937¹, que assim aborda esta situação:

Art. 19. O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que fôr avaliado o dano sofrido pela mesma coisa. (BRASIL, 1937) (sic)

Nesse quadro, a seguinte questão orientou a pesquisa: Quais são as possibilidades e vulnerabilidades para o uso turístico do sítio urbano tombado de Santa Tereza - RS num contexto de riscos decorrentes de mudanças climáticas?

Essa vulnerabilidade evidencia que a preservação do patrimônio não pode ser dissociada da paisagem que o contextualiza, como destaca o IPHAN (2008). “A preservação do patrimônio cultural em Santa Tereza é um problema de preservação de paisagem urbana, natural e cultural. e não pode ser examinada de modo isolado do ponto de vista dos bens tombados.” Nessa perspectiva, o entorno passa a ser compreendido como parte constitutiva do próprio bem cultural, condição que reforça a dimensão relacional do patrimônio: “Sem a paisagem de entorno, o acervo tombado perde não apenas em importância, mas em significado também. (IPHAN, 2008)

Partindo dessa questão de pesquisa, o objetivo geral deste estudo foi identificar aspectos patrimoniais relevantes e restrições existentes para viabilizar o uso turístico

¹ O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, é considerado um marco legal pioneiro na América Latina em termos de proteção do patrimônio cultural. Ele permanece em vigor até hoje, sendo a espinha dorsal da política patrimonial brasileira, mesmo com o advento da Constituição de 1988 e de novas leis de patrimônio. É o instrumento jurídico que criou as bases para a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) — então denominado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado pelo Decreto-Lei nº 25/1937.

de sítios urbanos tombados num contexto de mudanças climáticas tendo por base o estudo de caso de Santa Tereza – RS. A partir desse objetivo foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) descrever o Sítio Urbano Tombado de Santa Tereza – RS
- b) apurar o estado de conservação e manutenção do patrimônio edificado tombado pelo IPHAN em Santa Tereza - RS;
- c) avaliar as potencialidades dos imóveis tombados de Santa Tereza para a ampliação da oferta turística, de maneira individual e em possíveis articulações enquanto conjunto, considerando elementos construtivos, urbanísticos, históricos e legais de conservação, de uso, de gestão e de riscos ambientais associados às mudanças climáticas.

Perseguindo esses objetivos, esta dissertação de mestrado está organizada em capítulos e seções que, além da introdução, compreendem: o referencial teórico, no qual se apresentam os principais subsídios conceituais que fundamentam a discussão sobre turismo, patrimônio e resiliência; o percurso metodológico, que caracteriza a pesquisa e apresenta o caso de estudo – o município de Santa Tereza/RS –, abordando seu tombamento em nível nacional, as possibilidades de uso turístico e o planejamento enquanto território resiliente; a análise integrada dos resultados e proposições, em que são sistematizados e interpretados os dados obtidos, bem como apresentadas as diretrizes e proposições decorrentes do estudo; as considerações finais, que sintetizam os principais achados e apontam limites e desdobramentos possíveis da pesquisa; as referências bibliográficas e documentais, consultadas ao longo do trabalho; e, por fim, os apêndices e anexos, que reúnem os instrumentos e materiais complementares utilizados, incluindo as fichas que serviram de base para a coleta e a análise dos dados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta pesquisa inicia com a revisão bibliográfica dos conceitos pertinentes ao objeto, bem como, com a discussão e articulação dos pontos de vista de diferentes autores. Para tanto, busca-se a aproximação do tema de pesquisa com diferentes olhares, e ao trazer estas abordagens, evidenciando a construção da base teórica que orientou o estudo.

2.1 PATRIMÔNIO CULTURAL

O significado de patrimônio na língua portuguesa necessariamente perpassa às questões de posses e heranças. Segundo *Oxford Languages* (2023), ele é o “conjunto dos bens, direitos e obrigações economicamente apreciáveis, pertencentes a uma pessoa ou a uma empresa; herança familiar; conjunto dos bens familiares; riqueza, preciosidade; bem ou conjunto de bens naturais ou culturais de importância reconhecida, que passa(m) por um processo de tombamento para que seja(m) protegido(s) e preservado(s).” Nesse sentido, observa-se que, em última análise, o próprio dicionário faz referência ao patrimônio como cultural, diferentemente de outros tempos. (Oxford Languages, 2023)

Na construção teórica acerca do tema, diversos autores apresentam seu entendimento, assim como fez Françoise Choay em *A Alegoria do Patrimônio* (2017):

Esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito "nômade", ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante. (Choay, 2017, p. 11)

As origens dessa consciência da ‘existência do patrimônio’ como algo a ser preservado estão situadas na Europa muito antes da sua regulamentação no Brasil. Nessa trajetória destaca-se a criação, na França em 1837, da primeira Comissão dos Monumentos Históricos, a qual reconhecia três grandes categorias de monumentos históricos: os remanescentes da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos (Choay, 2017). Mais tarde este conceito foi ampliado, assim como o número de exemplares reconhecidos.

No Brasil, os instrumentos oficiais de proteção ao patrimônio nacional surgiram um século depois, em 1937, sendo regulamentados pelo Decreto Lei 25, que em seu artigo 1º apresenta a conceituação de *patrimônio* como sendo:

(...) o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (Brasil, 1937).

Assim como na Europa, no Brasil também ocorreu um amadurecimento sobre o tema, o que se refletiu na ampliação do conceito de patrimônio na Constituição Federal de 1988, onde o termo 'Patrimônio Cultural Brasileiro' passou a constar em substituição à nomenclatura de 'Patrimônio Histórico e Artístico' presente na legislação de 1937. Com isso, conforme artigo 216 da Constituição Federal, "constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" (Brasil, 1988).

Discutindo essa ampliação de conceito, Rodrigues (2009), registrou que:

O conceito de patrimônio, no entanto, transformou-se. Substituiu-se o termo histórico-arquitetônico por cultural, abrangendo agora manifestações intangíveis. A proteção não se pauta pela perseguição de símbolos da identidade nacional, mas sim da memória da sociedade. A menção a direitos culturais, parte dos direitos da cidadania, acaba por definir amplamente a finalidade da proteção aos bens culturais (Rodrigues, 2009, p.1).

Assumindo essa perspectiva, a noção de patrimônio que regeu esta pesquisa, surge quando o indivíduo (ou grupo de indivíduos) reconhece como seu um objeto ou grupo de objetos. Essa concepção traz embutida a ideia de apropriação pelos indivíduos e sugere que este patrimônio possui valor, apreço individual ou social de caráter histórico (Bitencourt *et al.*, 2015), se tratando de "um bem destinado ao usufruto de uma comunidade, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum" (Choay, 2017).

Nesse contexto, o patrimônio depende do passado, conta a sua história e nos traz até o presente, sendo objeto de interesses coletivos que podem ser expressos nos planos local, nacional e até mundial (Benhamou, 2016). No entanto, segundo Varine (2013), ele é:

(...) antes de tudo, local (...). Seu uso principal é reservado a seus detentores, proprietários no sentido jurídico, municipalidade, no sentido político e comunidade de vizinhança no sentido moral e cultural. Sua gestão deve, assim, ser o fruto de cooperação entre os atores do território, mesmo se ela se traduz por vezes em conflitos e rupturas (Varine, 2013, p. 229).

Diante disso, um dos adjetivos que requalifica o patrimônio, enquanto conceito nômade (Choay, 2017) é o de 'cultural'. Assim, patrimônio cultural é uma construção social que depende daquilo que um determinado grupo humano, em dado momento, considera digno de ser legado às gerações futuras (Bitencourt *et al*, 2015).

Já quando se trata de patrimônio cultural edificado, se identifica nele um elemento indispensável para delimitar um território constituindo, juntamente com a geografia e a história, um critério de coerência e de existência de uma comunidade humana (Varine, 2013).

Nesse contexto, observa-se que a noção de patrimônio cultural, embora construída socialmente e enraizada em dinâmicas locais (Bitencourt *et al*, 2015; Varine, 2013), passou a ser progressivamente moldada por referências universais. Como aponta Choay (2017), a mundialização dos valores e das práticas patrimoniais, ancorada em modelos ocidentais, foi consolidada por instrumentos internacionais como a Convenção da Unesco de 1972, que consagrou o paradigma do patrimônio cultural de valor universal.

A mundialização dos valores e das referências ocidentais contribuiu para a expansão ecumênica das práticas patrimoniais. Essa expansão pode ser simbolizada pela Convenção relativa à proteção do patrimônio mundial cultural e natural, adotada em 1972 pela Assembleia Geral da Unesco. Esse texto baseava o conceito de patrimônio cultural universal no de monumento histórico - monumentos, conjuntos de edifícios, sítios arqueológicos ou conjuntos que apresentem 'um valor universal excepcional do ponto de vista da história da arte ou da ciência'. Estava assim proclamada a universalidade do sistema ocidental de pensamento e de valores quanto a esse tema (Choay, 2017, p. 207).

A partir da apresentação das bases de entendimento de patrimônio cultural adotadas, passa-se a analisar as formas de proteção, conservação e perpetuação deste patrimônio entre as gerações.

2.2 TOMBAMENTO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

No Brasil o tombamento é um instrumento jurídico instituído pelo Decreto Lei 25 de 1937, o qual foi reforçado e ampliado pela Constituição Federal de 1988 a fim de impor a preservação de bens materiais e imateriais, públicos ou privados, aos quais se atribui valor cultural para a comunidade na qual estão inseridos. Como explica Braga (2016), ele se constitui em:

(...) ato de reconhecimento legal e público do valor de patrimônio histórico, artístico e cultural de um determinado monumento, geralmente material, a fim de protegê-lo da degradação ou destruição em um regime jurídico especial de propriedade considerando sua “função social”. (...) Muitos Estados-Nacionais possuem legislações de reconhecimento e proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural baseadas no instrumento do tombamento (Braga, 2016, s.p.).

Esse termo *tombamento* utilizado no Brasil como referência, tem sua origem etimológica referenciada pela Torre do Tombo, no Castelo de São Jorge em Lisboa, local onde são guardados e conservados documentos históricos importantes de Portugal. Apesar disso, seu uso ocorre somente no Brasil, sendo utilizado naquele país o termo *classificação*.

Além do tombamento, também existem outros instrumentos que igualmente validam a necessidade e/ou obrigatoriedade de proteção ao patrimônio, tais como: inventários, registros, vigilância, desapropriação, entre outras formas de acatamento e preservação, conforme §1º do art. 216 da Constituição Federal (1988). Essa diversidade de instrumentos encontra respaldo na CF de 1988, que, em seu §1º do art. 216, prevê diferentes formas de acatamento e preservação do patrimônio cultural, como os inventários, registros, vigilância e desapropriação. Nesse sentido, Rabello (2015) observa:

A multiplicidade da tipologia dos bens culturais poderá implicar o uso também diversificado dos instrumentos jurídicos de preservação; e a aplicação diferenciada desses instrumentos jurídicos também acarretará formas e efeitos diferenciados de preservação (Rabello, 2015, p. 5).

Os pedidos de proteção de patrimônio podem ser realizados pelos proprietários, pela sociedade civil (organizada ou não, pessoas físicas, associações) ou pelo ente público, que neste caso, também é responsável pelos trâmites legais. Deverão ser precedidos da instrução de tombamento, uma espécie de dossiê que descreve o bem e qualifica seu caráter patrimonial, sendo elaborado por peritos da área (historiadores, arquitetos, arqueólogos, etc). Neste caso, o Estado tem o papel

do reconhecimento do caráter público do bem histórico, bem como de compensar falhas de mercado, como descrito por Benhamou (2016):

A noção de bem sob tutela proposta por Musgrave (1959) refere-se a esses bens cuja utilidade é superior à que os indivíduos percebem a seu respeito. O Estado corrige essa incapacidade que se traduz por falhas de mercado: o indivíduo pouco consciente do bem-estar proveniente do consumo do patrimônio recusa-se a financiá-lo à altura do que seria necessário, e o Estado compensa essa insuficiência a fim de evitar o risco de subprodução e de submanutenção induzidas por essa falha (Benhamou, 2016, p. 92).

Mesmo em face da importância do patrimônio reconhecido pelo estado, não há unanimidade em relação às percepções contra ou a favor da preservação entre cidadãos atingidos pelos atos de tombamento. Nesse processo, argumentos como “impedimento da modernização” e a suposta perda de valor imobiliário estão no topo da lista de descontentamentos. Como bem observa Machado (2009), entre os principais argumentos contrários à preservação se destacam a percepção de entrave à modernização e a alegada desvalorização imobiliária, pois muitos proprietários veem o tombamento como uma limitação onerosa ao exercício do direito de propriedade.

Além desses, diversos outros fatores podem contribuir para a desaprovação da obrigação da conservação, inclusive por lindeiros que automaticamente precisam manter as características pela relação de entorno com o bem tombado, situação também abordada por Benhamou (2016). Nas suas palavras:

Contrastam os interesses dos proprietários de edifícios tombados com os dos proprietários vizinhos. Os primeiros não têm forçosamente interesse num tombamento que diminui as possibilidades de transformação do bem, e os segundos percebem no tombamento uma fonte de preservação do entorno urbano de sua propriedade, sem que venham a sofrer restrições tão importantes quanto as que afetam a propriedade tombada (Benhamou, 2016, p. 102).

Nesse quadro, em contrapartida, “se o patrimônio é considerado como apoio para a memória social, um dos valores fundamentais a serem considerados, sem dúvida, será a presença de seus habitantes” (Waisman, 2013) pois havendo o esvaziamento do local ou centro histórico ele naturalmente será condenado ao abandono e arruinamento.

Diante disso, numa situação ideal, é imprescindível incentivar a capacidade de identificação e apropriação por parte do grupo social, o qual passa a ser concebido

como protagonista de qualquer operação a ser empreendida, com o tratamento do patrimônio tendendo a fixar a população, evitando a todo custo sua expulsão. (Waisman, 2013).

Emerge com isso a necessidade de adoção de estratégias de sensibilização para a importância e conservação dos bens culturais, como defendem Murta e Albano (2002) defendem: “É tempo de consolidar entre nós a prática da interpretação do patrimônio para propiciar o desenvolvimento cultural das comunidades e fortalecer o turismo sustentável” (Murta; Albano, 2002).

Essa perspectiva dos autores dialoga com as reflexões de Choay (2017):

(...)tendo se tornado patrimônios históricos de pleno direito, os centros e os bairros históricos antigos oferecem atualmente uma imagem privilegiada, sintética e de certa forma magnificada, das dificuldades e contradições com as quais se confrontam a valorização do patrimônio arquitetônico em geral, e em especial sua reutilização ou, em outras palavras, sua integração na vida contemporânea (Choay, 2017, p. 221).

Por conta disso, as ações de tombamento visam a garantia da permanência dos bens entre as gerações, apoiando a preservação e/ou conservação do patrimônio cultural, ações que dependem de intervenções preventivas ou corretivas para garantir a perenidade dos elementos construtivos originais, conforme for seu maior ou menor grau de comprometimento. Frente a esse cenário, inúmeras são as possibilidades de interpretação das orientações trazidas nas consagradas cartas patrimoniais² que, assim como os conceitos apresentados anteriormente, também foram evoluindo (ou não) ao longo do tempo, a depender do olhar de cada agente envolvido no processo.

2.3 PATRIMÔNIO TOMBADO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

O conceito de turismo é bastante abrangente e diverso entre os pesquisadores, situação possivelmente decorrente da multiplicidade disciplinar que aborda. Por isso Pakmam (2022) comenta que:

Todo pesquisador do turismo defronta-se com uma dificuldade inicial: esclarecer, para si e para os leitores, o conceito de turismo. O que mal se entende, pior se explica. Aliás, mais do que explicações, assiste-se a uma

² Geralmente elaboradas em congressos ou reuniões técnicas, as Cartas Patrimoniais são produtos resultantes destes encontros que expressam a ideologia daqueles que, ao longo do tempo, se preocuparam com a salvaguarda e a preservação dos bens culturais da humanidade (Oliveira, 2007).

sucessão de citações avulsas, raramente há conceitualizações baseadas em critérios (Pakman, 2022, s.p.).

Entendeu-se adequado no contexto desta pesquisa, considerando sua forte interface com legislações e regulamentações estabelecidas por órgãos públicos, abordar conceitos de turismo propostos pela ONU TURISMO pois as suas diretrizes influenciam as políticas públicas dos países membros, entre eles o Brasil. Também neste caso foi percebida uma ampliação do escopo do conceito ao longo dos anos, refletindo maior abrangência disciplinar.

Um marco dessa evolução ocorre em 2008, quando essa instituição passou a adotar um enfoque de turismo diferente do que apresentava anteriormente. Com isso, incorporou assim uma perspectiva mais conceitual e abrangente que considera a complexidade desse fenômeno. Nesse momento, essa entidade assim definiu o turismo: “é um fenômeno social, cultural e econômico, que envolve o movimento de pessoas para lugares fora de seu local de residência habitual, geralmente por prazer” (Naciones Unidas/UNWTO, s/d, p.1).

Mesmo sendo pouco difundida, esta formulação marcou uma nova fase no entendimento do turismo pela OMT segundo Pakman (2022), pois ela identificava uma relação intrínseca entre turismo e cultura. Nela se assume o enriquecimento cultural como motivação de quem viaja, situação presente em registros antigos de deslocamentos, que se notabilizam, sobretudo, em meados do século XVIII, quando a cultura aparece como motivação principal das viagens denominadas *grand tours*, situação similar ao que na atualidade é identificado sob a denominação de Turismo Cultural (Ministério do Turismo - Brasil, 2021).

Entendido como um segmento, o Turismo Cultural caracteriza-se por ter como motivação principal dos turistas a descoberta de lugares, paisagens, sociedades e patrimônios locais (Varine, 2013) compreendendo, segundo o Ministério do Turismo (2021), “as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (Brasil, 2021). Tal motivação ganha profundidade diante das transformações socioculturais recentes que impulsionam a valorização de culturas autênticas como resposta à crise de paradigmas do presente, como já havia sido destacado por Barreto (2007):

As mudanças na visão que se tinha do turismo em relação à cultura também estão relacionadas à atual crise de paradigmas deste início de século. As

certezas, os valores familiares, os ideais políticos estão se desintegrando, o que leva as pessoas a tentar buscar exemplos em culturas que se mantêm com valores, tradições e identidades pretéritos. Isso tem levado a que muitos viajantes contemporâneos, ao contrário dos turistas dos anos 1950, desejem saber como vive esse "outro", numa busca por uma espécie de paraíso perdido com o desmoronamento da ética que marca o tempo presente. Essa busca por parte de certo tipo de turistas, que não se enquadram no padrão das massas, levou a que muitas comunidades se organizassem para oferecer um produto turístico que mantivesse ou revivesse características autóctones, fazendo com que o turismo, que antes era visto como destruidor de culturas, passasse a ser visto como impulsor de sua revitalização (Barretto, 2007, p.28).

Nesse processo, um crescente número de visitantes é percebido em sítios históricos, desde os anos 1970, o que vem levando governos, empresários e comunidades locais a promoverem seu patrimônio como recurso educacional e de desenvolvimento turístico (Murta; Albano, 2002).

Frente a isso, há a necessidade de encontrar alternativas de desenvolvimento turístico compatíveis com os valores patrimoniais desses sítios urbanos tombados, como conclamam Murta e Albano (2022):

O turismo como prática econômica precisa, no entanto, encontrar formas mais respeitosas de se inserir no cotidiano das comunidades receptoras. É fundamental que os investimentos sejam adequados à vocação do lugar, possibilitando à população participar e usufruir de seus resultados (Murta; Albano, 2002, p.10).

Nesse quadro, o Turismo Patrimonial se destaca como uma segmentação do Turismo Cultural que promove a mercantilização do patrimônio histórico-cultural, material ou imaterial, no atendimento às demandas de viajantes motivados e direcionados ao consumo da oferta de passado presente no legado patrimonial (Figueira, 2019). Todavia, para que essa dinâmica não reduza o patrimônio a uma mercadoria dissociada de seus significados sociais, é fundamental considerar os valores, as identidades e as perspectivas da população local, de modo que o desenvolvimento do turismo ocorra de forma harmoniosa com o contexto que o acolhe.

Abordando essa situação, Varine (2013) apresenta a tríade território – patrimônio – população como um modelo teórico que fundamenta a legitimidade das estratégias de desenvolvimento, ao mesmo tempo que permite a participação comunitária nas definições das estratégias e suas ações. Considerando ainda que o desenvolvimento local é um fator de mudanças, e que toda a mudança é, de certa

forma, perturbadora, a comunidade deve estar em condições de controlar essas mudanças.

Nesse caso, o patrimônio é o elemento de estabilidade e continuidade que vai contrabalançar os efeitos da mudança, sendo que para isso ele deve ser dinâmico e seu próprio testemunho, pois mudança não quer dizer necessariamente alteração física, podendo representar uma nova interpretação ou um novo uso. Nas palavras desse autor:

O desenvolvimento local é um processo voluntário de domínio da mudança cultural, social e econômica, enraizado no patrimônio vivido, nutrindo-se deste patrimônio e produzindo patrimônio. O patrimônio (...) é um recurso local que só encontra sua razão de ser em sua integração nas dinâmicas de desenvolvimento. Ele é herdado, transformado, produzido e transmitido de geração em geração. Ele pertence ao futuro (Varine, 2013, p.21).

Nesse cenário cabe observar, no entanto, que o rótulo patrimonial atribuído pelo ato de tombamento não será por si um fator de aumento de arrecadação ou de mudanças econômicas pois, “a valorização do patrimônio gera rendimentos, mas a polarização sobre o turismo pode resultar desfavorável para os locais”(Benhamou, 2016).

Sobre isso, esse autor relata problemas potenciais como a alta do preço da propriedade fundiária, corrupção, desigualdades, além de casos em que o patrimônio é ‘sequestrado’ por indivíduos ou empresas que procuram obter mais benefícios próprios do que contribuir para as atividades locais. Segundo ele: “o efeito multiplicador pode gerar benefícios fora da região quando as infraestruturas de acolhimento não são propriedade das populações locais” (Benhamou, 2016).

Ao se considerarem tantas variáveis e possibilidades para o desenvolvimento relacionado ao uso do patrimônio tombado, cabe retomar Waisman (2013) com suas duas propostas de projetos distintas, as quais explicariam o sucesso ou o fracasso de um empreendimento.

Se o patrimônio é considerado como apoio para a memória social, um dos valores fundamentais a serem considerados, sem dúvida, será a presença de seus habitantes. Ao colocar em primeiro plano a capacidade de identificação e apropriação por parte do grupo social, esse grupo passa a ser concebido como protagonista de qualquer operação a ser empreendida: **o tratamento do patrimônio tenderá a fixar a população**, evitando a todo custo sua expulsão. Por outro lado, ao afirmar a continuidade histórica da construção do entorno, tende-se a resistir ao sentimento de provisoriedade, de descontinuidade, de anonimato, todos fatores de ausência de enraizamento

cultural. Por outro lado, contudo, ao considerar os habitantes como parte fundamental do patrimônio cultural, compromete-se o reconhecimento da necessidade de mudança, de adaptação de edifícios e áreas urbanas a novas necessidades, novos hábitos, transformações funcionais da cidade etc. Por isso, o congelamento de situações edificadas ou urbanas não pode ser a meta da preservação, colocando-se a necessidade de encontrar, para cada caso, a solução que permita o delicado equilíbrio entre preservação da identidade e mudanças. (...) A adoção de um ou outro projeto depende da ideologia predominante nas esferas de decisão, do grau de consciência que estas - e a própria população - têm do que é necessário para a sociedade em que atuam, e da interpretação de tais necessidades (Waisman, 2013, p.187, grifo meu).

Nesse contexto, percebe-se que o fomento ao turismo cultural, articulado à proteção do patrimônio edificado, pode se constituir em vetor estratégico para dinamizar a economia de Santa Tereza e, concomitantemente, fortalecer o sentimento de pertencimento que sustenta a fixação da população local. Todavia, a permanência desses ganhos requer reconhecer que o patrimônio — enquanto suporte material dessa identidade — está exposto progressivamente aos efeitos das mudanças climáticas.

2.4 SÍTIOS URBANOS TOMBADOS: RISCOS E RESILIÊNCIA EM UM CONTEXTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Considerando que a participação e a permanência da população são fatores imprescindíveis para a conservação do patrimônio cultural, e que o atual contexto ambiental global tem intensificado a ocorrência de eventos climáticos extremos que ameaçam esses bens, destaca-se que, no caso de Santa Tereza/RS, foram registradas quatro enchentes no período de oito meses (Jornal Pioneiro, 2024). Tal cenário evidencia a necessidade de adoção de estratégias de prevenção e de fortalecimento da resiliência do patrimônio cultural, conforme já alertava o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2020).

Diante disso, foi necessário ampliar o escopo original da pesquisa, introduzindo em sua análise conceitos relacionados com as mudanças climáticas, eventos ambientais extremos, resiliência e participação dos cidadãos na implementação de estratégias de resiliência urbana e de destinos turísticos.

Nesse quadro, se destaca a análise realizada por Souza e Yoshida (2019), os quais sugerem que esse contexto é um reconhecimento da incapacidade humana em sua relação com a sustentabilidade. Para eles, a distribuição desigual de recursos e a

omissão dos estados faz com que as demandas socioambientais não sejam respeitadas, ocasionando um ciclo de descompromisso que reflete diretamente em uma sociedade mais vulnerável, que se vê infortunadamente envolvida com os reflexos da falta de ação dos agentes responsáveis frente aos efeitos nítidos e irreparáveis das mudanças climáticas sobre o meio ambiente e as comunidades atingidas, ampliando disparidades sociais e econômicas.

Ainda segundo os autores, é evidente que eventos climáticos extremos continuarão ocorrendo na falta de políticas ambientais eficazes e sistemáticas, com os impactos negativos sendo prejudiciais às pessoas menos favorecidas. Também, que a ausência de políticas igualitárias impede que esses agentes da sociedade possam se adaptar para mitigar efeitos desses eventos nas suas vidas.

Ainda segundo os autores, há com a distribuição desigual de recursos e a inexistência de Estados justos e redistributivos, uma maior dificuldade dos homens em interagir mutuamente para atenderem as demandas socioambientais globais contemporâneas. Essa situação se concretiza porque a perpetuação das desigualdades e exposições dos povos e ecossistemas vulneráveis à experimentação direta dos riscos socioambientais causa perdas irreparáveis ao meio ambiente, validando uma desordem mundial sem vocação para a sustentabilidade, desestabilizando estruturas de liberdades públicas e impactando todos os povos, especialmente, os vulneráveis (Souza, Yoshida, 2019).

Além da vulnerabilidade humana, cada vez mais ameaçada em contextos suscetíveis, os bens patrimoniais também se mostram expostos a riscos nesse sentido. O patrimônio, no caso, natural ou cultural além de ser impactado pelas transformações impostas pelo tempo, também se mostra exposto às deteriorações causadas por eventos climáticos como deslizamentos de terras e inundações.

Por isso, frente a essa crescente exposição à vulnerabilidade climática observada na contemporaneidade, verifica-se premente a promoção do acesso a informações qualificadas, a instrumentos adequados e a ações estruturadas e voltadas para a proteção da sociedade. Nisso, o provimento de recursos e de oportunidades que visem à mitigação dos riscos associados às mudanças climáticas contribui significativamente para a formulação e implementação de diretrizes orientadas ao gerenciamento e à execução de procedimentos que possam aprimorar a capacidade institucional de resposta do Estado perante eventos extremos (Pelling, 2011; IPCC, 2022).

Nesse processo a participação ativa da população se revela essencial tanto para fomentar a sensibilização acerca da temática quanto para ampliar a compreensão sobre possíveis impactos socioambientais aos quais as comunidades estão sujeitas. Como destacam Cutter *et al.* (2008), o engajamento comunitário é um componente chave na construção da resiliência, pois ele fortalece a coesão social e favorece respostas mais eficazes às crises. Em relação a isso, parte-se do princípio corroborado por Freire (2005) de que o conhecimento crítico constitui elemento fundamental na qualificação do planejamento e na efetivação de ações estratégicas, para torná-las mais eficientes e contextualizadas às realidades locais.

Souza (2022), analisando essa situação, afirma que estados mais bem preparados com recursos e capital humano tem maior capacidade para abrandar efeitos de catástrofes e, conseqüentemente, terem respostas mais rápidas para a população, contribuindo nisso a adoção de condutas internacionais concentradas na redistribuição de políticas e precaução de incidentes, como a abordagem da Redução do Risco de Desastres (RRD), abordada a seguir.

2.4.1 Redução do Risco de Desastres (RRD)

Estados dotados de maior estabilidade institucional e organização eficiente de recursos e capacidades humanas demonstram maior aptidão para mitigar os impactos de catástrofes, conseguindo atuar com respostas mais eficazes e adequadas. Essa capacidade ampliada de reação tende a se alinhar aos princípios internacionais de governança, sendo orientada para a redistribuição equitativa de políticas públicas e a consolidação da prevenção como eixo estruturante da resistência social e institucional. Nesse quadro, a Redução do Risco de Desastres (RRD) aparece como um processo de iniciação estratégica, fundamentado em abordagens preventivas e na contenção de interferências adversas (Souza, 2022).

Sua institucionalização como Gestão de Risco de Desastres (GRD) em âmbito global teve por marco inicial a proclamação, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), da década de 1990 como a Década Internacional para a Redução de Desastres Naturais (*International Decade for Natural Disaster Reduction – IDNDR*). Por conta disso, três conferências internacionais de grande relevância foram realizadas no Japão, em Yokohama (1994), Kobe (2005) e Sendai (2015), encontros

nos quais se estabeleceram prioridades e estratégias globais para a redução de riscos.

Da conferência realizada em Kobe resultou o *Marco de Ação de Hyogo* (2005–2015) cuja ênfase recaiu sobre a necessidade de reduzir vulnerabilidades locais, ampliando a resiliência das comunidades e minimizando perdas e danos decorrentes de desastres (ONU, 2005).

Já o *Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres* (2015–2030) foi estabelecido a partir da III Conferência Mundial para a Redução do Risco de Desastres ocorrida em Sendai em 2015. Esse documento representou uma inflexão teórica e metodológica significativa pois promoveu uma transição paradigmática que substituiu a lógica da *gestão de desastres* (GD), predominantemente reativa, pela perspectiva de *gestão do risco de desastres* (GRD), de caráter preventivo e prospectivo (Ávila, Mattedi; 2017).

Sob a ótica apresentada por Canil e Nogueira (2018), as abordagens mais atuais na gestão de riscos socioambientais indicam que essa gestão deve considerar três elementos centrais: i) o entendimento dos riscos; ii) as medidas e estratégias voltadas para a sua mitigação; e iii) o planejamento e a estruturação para lidar com desastres.

Frente a isso, o conhecimento se evidencia como um fator chave para a gestão eficaz dos riscos, sendo essencial reconhecer, analisar e cartografar os perigos e as vulnerabilidades existentes ou potenciais. Durante esse processo, a participação social evidencia-se como um componente crucial desse mapeamento como apontaram Dagnino & Carpi Junior (2006) em pesquisas que demonstraram como métodos participativos valorizam a utilização do conhecimento local — proveniente de quem vivencia os riscos ambientais no dia a dia — combinando-o com o saber técnico e científico tradicional.

É importante observar, além disso, que diversos atores estão envolvidos na gestão de riscos de desastres: o poder público municipal, o setor privado, instituições de ensino e pesquisa, organizações da sociedade civil e moradores de áreas vulneráveis. Nesse sentido, Sulaiman (2018) destaca que a colaboração entre esses diferentes agentes possibilita o intercâmbio de conhecimentos e a partilha de responsabilidades.

Perante esse quadro, resta evidente o papel da educação na redução dos riscos de desastres, ressaltando-se, também, sua importância para a construção de

uma cultura preventiva e resiliente. Além disso, destaca-se que a educação abre espaço para maior participação da sociedade, conforme argumentaram Sulaiman & Aledo (2015) quando reforçaram a necessidade de promover uma gestão na qual a comunicação e a educação sejam pilares fundamentais para a prevenção de desastres.

Foi nessa direção que o Governo Federal apresentou em 2024 o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (Brasil, 2024), por meio do Ministério do Desenvolvimento Regional. Esse documento se alinha com diretrizes internacionais, como o Marco de Sendai, reafirmando o compromisso do país com a redução dos riscos de desastres e o fortalecimento de comunidades mais resilientes e preparadas. Sua proposição visa consolidar uma estrutura integrada de proteção e governança para a gestão de riscos no país.

O documento estabelece, para isso, quatro princípios fundamentais voltados à mitigação de riscos de desastres nos centros urbanos brasileiros. O primeiro trata da necessidade de conhecer os riscos, requerendo identificação, avaliação e monitoramento constantes das ameaças e vulnerabilidades existentes nos territórios municipais. O segundo destaca a relevância de aprimorar a governança, por meio do incentivo à cooperação entre os entes federativos e à integração de políticas públicas de diferentes áreas, como educação, saúde, urbanismo e assistência social. O terceiro propõe direcionar investimentos em ações preventivas, como a modernização da infraestrutura urbana e a adoção de práticas sustentáveis para reduzir a exposição a eventos adversos. Por fim, o quarto princípio enfatiza a importância da preparação de respostas eficazes, assegurando que tanto a população quanto as instituições estejam aptas a reagirem de forma ágil diante de emergências, diminuindo impactos e promovendo a recuperação mais rápida. Esses princípios são apresentados com maior detalhamento no quadro 1.

Quadro 1 – Princípios do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil

(continua)

PRINCÍPIOS	DESCRIÇÃO
Compreensão e Identificação dos Riscos de Desastres:	Enfatiza a importância de conhecer detalhadamente os riscos que cada região enfrenta, sejam eles decorrentes de eventos climáticos, geológicos ou provocados por ações humanas. Inclui o mapeamento de áreas vulneráveis, a compreensão das ameaças e a realização de

	análises técnicas para planejar ações preventivas e tomar decisões que mitiguem os impactos e protejam as comunidades.
Fortalecimento da Governança para Gerenciamento de Riscos e Desastres:	Destaca a necessidade de integrar ações entre os diferentes níveis de governo e articular políticas públicas intersetoriais, como educação, saúde, infraestrutura e assistência social. A inclusão da sociedade civil no processo é crucial para garantir respostas mais rápidas e coordenadas.
Investimento na Redução de Riscos de Desastres e Fortalecimento da Cultura de Resiliência:	Foca na necessidade de investir em infraestrutura e tecnologia, como obras de proteção, sistemas de alerta precoce e capacitação de pessoas. Também envolve fomentar uma cultura de resiliência, preparando as comunidades para reagir diante de desastres, minimizando danos e perdas.
Estímulo à Expansão da Participação de Organizações da Sociedade Civil:	Reconhece a importância da participação ativa de organizações não governamentais, movimentos sociais, empresas e a própria comunidade na criação de respostas mais abrangentes e democráticas. Essas entidades trazem conhecimento local valioso, mobilizam recursos rapidamente e constroem redes de apoio que aumentam a resiliência das comunidades.

Fonte: Elaboração da autora com base em Brasil (2024).

Nesse sentido, os princípios do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil reforçam a importância da resiliência territorial ao estabelecer diretrizes que integram prevenção, governança, investimento e participação social na gestão de riscos, elementos diretamente associados à capacidade adaptativa dos territórios frente às adversidades.

2.4.2 Conceito de resiliência, contextos de aplicação e relação com o turismo

Nos últimos anos, o conceito de resiliência tem sido progressivamente incorporado ao vocabulário acadêmico brasileiro como uma categoria fundamental para a análise de sistemas sociais, ambientais, urbanos e institucionais em contextos de crise ou instabilidade (Adams, 2018). Embora sua origem esteja nas ciências naturais, a resiliência passou a ser interpretada, no campo das ciências humanas e sociais aplicadas, como a capacidade de indivíduos, organizações, comunidades e territórios de resistirem a impactos, adaptando-se às mudanças e reorganizando-se frente a situações adversas.

Por isso esse conceito tem sido aplicado a diferentes contextos, a exemplo da resiliência institucional caracterizada por Vaitsman, Lobato e Andrade (2013), como sendo aquela que envolve não apenas a manutenção de funções organizacionais, mas também a capacidade de aprender com eventos críticos e aprimorar respostas futuras. Ainda, como um processo dinâmico e multidimensional, que articula aspectos estruturais, territoriais, sociais e simbólicos, sendo essencial para promover justiça socioespacial e sustentabilidade diante de transformações abruptas e recorrentes como os desastres ambientais, como destacam autores do campo do planejamento, como Menegat *et al.* (2020), e da geografia, como Haesbaert (2014). Diante das diferentes possibilidades de abordagem desse conceito, opta-se, nesta dissertação, por discuti-lo associado com três contextos distintos: institucional, estrutural, territorial.

2.4.2.1 Resiliência Institucional

A resiliência institucional tem sido cada vez mais debatida no contexto brasileiro como uma competência essencial para a sobrevivência e sustentabilidade das instituições diante de crises, mudanças abruptas e incertezas. Conforme Vaitsman, Lobato e Andrade (2013), a resiliência institucional no setor público refere-se à capacidade de manter o funcionamento e os objetivos organizacionais frente a adversidades políticas, econômicas ou sociais. Essa capacidade envolve tanto a manutenção das estruturas quanto a adaptação de processos decisórios, o que requer flexibilidade organizacional e capacidade de aprendizado institucional contínuo.

Já Fleury e Fleury (2003) destacam, por sua vez, no campo da gestão estratégica, que a construção da resiliência organizacional está fortemente ligada ao desenvolvimento das competências essenciais da organização, especialmente aquelas que favorecem a aprendizagem, a inovação e a gestão de pessoas. Segundo os autores, organizações resilientes são aquelas capazes de reconfigurar suas práticas e valores diante de novos desafios, integrando conhecimento tácito e explícito para sustentar sua identidade e seus resultados, mesmo em ambientes instáveis.

Também tratando desse assunto, Motta (2001) aborda a capacidade adaptativa das organizações públicas e privadas diante de processos de mudança. Para este autor, a resiliência organizacional exige lideranças transformadoras, estruturas descentralizadas e canais eficazes de comunicação interna, que permitam o engajamento de diferentes níveis hierárquicos nas decisões estratégicas. O autor

também enfatiza que a resiliência é construída por meio da confiança institucional e do alinhamento entre missão, valores e práticas gerenciais.

2.4.2.2 Resiliência Estrutural

Este contexto de aplicação do conceito de resiliência diz respeito à capacidade de edificações, infraestruturas e sistemas construtivos de resistirem, absorverem impactos e recuperarem sua funcionalidade após eventos extremos como desastres naturais, colapsos, incêndios ou sobrecargas. No contexto brasileiro, essa abordagem tem obtido destaque na engenharia e na defesa civil, sendo compreendida como uma resposta técnica e estratégica às vulnerabilidades do ambiente construído.

Observa-se nesse quadro, contudo, que a resiliência estrutural envolve não apenas o dimensionamento resistente das estruturas, mas também a adoção de critérios de desempenho que garantam sua segurança, funcionalidade e durabilidade em situações de crise (Ribeiro e Almeida, 2014).

Por sua vez, Ramos e Franco (2018) enfatizam a importância do planejamento urbano integrado à engenharia estrutural para promoção da resiliência. Por isso, defendem que projetos urbanos devem considerar particularidades territoriais, históricos de desastres e limites físicos e sociais das comunidades. Ainda segundo eles, a resiliência estrutural extrapola o campo técnico, se articulando com a gestão de riscos e a sustentabilidade, sendo fundamental para a redução de danos e para a continuidade dos serviços essenciais em cenários de emergência.

Apontando nessa mesma direção, Nóbrega e Costa (2019) propuseram uma abordagem multidimensional da resiliência estrutural quando analisaram como características socioeconômicas, tecnológicas e ambientais influenciam o desempenho estrutural em áreas de risco. Em seus estudos, argumentam que estruturas resilientes são aquelas que integram soluções técnicas inovadoras como materiais de alto desempenho, monitoramento em tempo real e projetos adaptativos mas também aquelas concebidas com participação social e baseadas em políticas de equidade territorial. Com isso, de acordo eles, a resiliência estrutural deixaria de ser apenas uma resposta a falhas e passaria a ser uma estratégia de prevenção, de adaptação e de justiça espacial.

Por fim, destaca-se Menegat *et al.* (2020), os quais defendem que a resiliência estrutural deve ser entendida como parte de um sistema adaptativo mais amplo, onde

engenharia, urbanismo e governança territorial convergem para proteger a vida e os recursos públicos.

2.4.2.3 Resiliência Territorial

Domingues (2022) diz que a ocorrência de desastres climáticos estimula a inovação nos campos de mitigação de desastres, mas não em outros campos, o que infere a necessidade das políticas públicas e governos de incentivarem e aumentarem o investimento nos setores de pesquisa e desenvolvimento tecnológico para antes e após desastres climáticos.

Nesse quadro, se destaca o conceito de resiliência territorial, descrito por Sánchez-Zamora (2019) como sendo uma combinação de preparação, flexibilidade e capacidade de transformação sustentada por uma estrutura social coesa, uma economia diversificada, uma gestão ambiental responsável e uma governança participativa, condições que se traduziriam numa abordagem que permite aos territórios não apenas sobreviverem a crises, mas também evoluírem e prosperarem em um contexto dinâmico e em constante mudança.

Na mesma direção, Vega (2020) afirma que a resiliência territorial pode ser compreendida como a capacidade dos territórios de enfrentarem, se adaptarem e transformarem diante de mudanças e desafios, sejam eles naturais, sociais ou econômicos. Segundo a autora, essa condição abrange várias dimensões interconectadas como a Capacidade de Adaptação e Resposta, a Coesão Social e as Redes Comunitárias, a Diversificação Econômica e Inovação, a Gestão Sustentável de Recursos e a Participação e Governança Inclusiva.

Como explica essa autora, a resiliência territorial envolve a habilidade de um território de reagir e se adaptar a eventos adversos e mudanças, incluindo a implementação de estratégias e práticas que permitam a recuperação rápida e eficaz, bem como a capacidade de ajustar-se a novas condições e oportunidades. Para isso, a força das redes sociais e a coesão dentro da comunidade se mostram cruciais, pois territórios que possuem uma forte interação social e uma rede de apoio bem estruturada tem maior capacidade de enfrentar e superar crises, mantendo a estabilidade e a solidariedade local.

Outros fatores relevantes destacados por essa autora envolvem a diversificação das atividades econômicas e a capacidade de inovar, pois a economia

local deve ser adaptável e diversificada para reduzir a vulnerabilidade a choques econômicos e promover uma recuperação sustentável.

Ainda segundo Vega (2020), a resiliência territorial também está ligada à gestão sustentável dos recursos naturais e à construção de infraestruturas que possam resistir e se adaptar às mudanças, incluindo nisso a implementação de práticas que protejam o meio ambiente e minimizem a exposição a desastres naturais. Por fim, outro fator importante, de acordo com ela, contempla a participação ativa de diversos atores na tomada de decisões e na governança, já que a inclusão de diferentes grupos e a transparência nas políticas ajudam a construir uma capacidade coletiva para enfrentar desafios e explorar novas oportunidades de desenvolvimento.

Por isso, conforme Vega (2020), a resiliência territorial deve ser compreendida como a capacidade de um território de resistir, adaptar-se e reorganizar-se frente a perturbações, com base na mobilização coordenada de múltiplos recursos e agentes. Essa abordagem envolve a análise de três fatores estruturantes: capacidades, propriedades e conexões. As capacidades referem-se ao potencial de mobilização de recursos materiais, humanos, técnicos e institucionais, capazes de sustentar ações de prevenção, resposta e recuperação diante de eventos adversos.

Conforme Vega (2020, p.61) destaca, “as capacidades dizem respeito à presença e ao uso efetivo de meios para prevenir e administrar crises, o que implica o fortalecimento institucional, o conhecimento técnico e o acesso equitativo aos recursos disponíveis”.

Já as propriedades e as conexões operam como dimensões complementares da resiliência territorial. As propriedades expressam as características físicas, ambientais e socioculturais dos territórios, bem como o grau de apropriação e reconhecimento que os atores locais têm sobre esses elementos.

De acordo com Vega (2020, p.63), “a resiliência depende do modo como o território é compreendido e apropriado pelos seus habitantes, não apenas como espaço físico, mas como lugar vivido e carregado de significados”. Por isso, políticas de fiscalização, ordenamento e educação ambiental são instrumentos fundamentais para qualificar essas propriedades.

As conexões, por sua vez, dizem respeito à rede de relações sociais, institucionais e econômicas que sustentam a cooperação intergovernamental e a participação social. Como observa a autora, “são as conexões que asseguram a fluidez das decisões e a articulação entre diferentes escalas e atores na produção da

resiliência” (Vega, 2020, p. 65) sendo especialmente relevantes em contextos de crise e reconstrução territorial.

A análise integrada desses três fatores oferece uma leitura abrangente das vulnerabilidades e potencialidades de um território frente aos riscos contemporâneos, como os decorrentes das mudanças climáticas.

2.4.2.4 Resiliência no setor de turismo

Resiliência tem sido um conceito cada vez mais abordado no turismo. Contribui para isso não somente a recorrência de fatores como conflitos armados e insegurança em destinos, eventos climáticos extremos como os citados neste trabalho, mas também a ocorrência de doenças pandêmicas, a exemplo da Covid-19.

Diante disso, e considerando que os cenários projetam pandemias cada vez mais recorrentes (Amorim, 2023), crescente tensão geopolítica (Lanouar & Goaiad, 2019) e mudanças ambientais gerando eventos climáticos extremos com maior frequência (Bregolin e Lima, 2025), mostra-se necessário que tanto empresas turísticas quanto destinos estejam preparados para lidarem com essas situações desafiadoras, desenvolvendo e aprimorando sua capacidade de resiliência.

Nesse sentido, e apontando a importância da resiliência como fator decisivo para a manutenção do desenvolvimento turístico, diversos autores têm tratado do assunto, como ocorre no âmbito do projeto de pesquisa da Universidade de Caxias do Sul (UCS) Hotel Industry Resilience (H.IND.RE), executado em conjunto com NID ODITT³ e City Living Lab⁴. Esse projeto evidencia que a sustentabilidade do setor depende da capacidade dos empreendimentos hoteleiros de mapear riscos, mensurar vulnerabilidades e adotar boas práticas em todas as fases de uma crise, assegurando a continuidade do turismo como propulsor do desenvolvimento territorial. Nessa linha, pesquisadores desse projeto, como Leoni e Panizzon (2022), demonstram que a resiliência estratégica resulta da articulação de capacidades dinâmicas de aprendizagem, flexibilidade operacional e redes colaborativas, permitindo ao setor

³ NID ODITT — Núcleo de Inovação e Desenvolvimento em Observação, Desenvolvimento e Inteligência Turística e Territorial da Universidade de Caxias do Sul. Disponível em: <https://www.inteligencia.tur.br/>

⁴ CityLivingLab — ambiente de inovação e colaboração vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Caxias do Sul (UCS), que promove a co-criação de soluções urbanas envolvendo empresas, governo, academia e cidadãos. Disponível em: <https://www.citylivinglab.com/quem-somos>

antecipar, absorver e inovar diante de choques externos. Por sua vez, Pistor (2025), outra pesquisadora vinculada ao projeto, apontou a existência de correlação entre resiliência organizacional e resiliência de destino, com 48% da resiliência dos meios de hospedagem estudados por ela sendo sustentada pela resiliência dos destinos nos quais esses empreendimentos estavam localizados.

Identifica-se, nesse sentido, que a resiliência no turismo envolve tanto a dimensão organizacional (Fleury e Fleury, 2003) quanto a dimensão territorial (Vega, 2020), podendo inclusive evidenciar influências entre elas, como também demonstrou a pesquisa de Pastore (2023), a qual mensurou que 72% da capacidade de resiliência dos empreendimentos analisados estava vinculada à resiliência dos destinos. Com isso, “a resiliência dos destinos turísticos passa a ser considerada como um aspecto fundamental da sustentabilidade, especialmente diante de eventos críticos, como pandemias, desastres naturais e crises econômicas” (Pastore, 2023, p. 23).

Nesse contexto, destaca-se que o setor de turismo apresenta elevada sensibilidade a choques externos, especialmente aqueles de natureza imprevisível, como eventos climáticos extremos, pandemias e crises socioeconômicas, os quais podem comprometer tanto a oferta quanto a demanda turística de forma abrupta. Conforme destacam Bregolin e Lima (2024), essa condição reforça a necessidade de desenvolvimento de estratégias voltadas ao fortalecimento da resiliência em diferentes escalas — organizacional, territorial e de infraestrutura — como condição essencial para a adaptação e continuidade das atividades turísticas em cenários de crise.

Diante disso, este trabalho propõe discutir como o conceito de resiliência territorial se articula com o turismo no contexto de destinos caracterizados pela presença de sítios urbanos tombados, como é o caso de Santa Tereza. Nesse quadro, e considerando as situações vivenciadas pelo município nos últimos anos, ele se apresenta como um caso apropriado para estudo das relações entre riscos decorrentes de eventos climáticos, sítios urbanos tombados e uso turístico, conforme percurso metodológico apresentado a seguir.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

De maneira geral, toda pesquisa pode ser considerada como um procedimento formal com método de pensamento reflexivo, “que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.” (Marconi; Lakatos, 2001). Nesse sentido, segundo Fonseca (2002):

O objetivo básico da ciência não é o de descobrir verdades ou se constituir como uma compreensão plena da realidade. Deseja fornecer um conhecimento provisório, e que facilite a interação com o mundo, possibilitando previsões confiáveis sobre acontecimentos futuros e indicar mecanismos de controle que possibilitem uma intervenção sobre eles. (Fonseca, 2002, p.11).

Adotando essa perspectiva, esta pesquisa pode ser caracterizada como qualitativa, exploratória e descritiva baseada num estudo de caso único. É exploratória pois “se utiliza principalmente de técnicas de pesquisas qualitativas baseadas em observações e entrevistas. Isso se deve ao fato de que estas formas de pesquisar permitem explorar um problema de forma mais complexa.” (Toledo; Shiaishi, 2009). É ao mesmo tempo também descritiva pois orienta seu olhar para Santa Tereza – RS, sendo configurada como um estudo de caso. Essa compreensão considerou que:

(...) a primeira e mais importante condição para a diferenciação entre vários métodos de pesquisa é classificar o tipo de questão de pesquisa sendo feito. Em geral, as questões "o que" podem ser tanto exploratórias (quando qualquer dos métodos poderia ser usado) ou sobre a prevalência (quando seriam favorecidos os levantamentos ou as análises de arquivo). As questões "como" e "por que" provavelmente favorecem o uso de um estudo de caso, um experimento ou uma pesquisa histórica (Yin, 2015, p.11).

Tendo em vista a intenção de abordar as vulnerabilidades e potencialidades de desenvolvimento turístico do sítio urbano tombado de Santa Teresa – RS considerando riscos decorrentes de eventos climáticos extremos como os observados nos últimos anos, entendeu-se que o estudo de caso seria adequado pois é um tipo de pesquisa que “visa conhecer em profundidade o seu ‘como’ e os seus ‘porquês’, evidenciando a sua unidade e identidade próprias”. Nesse sentido, é uma investigação

que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica(...)" (Fonseca, 2002).

Desse modo é possível afirmar que a presente investigação adota uma abordagem metodológica que combina características da pesquisa exploratória e descritiva, promovendo uma triangulação entre estratégias teóricas e procedimentos empíricos.

Conforme Toledo e Shiraishi (2009), a pesquisa exploratória é especialmente útil quando o objeto ainda é pouco conhecido ou carece de sistematizações consolidadas, permitindo ao pesquisador aprofundar a compreensão inicial do fenômeno. Em complemento, a pesquisa descritiva, conduzida a partir do estudo de caso, possibilita a análise detalhada de um contexto específico, como propõe Yin (2015), permitindo identificar padrões, relações e particularidades do objeto investigado.

A articulação entre essas estratégias foi operacionalizada por meio da aplicação de técnicas de coleta de dados documentais, conforme orientações de Fonseca (2002), as quais forneceram o embasamento teórico e normativo da pesquisa, e de levantamentos de campo baseados em fichas e roteiros pré-estruturados, que possibilitaram a observação direta e sistemática da realidade empírica, conforme recomendam Marconi e Lakatos (2003). Essa triangulação metodológica fortaleceu a robustez da análise, conferindo maior consistência às interpretações e aos resultados obtidos.

As técnicas de coleta de dados empregadas foram pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Sobre as primeiras, Fonseca (2002), explica que elas se confundem por trilharem os mesmos caminhos, mas que se diferenciam pelo fato da bibliográfica utilizar fontes constituídas por material já elaborado, como livros e artigos científicos, enquanto a documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico.

Já a pesquisa de campo, por sua vez, fez uso de fichas e roteiros pré-determinados como procedimento de coleta de dados, a fim de assegurar a padronização das informações, facilitar a análise posterior e permitir a replicabilidade dos resultados. Tais instrumentos, conforme destacam Marconi e Lakatos (2003), são essenciais para garantir a sistematização e a consistência na observação e no registro de dados empíricos, especialmente em estudos que envolvem múltiplos sujeitos ou locais de análise.

Com o problema e os objetivos de pesquisa estabelecidos passou-se a realizar uma pesquisa bibliográfica para construir um referencial teórico que serviria de base conceitual para o trabalho e suporte as suas análises ulteriores. Em seguida, procedeu-se uma pesquisa documental com a finalidade de levantar dados sobre o centro histórico de Santa Tereza/RS, objeto empírico do estudo de caso. Nesse processo, a análise foi orientada por registros que fundamentaram o ato de tombamento do IPHAN e conferiram particularidade ao objeto.

Já com relação aos levantamentos de campo, compreenderam visitas *in loco* para reconhecimento e primeiras impressões, atualizações de fichas do IPHAN e produção de fichas de proposição de novos usos com base em Varine (2013).

A adoção dessas fichas de novos usos teve respaldo metodológico nos propósitos centrais da pesquisa, especialmente por oferecerem uma ferramenta prática e conceitualmente orientada para a avaliação do potencial de reutilização patrimonial em contextos de transformação socioterritorial. Elas permitiram sistematizar a observação e a análise de edificações e conjuntos patrimoniais, considerando não apenas suas características arquitetônicas e históricas, mas também sua relação com o entorno, com a comunidade local e com dinâmicas contemporâneas de uso.

Tal abordagem dialogou diretamente com o objetivo geral da investigação, contribuindo para a identificação de aspectos patrimoniais relevantes e de entraves à viabilidade turística dos sítios urbanos tombados frente às mudanças climáticas. Além disso, essas fichas ofereceram suporte técnico-analítico para o alcance dos objetivos específicos, viabilizando a descrição qualificada do Sítio Urbano Tombado de Santa Tereza, a apuração do estado de conservação dos imóveis e, sobretudo, a avaliação estruturada das potencialidades de uso turístico dos bens tombados, considerando múltiplas dimensões — construtivas, urbanísticas, legais, de gestão e ambientais. Por isso, sua incorporação fortaleceu a coerência interna do estudo e ampliou a densidade interpretativa das análises.

Contudo, um período de enchentes ocorreu no município entre as ações de pesquisa (Jornal Pioneiro, 2024), o que implicou na necessidade de repensar a trajetória do trabalho e incluir novos elementos. Nesse quadro foram incorporados referenciais associados a mudanças climáticas, eventos extremos e resiliência, os quais possibilitaram a discussão dessa problemática ampliando o escopo do estudo para incorporar a discussão dos eventos climáticos de 2023 / 2024 em sua importante

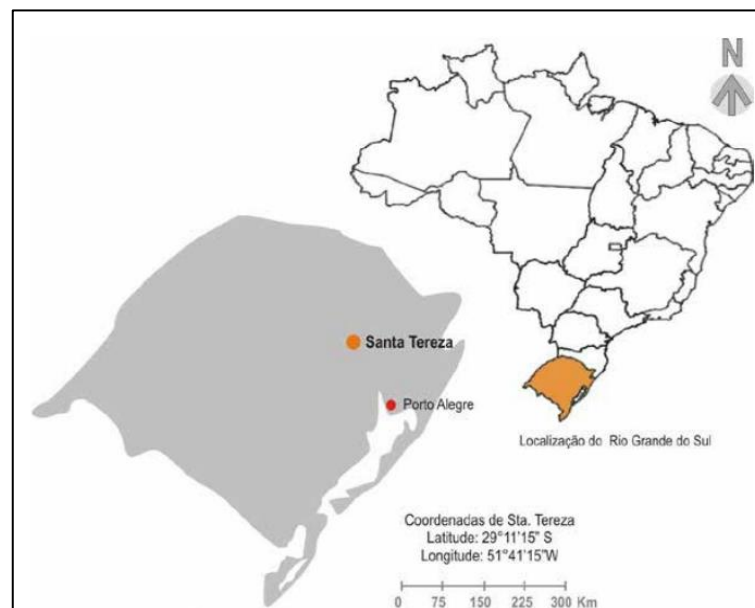
influência sobre o local analisado. Por conta disso, as fichas do IPHAN e de novos usos (Varine, 2013) foram atualizadas, com o objetivo de apresentar as condições reais de desenvolvimento turístico do sítio urbano tombado de Santa Tereza depois das enchentes, conforme apresentado a seguir.

3.2 CASO DE ESTUDO: SÍTIO URBANO TOMBADO DE SANTA TEREZA (RS)

3.2.1 O município de Santa Tereza

Conforme o IPHAN (2014), a Região Nordeste do Rio Grande do Sul era tomada de matas virgens e muito pouco habitada até o final do século XIX. Nesse contexto, o atual município de Santa Tereza era um núcleo de imigração italiana, distante 30 km de Bento Gonçalves, na Serra Gaúcha e cerca de 150 km de Porto Alegre (Figura 1).

Figura 1 - Localização de Santa Tereza.



Fonte: Zanella, Portella e Naumanova (2022).

Seu território integrava a antiga Colônia Dona Isabel, criada em 14 de maio de 1870 por ato do Governo Provincial, em terras cedidas pelo Governo Imperial. A ocupação da colônia teve início em 1875 com a chegada de imigrantes europeus que, embora registrados como austríacos, eram majoritariamente tirolezes de etnia italiana provenientes do então Império Austro-Húngaro.

Para fins de organização fundiária, a Colônia Dona Isabel foi dividida em 43 Linhas, radiadas a partir de sua sede — o núcleo colonial que deu origem ao município de Bento Gonçalves — em direção ao rio Taquari, no eixo Leste-Oeste. Essas Linhas foram subdivididas em lotes de dimensões variáveis, com média de aproximadamente 24 hectares, sendo cada unidade destinada a uma família imigrante, mediante pagamento a prazo, sob administração da Comissão de Terras.

Nesse contexto, a área correspondente ao atual município de Santa Tereza foi uma das últimas a ser ocupada, dado seu afastamento da sede colonial. Ali a distribuição de lotes teve início entre 1882 e 1883, majoritariamente para famílias de imigrantes oriundos do norte da Itália. A Linha Leopoldina foi a primeira a ser efetivamente povoada com os lotes 125 e 126, seguidos pela ocupação das Linhas Graciema, Pederneira Baixa e Capanema. Em 1884, 15 famílias polonesas, oriundas da região da Pomerânia, se estabeleceram na Linha José Júlio, situada às margens do rio Taquari. Segundo o *Livro Tombo* da Paróquia de Santa Tereza, foi em 1885 que Joaquim Rodrigues Antunes, chefe da Comissão de Terras, destinou áreas ribeirinhas para fundação de um povoado denominado Santa Tereza. Embora a Colônia Dona Isabel tenha sido transferida para administração municipal de São João de Montenegro em 1884, o registro da doação no *Livro Tombo* indica a anterioridade da decisão da Comissão.

Em 1897, todos os 69 lotes urbanos do povoado de Santa Tereza já estavam ocupados, conforme documentação preservada no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (SA, 114, 1897). A criação formal do povoado revela que, desde a origem, havia a percepção de seu potencial como entreposto comercial para escoamento da produção agrícola local. Esse papel estratégico consolidou-se nas duas primeiras décadas do século XX, culminando na elevação de Santa Tereza à condição de distrito municipal em 1916. A presença polonesa na Linha José Júlio se consolidou nesse período, e até 1901, dos 53 lotes com registro de quitação, 34 pertenciam a famílias de sobrenome polonês. Entretanto, como ocorreu em outras colônias da região, parte significativa dessa população migraria posteriormente para o norte e noroeste do estado, contribuindo para o êxodo rural e a formação de áreas de mata secundária nas margens dos rios, hoje limitadas para uso agrícola pelas restrições ambientais vigentes.

A documentação consultada não indica presença indígena ou de populações afro-brasileiras durante o processo de colonização da área. A consolidação

institucional de Santa Tereza deu-se com sua elevação a 2º Distrito de Bento Gonçalves em 15 de outubro de 1916, por decreto do intendente Marques de Carvalho Júnior. Posteriormente, durante o Estado Novo, passou a denominar-se Aratinga, nome que perdurou até 1949, quando foi restituída a denominação original por decreto municipal.

O município apresentou acentuado desenvolvimento nas primeiras décadas do século XX, devido à sua posição geográfica estratégica às margens do Rio Taquari, quando desempenhou papel de entreposto comercial entre a região colonial italiana e a Capital do Estado, Porto Alegre. Contudo, a economia local, que havia se estruturado a partir de um ciclo comercial iniciado ainda em 1894, entrou em declínio nas décadas seguintes, situação motivadas pelo assoreamento progressivo do rio Taquari e a priorização do modal rodoviário — em especial com a abertura da BR-116 —, fatores que redirecionaram os fluxos comerciais da região provocando estagnação econômica, retração populacional e perda de postos de trabalho, efeitos ainda perceptíveis no contexto atual.

Figura 2 - Vista geral de Santa Tereza.



Fonte: Google Maps (2018).

Santa Tereza é considerada atualmente de grande importância cultural pela preservação de seu patrimônio histórico e ambiental, onde predominam exemplares

do ecletismo constituídos por casarões de alvenaria e madeira, típicos da arquitetura da imigração italiana. Atualmente, o município se caracteriza pela produção da viticultura, hortifruticultura, suinocultura, mobiliário, metalurgia, agroindústria e artesanato. Tendo um núcleo urbano envolto por morros, apresenta belas paisagens naturais que propiciam a prática de esportes radicais, como canoagem e a motonáutica, além de motocross. Dentre as potencialidades para a sustentabilidade estão o desenvolvimento do turismo cultural, de aventura e do ecoturismo, com a valorização do rico patrimônio ambiental, urbano e rural (IPHAN, 2014).

3.2.2 Tombamento de Santa Tereza

Esta pesquisa propôs tratar do patrimônio cultural edificado de Santa Tereza, tombado em 30 de dezembro de 2011 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), via Portaria 143/2011 do Ministério da Cultura (Anexo 1).

No entanto, os primeiros registros da ocupação econômica do território às margens do rio Taquari se dão por volta de 1850. Uma serraria no atual município de São Valentim fornecia madeiras para a capital, e o escoamento se dava através do Rio Taquari. O transporte de madeiras em pilhas de tábuas e toras, formando balsas (zàtere) durou décadas e, foi um fator econômico decisivo para a escolha do local onde foi instalada a Villa de Santa Thereza. Naquele período, o transporte fluvial de mercadorias e produtos era o que havia de mais eficiente. A centralidade do transporte fluvial como vetor de ocupação e desenvolvimento territorial é igualmente evidenciada em registros históricos da navegação no rio Taquari, como o relato do Capitão Arruda em 1862, trazido por Bacca e Rocha (2020).

Em 1862 o Capitão Arruda que realizava uma navegação pelo rio Taquari até Santa Bárbara, escreveu: ‘...nas margens do arroio Barra Mansa (arroio Marrecão) também há propensão para estabelecimento de outra colônia...’. Com a ocupação dos lotes coloniais, o escoamento de parte da produção agrícola das colônias Dona Isabel e Conde D’Eu passou a ser realizado através de uma maxambomba, um trapiche de atracação da Companhia de Navegação Arnt, no rio Taquari, foi extremamente relevante para o desenvolvimento da cidade, pois, era o último ponto navegável da bacia Taquari/Antas (Bacca e Rocha, 2020, p.19).

A maxambomba, movida a tração animal, era um sistema de trilhos sobre os quais transportavam-se encomendas e mercadorias da beira do rio até o prédio que era localizado no alto de sua margem esquerda. Da capital vinham o sal, querosene,

tecidos, ferramentas e, sobretudo, produtos manufaturados e as embarcações retornavam para Porto Alegre com produtos coloniais como carne, cachaça, banha, grãos e alfafa. Bacca e Rocha (2020) descrevem:

O nascimento da Villa de “Teresa – Santa Thereza” faz parte do contexto histórico do processo de colonização, originada da distribuição de terras a partir de 1875, área geográfica pertencente à Colônia imperial Dona Isabel – fundada em 24 de maio de 1870, que também abrangia os municípios de Bento Gonçalves, Monte Belo do Sul e Pinto Bandeira, territórios que pertenciam ao município de Montenegro e, antes deste, a Triunfo” (Bacca e Rocha, 2020).

A pujança era evidente na Vila de Santa Thereza, tanto que em 1925, um de seus empreendedores aparecia como um dos maiores pagadores de tributos ao município de Bento Gonçalves. Após o abandono do transporte fluvial, a vila passou por décadas de estagnação, e na segunda metade do século XX viveu novo ciclo de desenvolvimento a partir da construção da linha férrea.

O contato direto com a capital do estado influenciou não apenas a economia santa-terezense mas também a suntuosidade de suas edificações. Além disso, a localização estratégica fazia com que a vila recebesse visitantes ilustres que muito contribuíram para o seu pronto desenvolvimento. Observava-se ali características de cidades maiores como, por exemplo, a presença de hotel, hospital, fábricas diversas (queijo, refrigerantes, cervejarias, bebidas destiladas, olaria, gaitas) e usina de energia. O cooperativismo foi fator de relevância para o escoamento e abastecimento de produtos, assim como a presença de instituições bancárias.

Por conta dessa pujança e do posterior isolamento do município com a maior valorização do modal rodoviário em detrimento do hidroviário, Santa Tereza acabou por manter um conjunto de bens edificados de valor para conservação, motivando mobilizações pelo seu tombamento.

Um dos primeiros registros oficiais sobre os pedidos relativos ao Tombamento Nacional de Santa Tereza datam do ano de 2001, o ofício nº 213/2001 assinado pelo então Prefeito Municipal de Santa Tereza, Luiz Carlos Riboldi, destinado à Superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) do Rio Grande do Sul.

Já no ano de 2003, relatórios do IPHAN registram o compartilhamento deste propósito entre a população local e seus governantes, a 12ª Superintendência Regional do IPHAN (12ª SR) e o Projeto Elementos Culturais das Antigas Colônias

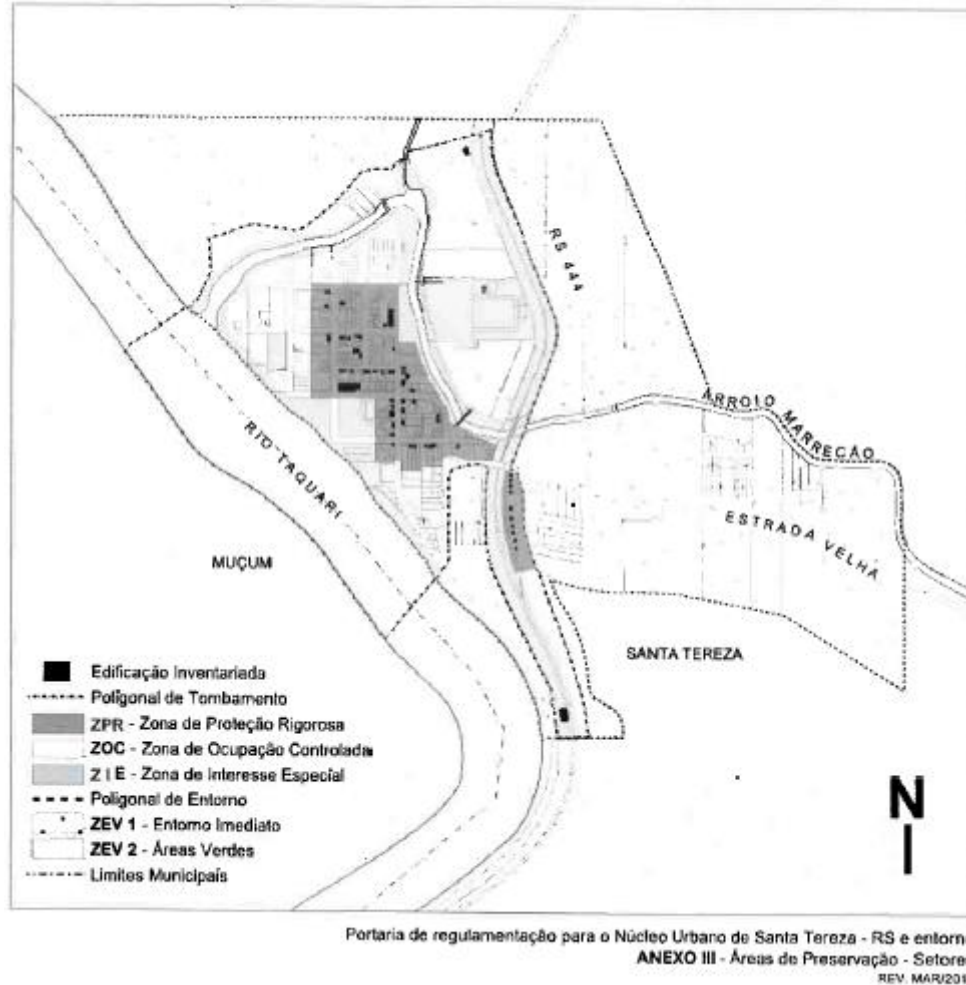
Italianas no Rio Grande do Sul (ECIRS) da Universidade de Caxias do Sul (UCS). De comum acordo entre os agentes, e sendo o IPHAN a instituição governamental federal responsável pelo processo de tombamento, a 12ªSR exerce a função de coordenação geral dos trabalhos que fundamentaram tanto o processo como as ações consequentes ao tombamento (IPHAN, 2008).

Em novembro de 2010, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural decide por unanimidade recomendar o Tombamento do Núcleo Urbano de Santa Tereza, o qual viria a ser oficializado por meio da Portaria 143 do Ministério da Cultura, de 30 de dezembro de 2011.

Toda a região serrana de colonização italiana, principalmente, vem sendo intensamente estudada em suas origens e percurso histórico, enlaçando regiões e etnias italianas e suas adaptações no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Nesse contexto a cidade de Santa Tereza tem destaque em razão do patrimônio cultural material e imaterial ali remanescente do período colonial. Tais estudos tem proporcionado um conhecimento consistente, e a consequente convicção de que ali estão presentes muitos componentes culturais de grande importância local e para a formação cultural do Brasil, ou sejam, as características urbanas, arquitetônicas e étnicas, estas se desdobrando em elementos tradicionais de formação familiar, da culinária, das expressões musicais e corporais e, particularmente, da produção vitivinícola. Com isso, o arcabouço físico da paisagem cultural composta pela geomorfologia e a ocupação urbana/arquitetônica, tem importância crucial para conservação da imaterialidade que o completa (IPHAN, 2008).

O parecer elaborado pelo relator Conselheiro Luiz Phelipe Andres, apresentado na reunião da votação quanto ao tombamento em pauta, relata com riqueza de detalhes o ambiente encontrado na oportunidade da visita à Santa Tereza. Às margens do Rio Taquari, rodeada por morros cobertos por videiras e mata nativa, encontra-se a pequena cidadezinha com o seu casario intacto que remete aos primórdios do início do século XX. Partindo da definição de tombamento enquanto núcleo urbano, a definição perímetro de proteção foi incansavelmente avaliada e discutida pela equipe técnica, assim como, a indicação dos exemplares arquitetônicos acautelados, os quais totalizaram 57 unidades. Destas, 45 estão localizadas no Centro Histórico e 12 compõem a Vila Ferroviária. A partir disso, foram instituídas duas poligonais (Figura 3): uma, referente à área de tombamento propriamente dita e outra tratando da área de entorno ao tombamento, como uma espécie de amortecimento dos impactos relativos ao bem protegido por lei.

Figura 3 - Identificação das Áreas de Proteção no perímetro urbano do município.



Fonte: IPHAN (2017).

Em seu relatório, o então Conselheiro relator Andres (2008) apresenta suas impressões e constatações acerca do núcleo urbano, naquele momento, “em estudo enquanto candidato” ao tombamento nacional. Nas suas palavras:

A área tombada possui arquitetura que lembra as pequenas comunas do Vêneto, região nordeste da Itália, cuja capital é Veneza. A arquitetura urbana das casas e sobrados mais antigos, implementada a partir do início do século XX, apresenta influência neoclássica e eclética. O tombamento considerou o traçado urbano preservado, seu acervo arquitetônico, a paisagem rural do município e a riqueza de todo o patrimônio cultural. As edificações do núcleo urbano de Santa Tereza formam um conjunto expressivo da arquitetura ítalo-brasileira sendo que a grande maioria permanece conservada, com destaque para os sobrados de madeira (como a Casa da Família Miele e a antiga Fábrica de Gaitas), as construções de alvenaria rebocada com arranjos formais neoclássicos, as casas de alvenaria com embasamento em pedra, a existência de porões para o armazenamento do vinho e outros produtos coloniais. O traçado urbano, consolidado até a década de 1960, permanece original, inclui o leito da ferrovia até a antiga estação ferroviária, uma porção do leito do rio Taquari, além do leito do arroio Marrecão e lotes adjacentes, que configuram

o arranjo urbano da cidade. O tombamento da área de entorno visa preservar a paisagem local, especialmente a relação do núcleo urbano com as montanhas, para manter a qualidade do ambiente e a relação do sítio histórico com o meio natural (Andres, 2008).

As imagens que compõem o mosaico a seguir (Figura 4) apresentam alguns dos exemplares que constituem o acervo tombado dentro do Sítio Histórico e, portanto, foram objetos de análise desta pesquisa.

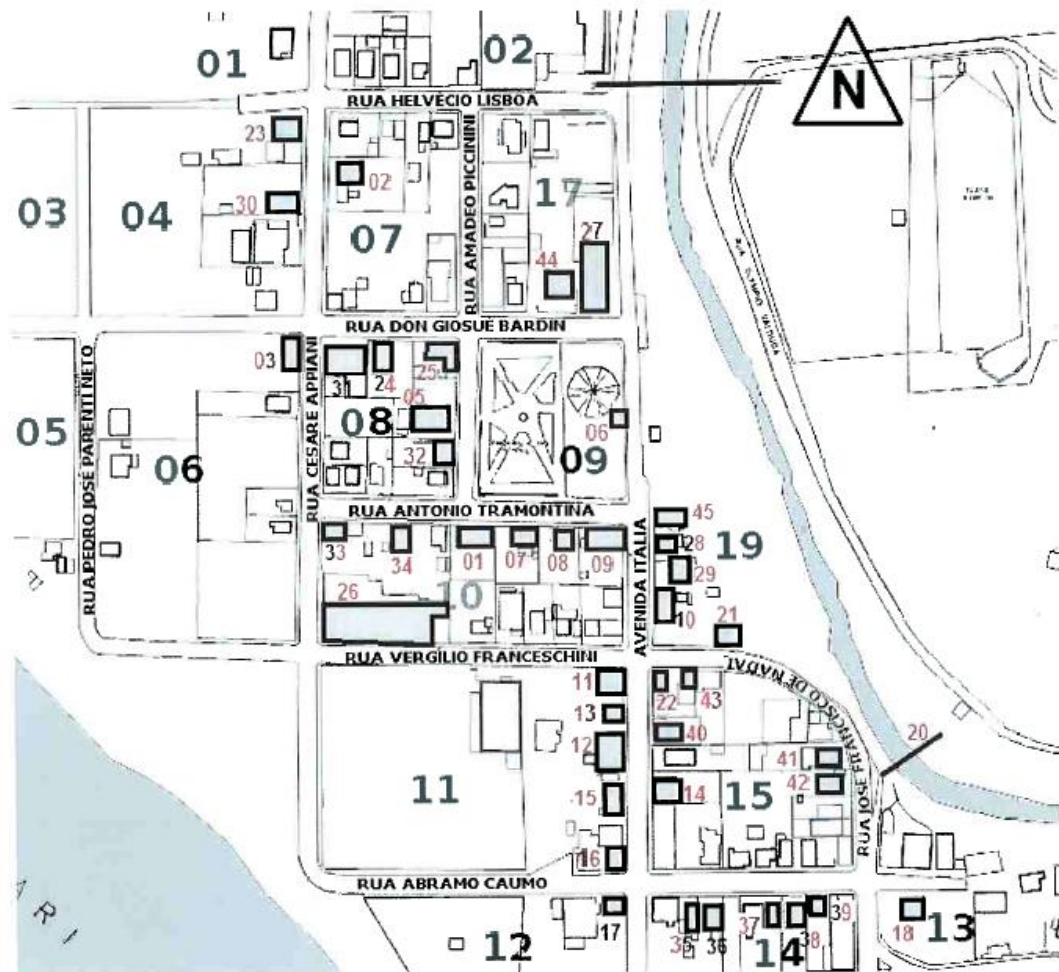
Figura 4 - Mosaico com as principais edificações tombadas em Santa Tereza. Imagens coletadas pela autora ao longo do período de pesquisa (2023 – 2025)



Fonte: Autora (2025).

De acordo com mapeamento produzido pelo IPHAN, o recorte espacial desta pesquisa engloba as quadras 04, 07, 17, 06, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 19 conforme Mapa Geral de Santa Tereza / RS - MINC / IPHAN, nas quais estão localizados 45 do total de 57 bens tombados na cidade (Figura 5).

Figura 5 - Mapa geral de Santa Tereza, com indicação do número de quadra (em preto) e número de ficha de tombamento do imóvel (em vermelho).



Fonte: IPHAN (2014).

Dos 45 bens inventariados (conforme fichas do IPHAN – Anexo 2), foram selecionadas 32 edificações localizadas no núcleo central (Figura 5), por apresentarem potencial turístico efetivo, sendo analisadas posteriormente por meio das fichas do IPHAN e de Varine (2013).

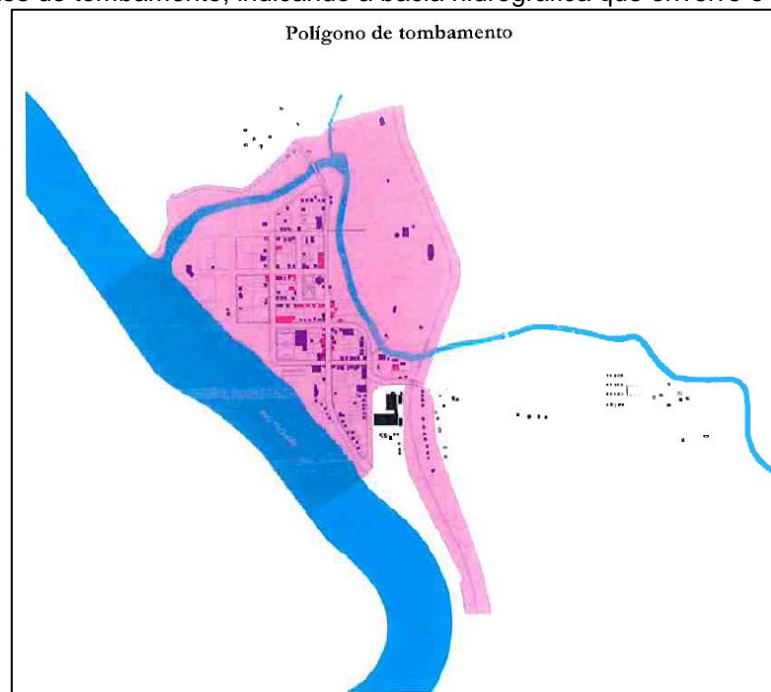
Tais edificações, representativas da memória coletiva e da paisagem cultural de Santa Tereza – RS, se encontram expostas a riscos acentuados decorrentes de

eventos climáticos extremos, como as enchentes que atingiram o município nos anos de 2023 e 2024. Esses fenômenos, cada vez mais frequentes e intensos, comprometem não apenas a integridade física dos bens materiais, mas também sua permanência simbólica enquanto referência cultural. Nesse contexto, a preservação do patrimônio edificado demanda a incorporação de estratégias de adaptação e resiliência frente às novas dinâmicas ambientais, ampliando a urgência por ações integradas de proteção, monitoramento e planejamento urbano sensível ao risco.

3.2.3 O Rio Taquari e as enchentes em Santa Tereza

Santa Tereza é um dos municípios mais representativos da imigração italiana do final do século XIX e início do século XX no Brasil, razões pelas quais foi reconhecida como Patrimônio Histórico Nacional em 2011. Localizada entre as regiões denominadas Serra Gaúcha e Vale do Taquari, situa-se à leste do Rio Taquari⁵ (Figura 6), “elemento da natureza que trouxe destaque para a cidade por ser um meio direto de comercialização da colônia com o resto do Estado” (IPHAN, 2014).

Figura 6 - Limites do tombamento, indicando a bacia hidrográfica que envolve o núcleo tombado.



Fonte: IPHAN (2014).

⁵ Rio que nasce com a denominação de Rio das Antas no extremo leste do Planalto dos Campos Gerais, seguindo com esse nome até a confluência com o Rio Carreiro, nas imediações do município de São Valentim do Sul que faz divisa com Santa Tereza.

A condição de acessibilidade propiciada pelo rio e a passagem da estrada de ferro conduziram a localidade a um apogeu rapidamente (por volta de 1910) do qual restam testemunhos até o momento atual (IPHAN, 2014). Nesse sentido, o mesmo rio que trouxe visibilidade e riqueza ao município, se apresenta também como uma ameaça aos moradores e ao patrimônio, como evidencia uma manifestação do IPHAN:

Dentre os aspectos configurativos de relevância é importante ressaltar a presença de peculiaridades relativas aos sistemas organizativos dos edifícios quase sempre de uso misto, configurando a bipartição horizontal ou vertical dos volumes, com clara divisão de setores autônomos para a ala residencial e a comercial, marcados pela presença de acesso hierarquicamente definidos. O uso do porão alto é frequente, pelo uso da cantina, fabricação de vinho, e estocagem deste e de outros produtos de consumo familiar ou mesmo de comercialização, nas chamadas casas de comércio. Estes porões em Santa Tereza ainda parecem ter agregado mais um sentido, qual seja o de elevar o corpo principal da casa, possibilitando a defesa do pavimento de acesso principal das **eventuais enchentes**" (IPHAN, 2014, grifo meu).

Embora as enchentes na região sejam recorrentes e exijam monitoramento constante por parte das equipes da Defesa Civil, não há registros anteriores quanto à destruição de patrimônio tombado ocasionados pelo rio. No entanto, durante a realização desta pesquisa de mestrado, o município de Santa Tereza sofreu quatro enchentes em um período de menos de oito meses (Jornal Pioneiro, 2024).

Entre setembro de 2023 e maio de 2024, Santa Tereza, assim como outras localidades inseridas na Bacia Taquari-Antas, registrou índices elevados de precipitação. Tais ocorrências resultaram na elevação significativa do nível do Rio Taquari. Conforme dados do Serviço Geológico do Brasil (2024), em maio de 2024 foi registrada a maior cheia do rio em mais de um século e meio, atingindo a marca de 33,35 metros. Anteriormente, em setembro de 2023, o nível já havia alcançado 29,53 metros, valor próximo à enchente histórica de 1941, quando este rio chegou a 29,92 metros no município de Estrela, distante cerca de 60 km de Santa Tereza.

Durante a enchente de setembro de 2023 (Figura 7) aproximadamente 80% do território urbano foi atingido, danificando aproximadamente 283 edificações entre residências, comércios, espaços comunitários e equipamentos públicos. Em novembro do mesmo ano, uma nova inundação gerou prejuízos estimados em R\$ 16 milhões. Apesar da magnitude desses danos materiais, não foram registradas perdas humanas (Jornal Pioneiro, 2024).

Figura 7 - Imagem de Santa Tereza nas enchentes de 2023



Fonte: Batalhão Ambiental da Brigada Militar (2023).

Em Santa Tereza, os recentes eventos hidrometeorológicos produziram repercussões que ultrapassam a esfera dos prejuízos materiais. A agricultura, o comércio e, sobretudo, o turismo – atividade estreitamente vinculada ao patrimônio natural e cultural local – sofreram interrupções significativas em virtude da destruição de acessos e de bens de alto valor histórico.

Na cheia de setembro de 2023, 23 das 57 edificações do Centro Histórico foram danificadas, e quatro residências centenárias foram totalmente arrasadas; em novembro do mesmo ano, outra inundação ocasionou a perda da ponte pênsil de 1917 e do Moinho Valduga, peça-chave para a economia municipal na década de 1920. Esses episódios ilustram a magnitude das perdas patrimoniais associadas aos eventos extremos.

Figura 8 - Enchente maio 2024, vista da Av. Itália.



Fonte: Atual FM⁶ (2025).

O cenário evidencia a vulnerabilidade do sítio edificado, situado em cotas topográficas suscetíveis à inundação, o que amplifica a exposição dos bens culturais a riscos. Muitos desses imóveis históricos abrigam repartições públicas, estabelecimentos comerciais e residências, integrando o núcleo urbano tombado em âmbito federal e, portanto, submetido às normas de conservação, uso e restauro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Diante disso, e frente a recorrência dos episódios de enchentes em Santa Tereza em um curto intervalo temporal (figora 8), emergiram reflexões sobre a necessidade de incorporar a análise de aspectos relacionados com a resiliência territorial e a gestão de riscos de desastres sobre o patrimônio tombado.

⁶ <https://atualfm.com.br/prefeitura-de-irani-confirma-que-ajudara-santa-tereza-atingida-pela-enchente-no-rs/>

3.3 COLETA DE DADOS

Para subsidiar a fase de campo deste estudo, que ocorreu entre julho de 2023 e maio de 2025, realizou-se uma coleta sistemática de dados mediante a aplicação de dois instrumentos complementares: as Fichas de Inventário do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), empregadas para a atualização cadastral das características físicas e de conservação dos bens tombados; e as Fichas de Proposição de Novos Usos, concebidas por Hugues de Varine (2013), destinadas a identificar possibilidades de reconversão funcional compatíveis com as demandas contemporâneas da comunidade. A integração desses protocolos permitiu correlacionar informações técnicas sobre o estado de preservação com cenários de reutilização sustentável, conforme se detalha nas seções subsequentes.

3.3.1 Atualização das fichas IPHAN

A necessidade de atualização das fichas patrimoniais do IPHAN referentes ao sítio histórico de Santa Tereza – RS decorre, primeiramente, da defasagem temporal e das transformações ocorridas desde a elaboração original do inventário, datado de 1988 (antes do ato de tombamento, pois embasaram tecnicamente o mesmo). Ao longo de mais de três décadas, alterações físicas nos imóveis, intervenções espontâneas, mudanças no uso e novas dinâmicas urbanas alteraram significativamente a paisagem e a funcionalidade de diversas edificações tombadas. Tais modificações tornam necessária a reavaliação criteriosa de cada bem, a fim de garantir que os registros oficiais reflitam a situação real do patrimônio e subsidiem decisões técnicas e legais atualizadas.

Além da passagem do tempo, os eventos climáticos extremos que atingiram o município em 2023 e 2024 — com enchentes de grandes proporções — reforçaram a urgência de revisar o estado de conservação dos imóveis tombados. Muitos dos bens inventariados sofreram danos estruturais, perda de materialidade ou impactos indiretos em seu entorno imediato, o que compromete não apenas sua integridade física, mas também sua relação com a paisagem e a memória coletiva local. Nesse contexto, a atualização das fichas cadastrais atualizadas permite registrar tais impactos, avaliar as condições de vulnerabilidade e orientar ações preventivas e

corretivas que considerem os riscos ambientais contemporâneos no processo de preservação.

Por fim, a atualização das fichas do IPHAN se insere como etapa fundamental para a articulação entre preservação e um planejamento territorial que estimule uma maior resiliência. Ao permitir uma leitura técnica mais precisa e contextualizada do patrimônio edificado, os novos registros oferecem suporte às políticas públicas de conservação, turismo cultural e uso adaptativo dos imóveis. Essa revisão também amplia a capacidade de integração entre instrumentos institucionais como os planos diretores municipais, as estratégias de gestão de risco e os projetos de fomento à economia do patrimônio, alinhando o reconhecimento oficial do acervo à realidade dinâmica do território.

As fichas originais de inventário patrimonial elaboradas pelo IPHAN para o sítio histórico de Santa Tereza encontram-se disponíveis no Anexo 2 desta dissertação tendo por intuito preservar a base documental de referência utilizada no processo de tombamento. Para fins desta pesquisa, as informações constantes nessas fichas foram atualizadas nos campos referentes ao uso atual, estado de conservação dos imóveis, estado de preservação dos imóveis, e presença de impactos causados por eventos climáticos recentes (campo inserido pela pesquisadora). Essas atualizações foram realizadas com base em levantamento de campo, registros fotográficos e observações diretas, possibilitando uma leitura mais atualizada e precisa da condição patrimonial do núcleo central do município frente aos desafios contemporâneos.

Desse modo, os campos atualizados nas fichas IPHAN utilizadas nesta pesquisa avaliaram os aspectos e alternativas do quadro 2:

Quadro 2 - Legenda aspectos avaliados

(continua)

LEGENDA		
USO ATUAL	M	MORADIA
	C	COMERCIAL
	I	INSTITUCIONAL
	CT	CULTURAL
	D	DESOCUPADO
	B	BOM

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	P	PRECÁRIO
	A	ARRUINAMENTO
	R	RUÍNA
ESTADO DE PRESERVAÇÃO	IN	INTEGRO
	PA	POUCO ALTERADO
	A	MUITO ALTERADO
	D	DESCARACTERIZADO

Fonte: Autora (2025).

Diferentemente da ficha original do IPHAN, foi incluído campo referente às enchentes de 2023/2024, identificando os bens diretamente atingidos pelas águas.

3.3.2 Fichas de Novos Usos

Para integrar os diferentes conceitos abordados nesta discussão, a presente pesquisa adotou como instrumento metodológico complementar as fichas de novos usos propostas por Varine (2013). Tais fichas possibilitam a análise integrada de cada edificação em sua dimensão física, funcional, simbólica e territorial, permitindo avaliar o potencial de adaptação e reuso dos imóveis de maneira contextualizada. A escolha dessa ferramenta se justifica pela sua capacidade de orientar processos de planejamento turístico e territorial pautados na valorização do patrimônio cultural, na participação comunitária e na promoção da resiliência local. Tal abordagem está em consonância com a perspectiva do autor, que defende a integração entre patrimônio, comunidade e planejamento como base para a resiliência territorial.

As fichas de análise de novos usos adotadas nesta pesquisa foram desenvolvidas a partir do modelo proposto por Varine (2013), sendo adaptadas conforme os objetivos do estudo. Seus campos, critérios de análise e categorias de uso foram ajustados para contemplar as especificidades do sítio urbano tombado de Santa Tereza/RS e as relações entre patrimônio, turismo e resiliência.

A metodologia elaborada por Varine (2013) parte do princípio de que o patrimônio deve manter-se vivo, sendo funcional e inserido nas dinâmicas atuais da sociedade. Nesse sentido, a preservação não pode restringir-se à conservação física, mas deve considerar a viabilidade de novos usos compatíveis com os valores culturais, históricos e sociais dos bens. A proposta do autor está centrada em um processo reflexivo, coletivo e fundamentado, que busca, de forma sistemática,

identificar soluções de reuso para patrimônios que perderam sua função original ou que se encontram em risco de obsolescência. O autor propõe dois caminhos possíveis: a busca de novos usos para um bem patrimonial específico que se deseja preservar e, alternativamente, a identificação de patrimônios já existentes que possam ser mobilizados para atender a necessidades previamente definidas pela comunidade. A primeira abordagem — considerada por Varine (2013) como a mais complexa e eficaz — norteia a presente pesquisa, ao propor o reexame da função social e cultural dos imóveis tombados, sobretudo em contextos de fragilidade ambiental e urbana.

O processo metodológico proposto por Varine (2013) organiza-se em etapas sucessivas, iniciando-se pela definição dos objetivos desejados para o bem em questão e pelas restrições que devem ser respeitadas em sua eventual transformação. Esse momento inicial demanda a participação de diferentes atores — como proprietários, vizinhos, gestores públicos e representantes da sociedade civil — em uma reflexão crítica sobre a vocação do bem e os usos que devem ser evitados para garantir sua integridade e relevância simbólica. A partir disso, passa-se à análise detalhada do patrimônio, envolvendo o levantamento de suas características físicas, seu estado de conservação, localização e acessibilidade, além da identificação de suas potencialidades e fragilidades frente a novas formas de uso. Essa etapa é complementada pela consideração das limitações culturais, científicas, normativas, sociais e econômicas que incidem sobre o bem e que podem influenciar diretamente na escolha de suas novas funções.

Com base nessas informações, elaboram-se um inventário crítico de usos possíveis, no qual se avaliam diferentes hipóteses de reuso à luz de critérios objetivos e subjetivos previamente definidos. A partir desse quadro analítico, realiza-se uma triagem dos usos mais adequados, culminando na seleção de uma vocação prioritária para o bem patrimonial. Essa escolha é acompanhada de estudos complementares, como análise de mercado, estimativa de custos, identificação de parceiros institucionais e análise de riscos. Por fim, a implantação do novo uso pode ser conduzida pelo próprio proprietário, por órgãos públicos, organizações concessionárias ou entidades criadas especificamente para esse fim. A metodologia de Varine (2013) oferece, portanto, não apenas um instrumento técnico de avaliação, mas um modelo de planejamento cultural e territorial que valoriza a participação comunitária, a sustentabilidade e a resiliência patrimonial diante dos desafios contemporâneos.

A fim de garantir a transparência metodológica e permitir a reprodutibilidade do procedimento adotado, apresenta-se em anexo a ficha de análise de novos usos desenvolvida para esta pesquisa, elaborada com base nas diretrizes propostas por Varine (2013) e adaptada ao contexto específico de Santa Tereza – RS. Essa adaptação incorporou variáveis relacionadas à realidade local, como o grau de impacto dos eventos climáticos recentes, o estado de conservação dos imóveis tombados, a acessibilidade urbana e a articulação com a oferta turística existente. A ficha constituiu o instrumento central para a análise das edificações selecionadas, possibilitando uma leitura integrada entre potencial de uso, valor cultural e viabilidade territorial frente às condições contemporâneas. A ficha utilizada nesta pesquisa estruturou a avaliação dos aspectos e alternativas apresentados no quadro 3.

Quadro 3 - Legenda aspectos avaliados

LEGENDA		
O que queremos fazer com o patrimônio?	C	Conservação
	R	Restauração
	A	Adaptação
	N	Nada
Quais são suas forças e fragilidades?	INT	Integração paisagem
	ACES	Acessibilidade
	REP	Representatividade
	PI	Pressão imobiliária
Quais são suas limitações?	C	Culturais - respeito fachadas e paisagem
	CR	Científicas - complexidade restauro
	L	Legais - aprovação iphan
	S	Sociais - dificuldade empreendedores
	E	Econômicas - investimento inicial
Quais são seus usos possíveis?	C	Cultural - museu, memorial, espaço multicultural
	T	Apoio atividade turística - hotel, restaurante, café, loja souvenirs
	CO	Comercial - farmácia, padaria, mercado, artesanato

	I	Institucional - órgãos públicos, educação
	M	Moradia

Fonte: Autora (2025).

A sistematização das Fichas de Novos Usos permitiu não apenas identificar possibilidades concretas de ocupação das edificações tombadas, mas também compreender, de forma articulada, as relações entre características físicas, estado de conservação, inserção territorial e potencial de uso. Esses elementos constituem a base empírica para a etapa seguinte, na qual os dados coletados são analisados de forma integrada, possibilitando a interpretação das dinâmicas observadas e a formulação de proposições voltadas à qualificação do uso turístico e ao fortalecimento da resiliência do sítio urbano de Santa Tereza.

4. ANÁLISE INTEGRADA DOS RESULTADOS E PROPOSIÇÕES

Para a análise dos resultados procedeu-se uma triangulação entre as Fichas IPHAN, as Fichas de Novos Usos de Varine (2013) e outros documentos associados à gestão do patrimônio local e preparação para a gestão de desastres, conforme se apresenta a seguir.

4.1 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Aqui são expostos os resultados obtidos a partir da aplicação dos instrumentos metodológicos definidos nesta pesquisa, com foco na análise do patrimônio edificado tombado no sítio histórico de Santa Tereza – RS. Tais resultados foram organizados de modo a evidenciar a situação atual das edificações após os recentes desastres naturais que atingiram o município, bem como avaliar a condição de resiliência do patrimônio frente às adversidades impostas pelas mudanças climáticas. A análise baseou-se na aplicação das fichas patrimoniais do IPHAN, complementadas pelas fichas adaptadas de novos usos propostas por Varine (2013), as quais possibilitaram uma leitura integrada entre as dimensões física, histórica e funcional dos imóveis tombados. A partir desse cruzamento, buscou-se identificar não apenas as condições de preservação do acervo, mas também suas potencialidades para a ampliação do uso turístico de forma articulada e sustentável, considerando os desafios contemporâneos de conservação e adaptação do patrimônio cultural.

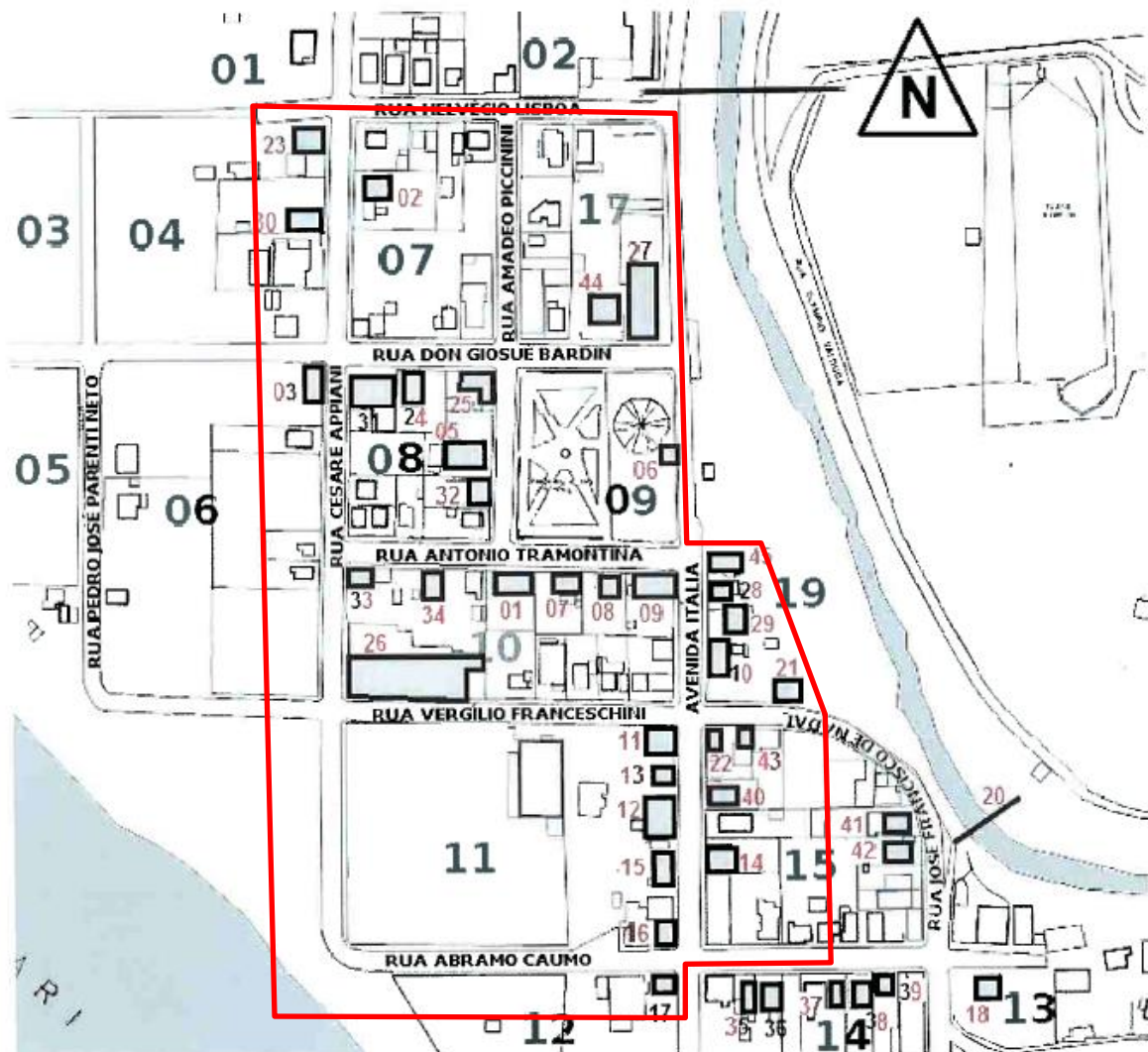
4.1.1 Levantamento e atualização de dados no sítio tombado:

Como já dito anteriormente, esta pesquisa foi especialmente prejudicada pelo momento sensível da população quanto a participação nas discussões e possibilidades acerca do uso turístico do sítio urbano tombado. Desse modo, optou-se por sua continuidade mediante a atualização das fichas de tombamento IPHAN (2014) aplicadas no recorte geográfico da figura 9.

Este recorte concentrou-se nas edificações originalmente inventariadas pelo IPHAN em 1988, consideradas as de maior representatividade histórica e localizadas

no núcleo central do sítio tombado, definido a partir do capitel⁷ — marco simbólico e geográfico do conjunto urbano (fichas 01 a 29). Além dessas, foram incluídos no estudo os demais imóveis situados dentro do perímetro de análise delimitado nesta pesquisa (fichas 32, 40, 43 e 45), compondo um conjunto ampliado para avaliação integrada.

Figura 9 - Poligonal referente às edificações analisadas nesta pesquisa.



Fonte: IPHAN (1988).

Nesse sentido, realizou-se atualização das condições de cada edificação do recorte proposto a partir das fichas IPHAN constantes no dossiê de tombamento, no

⁷ Pequena capelinha, geralmente implantada à beira de caminhos rurais ou em encruzilhadas, dedicada a um santo específico, destinada à oração individual ou a pequenas devoções comunitárias; equivale aos oratórios de beira de estrada encontrados em diversas regiões coloniais do sul do Brasil.

que tange às condições atuais de uso, conservação e preservação. Além disso, incluiu-se a coluna destinada à condição perante as enchentes recentes. A seguir, apresenta-se um quadro 4, no qual consta uma síntese dos resultados desta etapa da pesquisa.

Quadro 4 - Resumo da atualização fichas IPHAN

(continua)

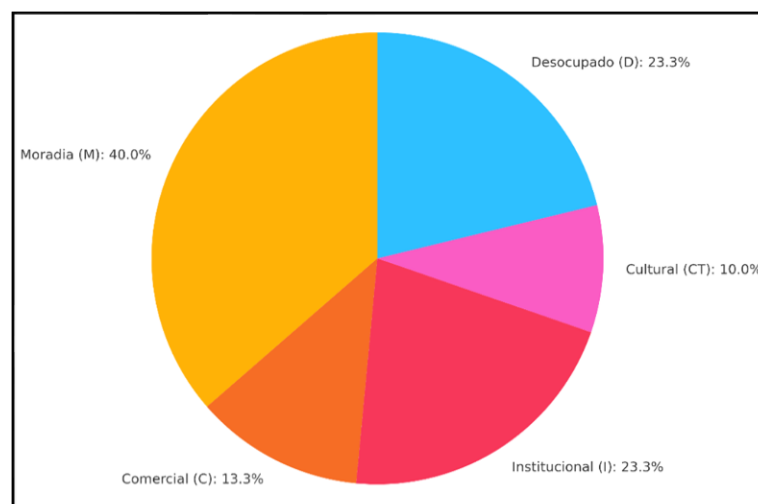
FICHA IMÓVEL	USO					ESTADO DE CONSERVAÇÃO				ESTADO DE PRESERVAÇÃO				ATINGIDO PELA ENCHENTE
	M	C	I	CT	D	B	P	A	R	IN	PA	MA	D	
1			x					x		x				N
2	x						x					x		S
3					x		x				x			S
5	x					x				x				N
6			x			x				x				N
7	x					x					x			N
8					x		x				x			N
9		x				x					x			N
10	x					x					x			N
11		x				x				x				N
12			x			x					x			N
13				x		x					x			N
43	x					x						x		N
40	x	x				x						x		N
14	x					x				x				S
15					x		x				x			S
16		x					x				x			S
17					x		x				x			S
18			x	x			x					x		S
20				x		x				x				S
21			x			x					x			S
22					x		x				x			N
23	x					x					x			S
24	x					x						x		N
25			x			x						x		N
27			x				x				x			N
28					x	x						x		N

29	x					x						x		N
45	x					x						x		N
32					x		x					x		N
	Moradia (M), Comercial (C), Institucional (I), Cultural (CT), Desocupado (D)					Bom (B), Precário (P), Arruinamento (A), Ruína (R)				Integro (I), Pouco Alterado (PA), Muito Alterado (MA), Descaracterizado (D)			Atingido pela enchente (S), Não atingido (N)	

Fonte: Autora (2025).

A distribuição atual dos usos das edificações tombadas pelo IPHAN em Santa Tereza evidencia um predomínio da função residencial (M), que responde por aproximadamente 40 % do total, indicando que o núcleo histórico permanece, em grande medida, habitado e, portanto, dotado de vitalidade social cotidiana. Em seguida, observa-se a expressiva parcela de imóveis desocupados (D), equivalendo a 23%, situação que revela um passivo relevante de espaços ociosos cujo reuso estratégico pode ampliar a resiliência urbana e patrimonial. O uso institucional (I) representa 23%, contribuindo para a oferta de serviços públicos e reforçando a centralidade administrativa do sítio. Em contrapartida, as funções de comércio (C) e cultural (CT) mostram-se sub-representadas, com 13% e 10%, respectivamente, configurando uma lacuna na diversificação econômica e na dinamização turística do conjunto protegido.

Figura 10 - Gráfico análise de usos atuais das edificações



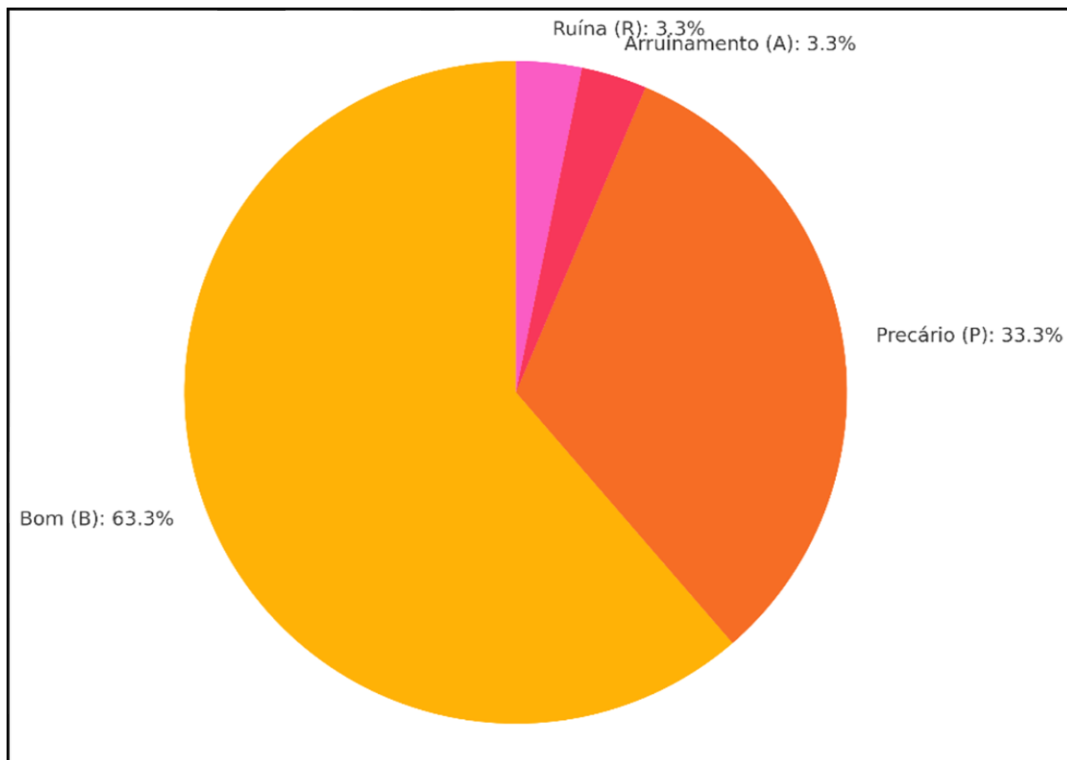
Fonte: Autora (2025).

Esses dados sugerem a necessidade de políticas de incentivo ao comércio de pequena escala e equipamentos culturais, de modo a reduzir a ociosidade,

valorizando o patrimônio edificado e promovendo o desenvolvimento local sustentável ancorado na multifuncionalidade do centro histórico.

A atualização do estado de conservação das edificações tombadas pelo IPHAN em Santa Tereza revela que 63,3% do conjunto avaliado permanece em condição boa (B), assegurando, por ora, níveis satisfatórios de integridade física e funcionalidade. Todavia, expressiva parcela de 33,3% em estado precário (P) indica fragilidades estruturais e patologias construtivas que, se não forem prontamente tratadas, podem acelerar processos de degradação. Esse alerta ganha acuidade quando se observa que 3,33 % das edificações já se encontram em estágios críticos, divididas equitativamente entre arruinamento (A) e ruína (R), evidenciando perda substancial de materialidade e riscos à segurança pública. Assim, embora o núcleo histórico ainda detenha maioria relativa em condição aceitável, cerca de um quarto do patrimônio carece de intervenções emergenciais ou preventivas (Figura 11).

Figura 11 - Gráfico estado de conservação atual das edificações



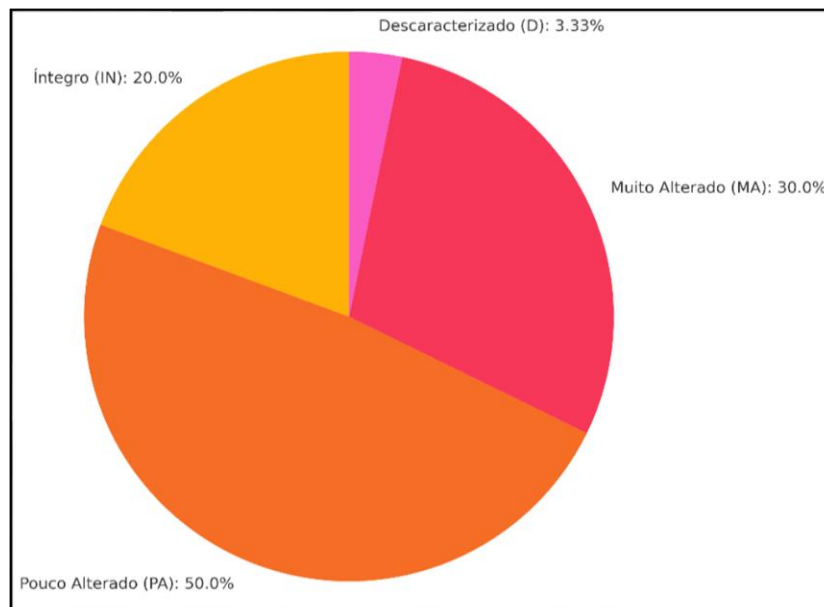
Fonte: Autora (2025).

Tais dados justificam a adoção de políticas de conservação diferenciadas: manutenção preventiva para os bens em bom estado, programas de restauro progressivo para os precários e ações de salvaguarda imediata —

incluindo escoramentos e consolidações — para aqueles em colapso iminente, a fim de preservar a autenticidade e a função socioeconômica do sítio tombado.

Quanto a atualização do estado de preservação das edificações tombadas pelo IPHAN em Santa Tereza, a pesquisa revela que apenas 20% do conjunto permanece íntegro (IN), preservando completamente suas características originais. A maior parcela (50%) encontra-se pouco alterada (PA) sinalizando intervenções pontuais de baixa intensidade, mas ainda compatíveis com a autenticidade patrimonial. Em contrapartida, 30% dos imóveis exibem condição muito alterada (MA), refletindo transformações significativas que comprometem atributos formais e construtivos essenciais, exigindo projetos de requalificação rigorosos. Embora o índice de descaracterização (D) seja relativamente baixo (3,33%), ele representa perdas irreversíveis de valor cultural e alerta para a necessidade de monitoramento preventivo.

Figura 12 - Gráfico estado de preservação atual das edificações.



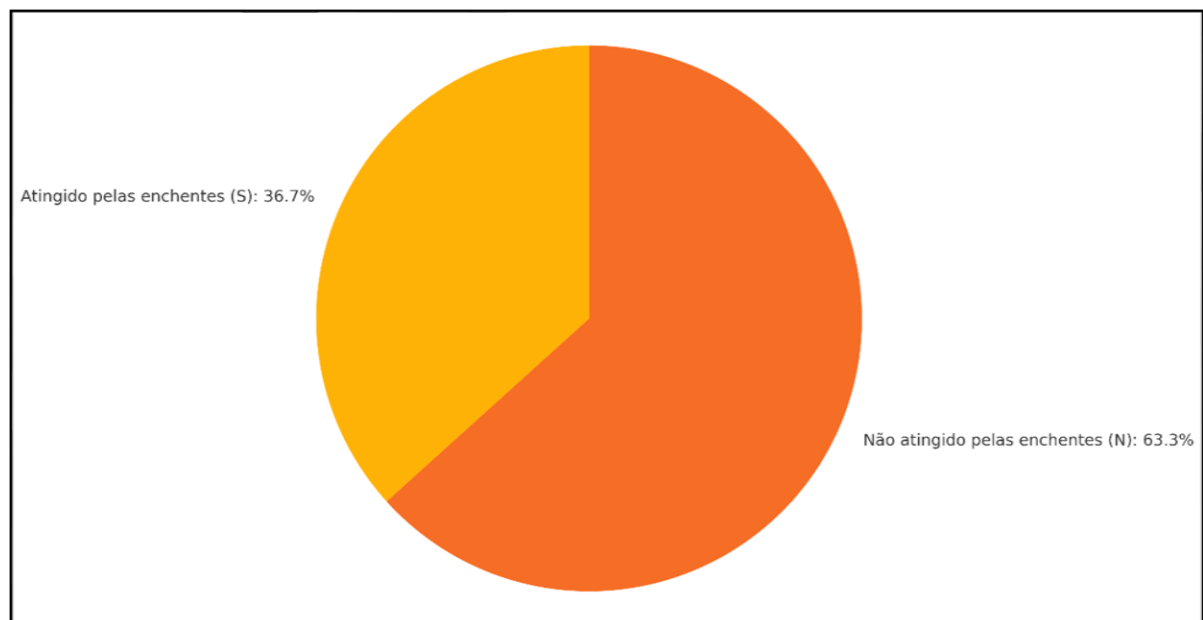
Fonte: Autora (2025).

O panorama expresso pela figura 12 indica, portanto, predomínio de edifícios que ainda conservam parte substancial de sua materialidade original, mas também evidencia a urgência de políticas de conservação diferenciadas: manutenção para os

bens íntegros, restauro de compatibilização para os pouco alterados, e intervenções de recuperação crítica (ou, quando viável, de reconversão) para os muito alterados, a fim de estancar o avanço da descaracterização e assegurar a continuidade da identidade histórico-cultural do sítio tombado.

Quanto ao impacto ocasionado pelas enchentes, a análise revela que 36,7 % das edificações tombadas pelo IPHAN em Santa Tereza-RS foram diretamente afetadas em 2023-2024, ao passo que 63,3 % permaneceram fora da lâmina de inundação (Figura 13).

Figura 13 - Gráfico representando percentual de bens tombados atingidos pelas enchentes.



Fonte: Autora (2025).

Ainda que a maioria não tenha sofrido impacto imediato, a incidência de mais de um terço do acervo sob influência das cheias evidencia a elevada exposição do sítio histórico a perigos hidrometeorológicos.

Nesse contexto, a elaboração de um levantamento cadastral⁸ georreferenciado e periodicamente atualizado constitui instrumento técnico indispensável. Além de

⁸ Levantamento cadastral é o conjunto de procedimentos técnicos destinados à coleta sistemática de dados físicos, geométricos e funcionais de edificações e espaços urbanos, incluindo medições, registros fotográficos, plantações e descrições construtivas, com o objetivo de documentar com precisão o estado atual do bem patrimonial e subsidiar ações de preservação, restauração ou reutilização compatível.

documentar o estado de conservação e as intervenções executadas, ele provê um subsídio objetivo para ações emergenciais caso ocorra perda parcial ou total dos bens. Plantas, registros fotográficos, descrições construtivas e dados estruturais reunidos no cadastro permitem, por um lado, hierarquizar obras de estabilização e, por outro, orientar a reconstrução fidedigna de elementos colapsados, preservando a autenticidade material e simbólica do patrimônio. Integrado a um plano de contingência municipal, esse banco de informações reforçaria a capacidade de resposta institucional, assegurando que recursos sejam alocados de forma tempestiva e fundamentada diante de futuros eventos extremos.

Cabe ressaltar que o levantamento cadastral do patrimônio edificado constitui um instrumento fundamental para a proteção e a gestão qualificada dos bens culturais, especialmente em contextos de vulnerabilidade ambiental ou risco de colapso estrutural. Ao registrar de forma sistemática e detalhada as características físicas, tipológicas, construtivas e simbólicas de imóveis de valor histórico, esse procedimento atua como forma de salvaguarda documental, possibilitando a preservação da memória material mesmo em situações de perda parcial ou total. Em casos de desastres naturais, como enchentes, deslizamentos ou incêndios, o cadastro técnico atualizado representa um referencial confiável para futuras ações de restauração ou reconstrução, assegurando a fidelidade às técnicas e morfologias originais.

Além disso, o levantamento cadastral fortalece as políticas de conservação preventiva, pois subsidia diagnósticos de risco e orienta intervenções compatíveis com a autenticidade e integridade dos bens, conforme preconizam as diretrizes nacionais e internacionais de proteção ao patrimônio cultural.

Durante as visitas a campo pós enchentes foi observado, no núcleo histórico de Santa Tereza, o início de obras estruturais de mitigação de cheias que incluem a instalação de barreiras de contenção junto ao Rio Taquari e redimensionamento do sistema de drenagem. Também, particulares realizando reforço de fundações, elevação de pisos térreos, aplicação de argamassas hidrofugantes nas alvenarias externas. Essas intervenções visam preservar a integridade material das edificações tombadas, reduzindo perdas patrimoniais em eventos extremos futuros e consolidando a resiliência do conjunto urbano frente à recorrência de enchentes.

Foram observadas também ações como reconstrução da Ponte Pênsil, revitalização do parque junto à orla do Rio Taquari, pinturas em edificações tombadas,

como no Hotel, ou seja, é perceptível a vontade e a capacidade de reconstrução do povo santa-terezense.

O conjunto de gráficos relativos à atualização das fichas IPHAN evidencia um núcleo histórico que, embora ainda detenha expressiva vitalidade residencial e institucional, apresenta vulnerabilidades crescentes decorrentes de degradação física, alterações arquitetônicas e exposição hidrometeorológica.

A predominância de edificações em bom estado de conservação contrasta com o contingente relevante de imóveis precários ou já em processo de ruína, enquanto a maioria pouco alterada convive com parcelas que exibem modificações severas ou descaracterização incipiente.

Paralelamente, o atingimento de mais de um terço do acervo pelas enchentes de 2023-2024 reforça a urgência de intervenções estruturais e de um cadastro técnico atualizado que oriente tanto ações preventivas quanto eventuais processos de reconstrução fidedigna. Conjugadas, essas leituras indicam a necessidade de políticas integradas de preservação, adaptação resiliente e diversificação de usos culturais-econômicos, capazes de equilibrar salvaguarda patrimonial, segurança comunitária e dinamização sustentável do sítio tombado de Santa Tereza.

4.1.2 Análise de potenciais Novos Usos

Na sequência, apresenta-se o quadro 5, que consolida os resultados do preenchimento das fichas de “Novos Usos”, propostas originalmente por Varine (2013). Para adequar o instrumento ao contexto específico de Santa Tereza, a autora procedeu ajustes metodológicos descritos anteriormente, cuja operacionalização e síntese analítica são expostas nos quadros a seguir.

Quadro 5 - Resumo Novos Usos

(continua)

FICHA IMÓVEL	O QUE FAZER				FORÇAS E FRAQUEZAS				LIMITAÇÕES					USOS POSSÍVEIS				
	C	R	A	N	INT	ACES	REP	PI	C	CR	L	S	E	C	T	CO	I	M
1		X			X		X		X	X	X			X			X	
2		X			X	X	X		X		X	X	X		X	X		X

3		X	X		X	X	X		X	X	X	X	X		X	X		
5		X			X		X		X		X	X	X	X	X			X
6	X				X		X				X			X				
7	X				X		X		X		X	X	X					X
8		X			X		X		X	X	X	X	X		X	X		X
9	X				X	X	X		X		X					X		
10	X				X		X		X		X							X
11				X	X		X		X		X				X			
12	X				X	X	X		X		X							X
13	X				X		X		X		X			X	X	X		x
40	X				X		X		X		X					X		X
43		X			X		X		X		X			X	X	X		X
14		X			X		X		X		X			X	X	X		X
15		X			X		X		X	X	X	X	X		X	X		X
16	X				X	X	X		X		X			X				
18		X			X	X	X		X		X	X	X	X	X	X		
20	X				X		X				X				X			
21	X				X		X		X		X							X
22		X			X		X		X	X	X	X	X		X	X		X

23		X			X		X		X	X	X		X	X		X
24	X				X		X		X							X
25	X				X	X	X		X							X
26		X					X		X	X	X	X	X			
27		X			X		X		X		X					X
28	X				X		X		X				X	X		X
29	X				X		X		X							
45	X				X		X		X							
32		X			X		X		X	X	X		X	X		
	Conservação (C), Restauração (R), Adaptação (A), Nada (N)				Integração Paisagem (INT), Acessibilidade (ACES), Representatividade (REP), Pressão Imobiliária (PI)				Culturais (C), Científicas (CR), Legais (L), Sociais (S), Econômicas (E).				Cultural (C), Turístico (T), Comercial (CO), Institucional (I), Moradia (M)			

Fonte: Autora (2025).

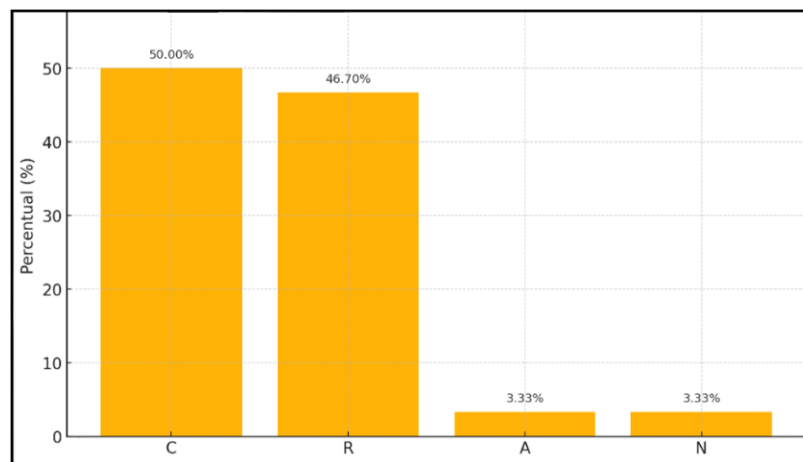
Com base na análise das fichas patrimoniais apresentadas é possível identificar aspectos relevantes que justificam tanto a urgência de ações de conservação quanto o potencial de reuso dos imóveis tombados no núcleo histórico de Santa Tereza. Um dos principais destaques refere-se à presença ou ausência de moradores, fator recorrente nas fichas e apontado como elemento crucial para a manutenção da vitalidade dos centros urbanos tombados. Imóveis como os de números 2, 10, 14, 23, 29 e 45 evidenciam a importância da ocupação residencial contínua como estratégia de preservação cotidiana e controle social do patrimônio.

Outro ponto de destaque é a diversidade de usos atuais e potenciais, que varia entre moradias, comércios tradicionais, usos institucionais e culturais. Casos como o do imóvel da Casa Miele (nº 13), do Museu da Gaita (nº 16) e da Pousada do Vale (nº 11) ilustram como a apropriação funcional compatível com a memória do bem pode

impulsionar o turismo cultural e a valorização identitária. Já edificações como a do Antigo Hospital (nº 5), a Antiga Olaria (nº 26) e a edificação nº 15, com histórico de maternidade, revelam o potencial de reuso vinculado à memória coletiva, podendo ser convertidas em equipamentos de uso turístico, educativo ou comunitário.

Por fim, o quadro revela uma vulnerabilidade acentuada associada a fatores ambientais como a localização em áreas alagáveis e os danos causados pelas enchentes de 2023 e 2024, que atingiram edificações emblemáticas (como as de nº 1, 3, 15, 18 e 20). Tal contexto reforça a necessidade de integrar as ações de conservação patrimonial ao planejamento territorial e à gestão de riscos climáticos, especialmente diante da urgência de estratégias adaptativas e resilientes. A análise dessas fichas, portanto, evidencia a importância de intervenções articuladas entre poder público, comunidade e iniciativa privada, voltadas não apenas à restauração física dos bens, mas à sua reintegração funcional e simbólica ao cotidiano da cidade.

Figura 14 - Gráfico representando necessidade de intervenção nas edificações.



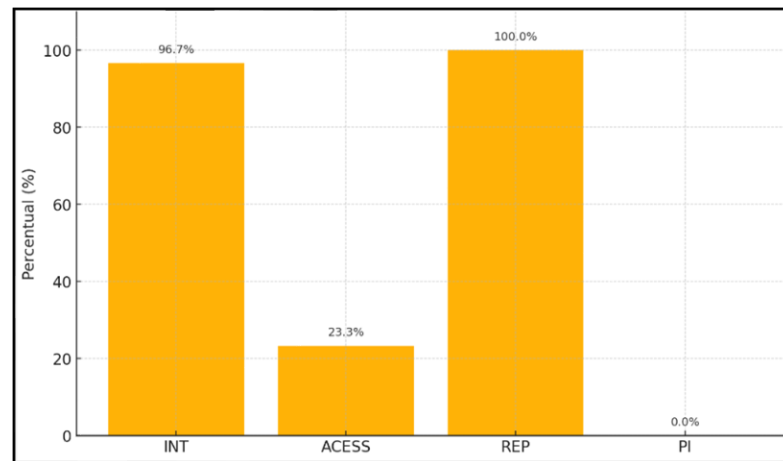
Fonte: Autora (2025).

A aplicação das fichas de novos usos evidencia que, no conjunto analisado conforme figura 14, 50 % das edificações demandam conservação (C) — manutenção preventiva destinada a preservar materiais originais —, enquanto 47 % requerem restauração (R), isto é, intervenções corretivas mais extensas que recompõem elementos perdidos ou gravemente deteriorados. Em contraste, apenas 3 % dos imóveis necessitam de adaptação (A) para novos usos, e outros 3 % apresentam manutenção em dia (N), dispensando ações imediatas. Esse perfil revela um quadro

em que predomina a necessidade de operações de baixo a médio impacto técnico, mas ainda assim fundamentais para evitar a escalada da degradação. Simultaneamente sugere baixa urgência de reconversões funcionais ou de intervenções emergenciais.

Sob a ótica de Varine (2013), a priorização de recursos deve, portanto, concentrar-se em programas sistemáticos de conservação e em projetos de restauração criteriosa, assegurando a continuidade do valor patrimonial e a compatibilidade dos usos propostos, antes de avançar para adaptações pontuais ou redirecionar verbas para edifícios já satisfatoriamente mantidos.

Figura 15 - Gráfico representando forças e fraquezas do patrimônio.



Fonte: Autora (2025).

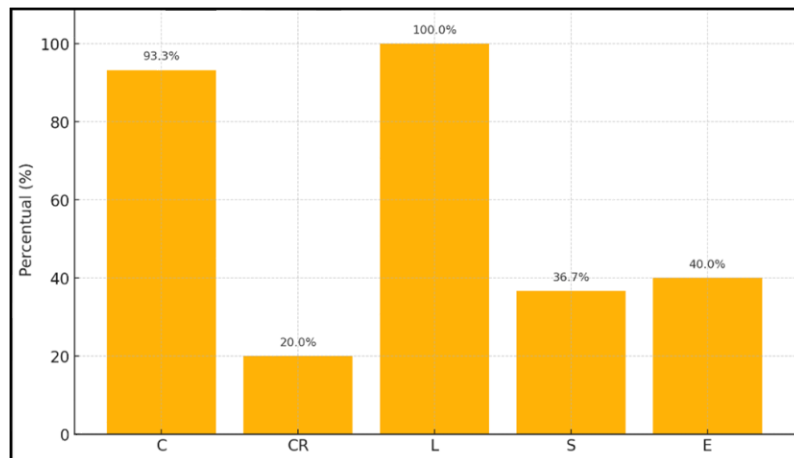
Quando avaliado o conteúdo do patrimônio em relação às principais forças do conjunto tombado de Santa Tereza (Figura 15) verifica-se, de um lado, elevada representatividade histórica (REP = 100 %), que confirma a centralidade simbólica dessas edificações no tecido urbano, e, de outro, boa integração paisagística (INT = 96 %) enquanto indicador de harmonia morfológica entre arquitetura, topografia e ambiência cultural.

Em contrapartida, apenas 23 % dos imóveis atendem satisfatoriamente aos requisitos de acessibilidade (ACES), revelando fragilidade que limita fruição inclusiva e compromete potenciais usos turísticos ou comunitários. Por fim, a ausência de casos classificados sob pressão imobiliária (PI = 0 %) sugere que, ao menos no horizonte imediato, há um cenário de baixa especulação fundiária, o que favorece a adoção de

políticas de conservação sem o agravante de conflito de interesses econômicos. O quadro resultante desses dados aponta, portanto, para a necessidade de priorizar intervenções que ampliem a acessibilidade universal, preservando simultaneamente a forte representatividade patrimonial e a integração paisagística que caracterizam o sítio histórico.

Em relação às limitações legais (Figura 16), todos os bens analisados estão resguardados por esse respaldo, uma vez que foram tombados de forma conjunta e, portanto, estão sujeitos à legislação pertinente ao patrimônio cultural, especialmente no que se refere à realização de quaisquer intervenções.

Figura 16 - Gráfico representando limitações do patrimônio.



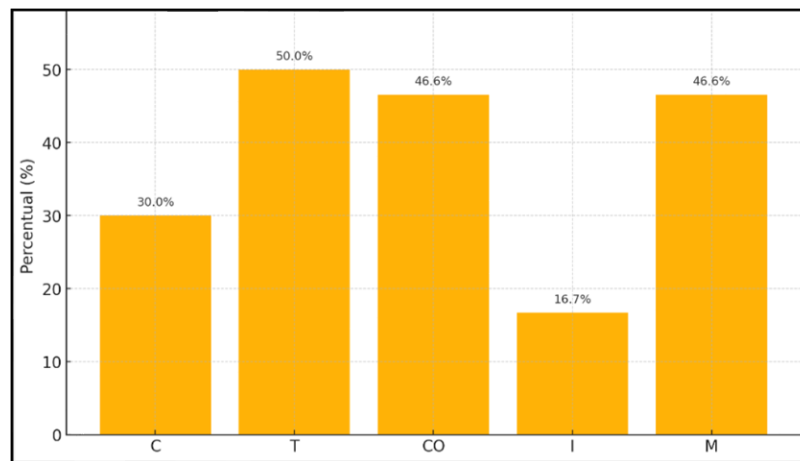
Fonte: Autora (2025).

Os resultados evidenciam que as limitações legais (L) associadas aos trâmites de aprovação junto ao IPHAN configuram o principal entrave à implementação de novos usos nos bens tombados de Santa Tereza, alcançando 100% das ocorrências. Ao mesmo tempo, é a proteção legal o que garante a existência e a sobrevivência do sítio tombado. Em estreita magnitude, as restrições culturais (C) — vinculadas à preservação de fachadas e da paisagem urbana — atingiram 93,3%, revelando a rigidez normativa que protege a autenticidade material, mas simultaneamente restringe intervenções adaptativas.

As barreiras de ordem econômica (E) representam 40%, indicando que o montante de investimento inicial ainda exerce influência significativa, embora inferior às condicionantes jurídicas e morfológicas. As limitações sociais (S), relativas às

dificuldades enfrentadas por empreendedores locais, somam 36%, sugerindo desafios de mobilização comunitária e de gestão participativa. Por fim, as restrições científicas (CR), concernentes à complexidade técnica do restauro, registram 20%, apontando menor, embora não desprezível, impacto na viabilidade dos projetos. Em conjunto, tais dados reiteram a necessidade de políticas integradas que simplifiquem procedimentos de licenciamento, ofereçam incentivos econômicos e promovam capacitação técnica e social, de modo a equilibrar a salvaguarda patrimonial com o dinamismo funcional e econômico do sítio histórico.

Figura 17 - Gráfico representando possíveis usos do patrimônio



Fonte: Autora (2025).

A distribuição dos usos potenciais atribuídos às edificações tombadas de Santa Tereza revela clara orientação para funções de dinamização econômica e sociocultural. A categoria apoio às atividades turísticas (T) desponta com 50%, sinalizando forte vocação do conjunto para serviços de hospedagem e alimentação que possam ancorar o desenvolvimento do turismo patrimonial. Em posição próxima, aparecem o uso comercial (CO) e a moradia (M), ambos com 46%, indicando, respectivamente, a capacidade de sustentar uma economia de base local (farmácias, padarias, artesanato) e de garantir vitalidade residencial contínua no núcleo histórico. O uso cultural (C) corresponde a 30%, sugerindo espaço relevante, embora secundário, para museus, memoriais e centros multiculturais que reforcem a memória coletiva. Por fim, apenas 16% dos imóveis apontam para funções institucionais (I), o que denota menor demanda por equipamentos públicos no perímetro avaliado. Esse perfil de preferências evidencia uma estratégia de ocupação que combina turismo,

comércio e habitação como vetores prioritários, sustentados por atividades culturais complementares e limitada inserção institucional, compondo um cenário favorável à diversificação econômica e à preservação ativa do patrimônio.

Em síntese, a aplicação das fichas adaptadas de Novos Usos (Varine, 2013) ao núcleo tombado de Santa Tereza delinea um quadro de elevada representatividade e integração paisagística, mas tensionado por limitações legais e culturais que incidem sobre mais da metade dos imóveis, bem como por lacunas de acessibilidade e restrições econômicas que dificultam a implantação de novos programas. A tipologia de intervenções demanda majoritariamente ações de conservação e restauração, reforçando a necessidade de políticas de manutenção preventiva, enquanto a matriz de usos potenciais privilegia funções ligadas ao turismo, ao comércio de base local e à moradia, compondo um modelo de revitalização que combina dinamismo econômico e permanência social.

Assim, a estratégia de gestão patrimonial deve articular simplificação de trâmites no IPHAN, incentivos financeiros e capacitação técnica, de modo a viabilizar adaptações compatíveis com a autenticidade arquitetônica, expandir a acessibilidade universal e consolidar o patrimônio como vetor de desenvolvimento territorial sustentável. Comentários adicionais sobre cada bem analisado encontram-se no Apêndice 1 deste trabalho.

4.1.3 Gestão de riscos em Santa Tereza

A cada cheia do Rio Taquari fica mais evidente a necessidade de medidas preventivas e de planejamento para mitigar os efeitos das enchentes e garantir a segurança da população de Santa Tereza permitindo também que sejam avaliados planos para salvaguardar e minimizar os danos aos espaços públicos e bens patrimoniais.

Nesse quadro, o uso estratégico de dados e informações constitui um elemento central na capacidade de resposta e mitigação dos impactos provocados por eventos climáticos extremos em nível municipal. A coleta e análise de séries históricas de dados meteorológicos — como padrões de precipitação, temperatura e frequência de eventos extremos — possibilita a identificação de tendências e zonas de maior vulnerabilidade.

A partir desses elementos, torna-se viável a antecipação de cenários de risco e a elaboração de ações preventivas, como a emissão de alertas precoces, evacuações planejadas e a construção de infraestruturas urbanas mais resilientes. Paralelamente, dados em tempo real, gerados por estações hidrometeorológicas e sensores remotos, podem permitir o monitoramento contínuo das condições ambientais, favorecendo ajustes dinâmicos nas estratégias de resposta e minimizando os impactos à população e aos ativos urbanos.

Adicionalmente, a integração de informações climáticas com dados socioeconômicos revela-se fundamental para o planejamento territorial e a implementação de medidas direcionadas de adaptação. O conhecimento sobre a distribuição populacional, a localização de comunidades vulneráveis e as características da infraestrutura urbana e rural permite uma alocação mais eficiente de recursos.

Informações relativas ao uso do solo, tais como a delimitação de áreas agrícolas, zonas urbanas e reservas ambientais, subsidiam decisões que contemplam práticas sustentáveis, controle do desmatamento e gestão racional dos recursos naturais. Desse modo, a utilização sistemática de dados fortalece a capacidade decisória dos gestores públicos, orientando políticas públicas que ampliam a resiliência territorial frente aos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

Nesse quadro destaca-se, no plano federal, a plataforma *AdaptaBrasil*, iniciativa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) concebida como um sistema de informações e análises sobre os impactos das mudanças climáticas em escala nacional. Essa plataforma, lançada como parte da estratégia governamental de enfrentamento ao aquecimento global, consolida dados de diferentes origens com o objetivo de mapear vulnerabilidades, avaliar riscos e identificar possibilidades de adaptação nos diversos setores e regiões do país (BRASIL, 2024a). Utilizando modelagem climática e tecnologias de análise avançada, o sistema projeta cenários futuros para áreas como agricultura, recursos hídricos, energia, saúde e biodiversidade. Com isso, fornece subsídios técnicos relevantes para a formulação de políticas públicas orientadas à mitigação dos efeitos adversos e à exploração de oportunidades resultantes das mudanças climáticas.

Um dos principais diferenciais do *AdaptaBrasil* consiste na capacidade de integrar dados climáticos com informações socioeconômicas e ambientais, resultando em uma abordagem abrangente e multissetorial. Essa estrutura oferece suporte à

tomada de decisões informadas por parte dos entes públicos, da iniciativa privada e da sociedade civil, contribuindo para uma governança climática mais eficiente e participativa.

No âmbito desta pesquisa, o sistema *AdaptaBrasil* foi utilizado para analisar a situação do município de Santa Tereza (RS) a partir de dois indicadores específicos: o Índice de Risco para Inundações, Enxurradas e Alagamentos e o Índice de Risco para Deslizamento de Terra.

O primeiro indicador avalia o risco de impacto das mudanças climáticas sobre sistemas socioecológicos no contexto de desastres geo-hidrológicos. Considera variáveis geomorfológicas (que influenciam a suscetibilidade do terreno), padrões de uso do solo (como urbanização e cobertura vegetal), condições geológicas (relativas à estabilidade do solo) e índices climáticos de precipitação (chuvas acumuladas em um ou cinco dias consecutivos) (Brasil, 2024a).

De maneira semelhante, o Índice de Risco para Deslizamento de Terra analisa a probabilidade de deslizamentos em função de fatores como características morfopedológicas, padrões de ocupação do solo, estrutura geológica e intensidade pluviométrica. Ambos os índices buscam oferecer um panorama integrado das ameaças, subsidiando a identificação de áreas de maior vulnerabilidade e a formulação de estratégias de gestão e resposta (Brasil, 2024a).

A consulta aos dados disponíveis para o município indicou que Santa Tereza apresentava risco baixo, resultados que, à primeira vista, contrastam com a realidade local observada durante o período da pesquisa. Segundo a plataforma *AdaptaBrasil* (Brasil, 2024a), o município apresenta risco Baixo (0,20) para inundações, enxurradas e alagamentos, e risco Muito Baixo (0,19) para deslizamentos de terra (Figura 18).

Figura 18 - Print de tela sistema Adapta Brasil



Fonte: Adapta Brasil (2024).

As características geomorfológicas do município de Santa Tereza, marcadas por um relevo acidentado com encostas íngremes e solos altamente suscetíveis à erosão, configuram um cenário propício à ocorrência de deslizamentos de terra, sobretudo após episódios de chuvas intensas e prolongadas. A proximidade do município com o leito do Rio Taquari intensifica os riscos de inundação, principalmente em períodos de alta pluviosidade. A análise conjunta dos dois indicadores disponibilizados pela plataforma *AdaptaBrasil* Índice de Risco para Inundações, Enxurradas e Alagamentos e Índice de Risco para Deslizamentos de Terra, evidencia uma correlação preocupante: os eventos de inundação frequente não apenas geram alagamentos, mas também contribuem para a saturação do solo e, conseqüentemente, para a instabilidade das encostas (Brasil, 2024).

Essa interação entre diferentes tipos de risco amplia significativamente os potenciais danos à infraestrutura urbana e rural do município, representando uma ameaça direta à segurança da população residente em áreas vulneráveis. Tal configuração demanda uma abordagem sistêmica e integrada para a gestão de riscos e desastres naturais, de modo a contemplar a complexidade dos fenômenos e suas inter-relações.

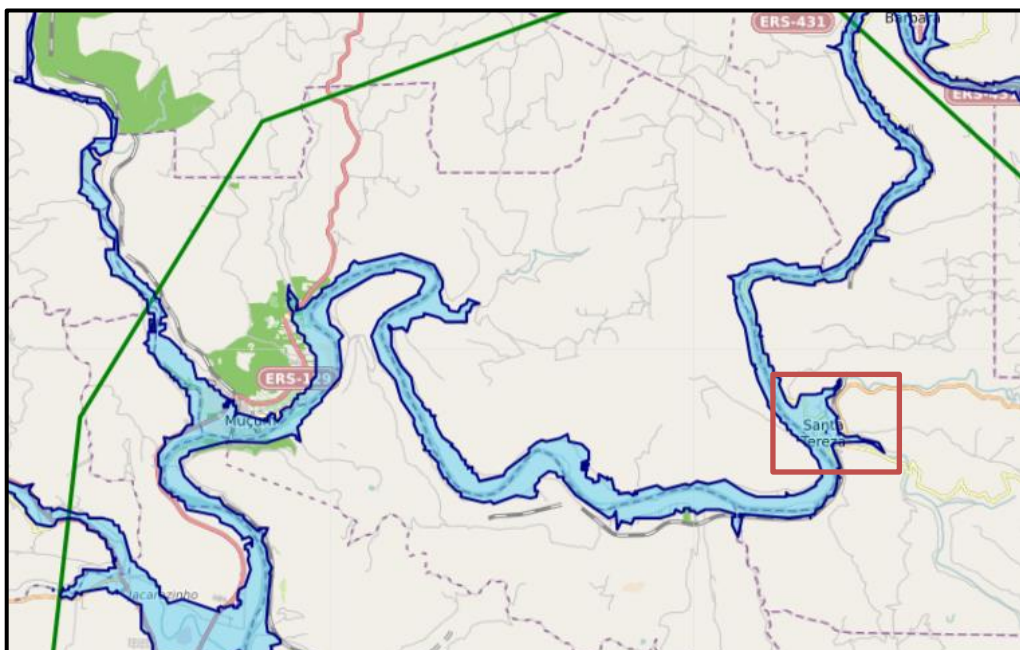
Diante desse contexto, questiona-se a efetividade dos dados disponíveis na referida plataforma federal como instrumento de apoio ao planejamento e à

formulação de políticas públicas voltadas à mitigação de riscos associados a eventos climáticos extremos.

Como os eventos recentes recorrentes e verificáveis em campo evidenciaram, os dados dessa plataforma não refletem a intensidade desses eventos nos indicadores disponibilizados pelo sistema governamental. Esse descompasso entre os dados oficiais e a realidade empírica observada sinaliza a um potencial comprometimento da capacidade de resposta dos entes públicos e da população local nos municípios, pois limita o reconhecimento formal da criticidade da condição, o que, por conseguinte, implica na adoção de medidas proporcionais à percepção de gravidade dos riscos enfrentados.

No caso de Santa Tereza, os valores situam-se nas faixas menos críticas da escala adotada (que varia de 0 a 1). No entanto, os recorrentes episódios de enchentes que acometeram Santa Tereza entre 2023 e 2024, inclusive com registro da maior cheia do Rio Taquari (Figura 19) em mais de 150 anos, contradizem essa leitura inicial. Tais eventos reiteram a necessidade de uma análise mais aprofundada da vulnerabilidade municipal e de uma constante atualização dos índices de risco, especialmente considerando o agravamento dos eventos extremos associados às mudanças climáticas.

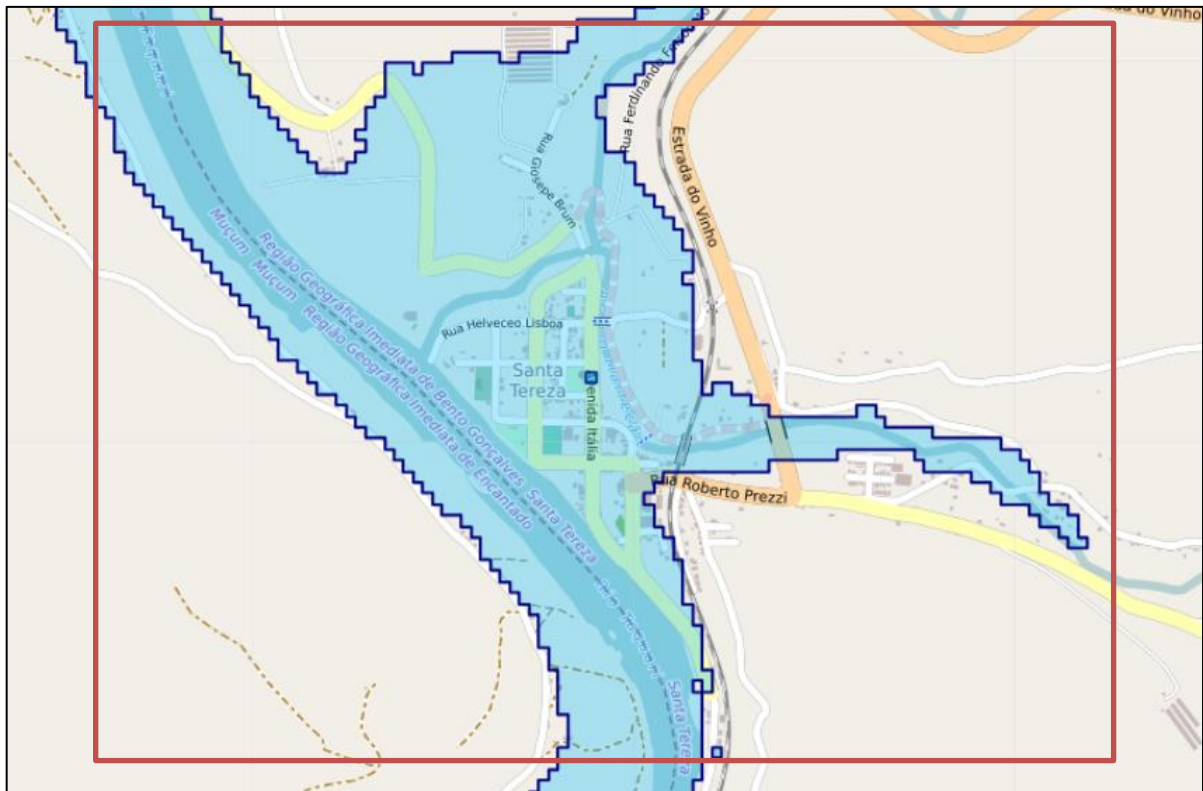
Figura 19 - Mapa oficial inundação do Rio Taquari.



Fonte: Souto (2024).

Optou-se por não realizar entrevistas sistemáticas junto à população local, dada a condição de vulnerabilidade socioemocional que ainda perdura após as cheias históricas de 2023 / 2024. Contudo, observações de campo e conversas informais com moradores possibilitaram a obtenção de relatos complementares, diferentes dos apresentados nos mapas oficiais⁹ (Figura 20).

Figura 20 - Mancha de inundação, recorte centro urbano de Santa Tereza.



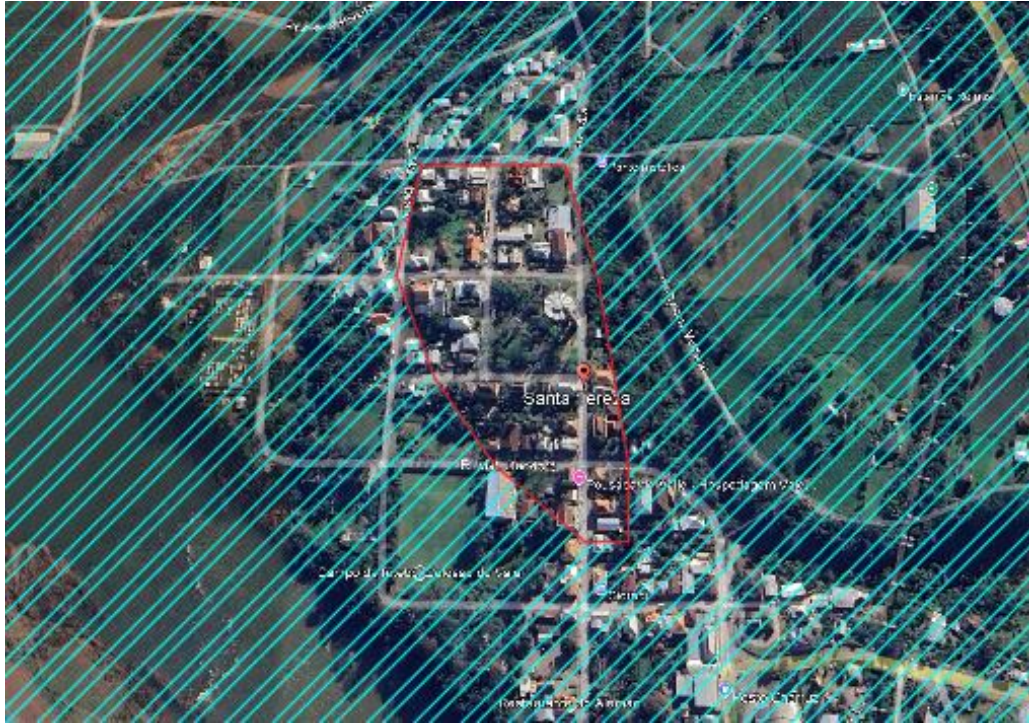
Fonte: Souto (2024).

Esses depoimentos indicam que o nível máximo da inundação não atingiu as manchas oficiais mapeadas, restringindo-se à esquina da Rua Cesare Appiani e às proximidades da Prefeitura Municipal, delimitando uma pequena ilha apenas na cota mais elevada do centro urbano. Esses testemunhos, ainda que informais, fornecem subsídios valiosos para a reavaliação dos cenários de risco e para a formulação de estratégias de adaptação patrimonial. Nestes termos, a seguir (Figura 21) é

⁹ Plataforma oficial *Mapas web* mostrando as áreas afetadas pelo desastre no Rio Grande do Sul (Brasil), resultante de evento climático extremo, iniciado em 29 de abril de 2024 (data oficial).

apresentado um mapa que delimita a “ilha” não atingida pelas enchentes, a partir dos relatos orais.

Figura 21 - Mapa enchentes 23/24 a partir de relatos orais



Fonte: Autora (2025).

Relatos obtidos de forma não estruturada evidenciam a íntima relação dos residentes com o regime hidrológico local. Moradores de faixa etária intermediária afirmam ter convivido desde a infância com inundações recorrentes, internalizando práticas adaptativas, como o erguimento preventivo do mobiliário para mitigar perdas materiais. Não obstante essa longa familiaridade, salientam que jamais presenciaram vazão tão intensa quanto a de 2024, episódio que elevou substancialmente a percepção de risco e provocou significativo abalo psicossocial. A despeito do trauma, a maior parte da população descarta a migração, mas admite experimentar ansiedade sempre que ocorrem chuvas prolongadas.

4.1.4 Resiliência e atuações institucionais

Nesse quadro, a análise da capacidade local de gestão também revelou limitações estruturais diante da intensidade e da frequência dos desastres. A curta distância temporal entre os episódios de enchente compromete o processo de

recuperação, evidenciando fragilidades no sistema de resposta e apontando para a necessidade de fortalecer mecanismos de resiliência.

Até o momento a atuação local tem sido sustentada, em grande parte, pelo apoio de voluntários e pela mobilização de instituições públicas. Contudo, a repetição das emergências impõe desafios contínuos à governança municipal. No cenário que se apresenta, em que os danos e as consequências de eventos climáticos são percebidos e sentidos por toda a população em uma escala significativa, avalia-se de que forma as diferentes esferas governamentais estão, ou podem ser eficazes para mitigar esses impactos. Isso implica considerar as atuações dos diferentes níveis federativos, retomando o conceito de resiliência territorial e seus fatores, conforme aplicado por Vega (2020). Embora essa autora tenha estudado destinos chilenos, os fatores estruturais de resiliência territorial mostram-se aplicáveis a realidades federativas. Nesse sentido, o quadro 6 adapta esses fatores às esferas de governo previstas na Constituição de 1988 e na legislação brasileira de gestão de riscos, proporcionando uma referência para políticas de resiliência local.

Quadro 6 - Resiliência territorial conforme Vega (2020)

(continua)

Fator de Resiliência Territorial	Escala Governamental			Síntese do Conteúdo
	Municipal	Estadual	Federal (União)	
Capacidades (capital humano, recursos financeiros, infraestrutura, conhecimento técnico)	<ul style="list-style-type: none"> Identificar e mapear áreas de risco; incorporar defesa civil no plano diretor; vistoriar edificações e prover abrigos 	<ul style="list-style-type: none"> Elaborar e executar Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil; monitorar riscos em rede com a União 	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer normas nacionais de proteção e defesa civil, fomentar pesquisa e transferir recursos Instituir sistemas e cadastros nacionais 	Capacidade de mobilizar e gerir recursos materiais e imateriais para prevenir, absorver e recuperar-se de perturbações

<p>Propriedades (características físicas, ambientais e socioculturais do território)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fiscalizar uso do solo, vedar novas ocupações em áreas vulneráveis, implementar educação ambiental local 	<ul style="list-style-type: none"> • Licenciar e fiscalizar atividades de impacto regional; apoiar municípios na realocação de população em área de risco 	<ul style="list-style-type: none"> • Definir padrões nacionais de ordenamento territorial, meio ambiente e mudanças climáticas; manter cadastro de municípios suscetíveis a desastres 	<p>Expressa o grau de apropriação socioterritorial que atores locais— comunidade, empresariado e governo—detêm sobre os recursos e processos decisórios que moldam o território.</p>
<p>Conexões (rede de relações institucionais, sociais e econômicas)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Articular sociedade civil, voluntários e rádios locais; manter comunicação de riscos à população 	<ul style="list-style-type: none"> • Articular União e Municípios, coordenar SINEDEC em nível estadual 	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar o SINEDEC, expedir normas e financiar ações articuladas 	<p>Grau de integração entre atores públicos, privados e comunitários; cooperação intergovernamental e participação social</p>

Fonte: Autora (2025).

Nesse sentido, a atuação coordenada entre as esferas municipal, estadual e federal é essencial para garantir a operacionalização dessas capacidades, conforme preconizado pelas diretrizes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SNPDC).

4.2 ANÁLISE INTEGRADA DOS RESULTADOS E PROPOSIÇÕES

Em razão do contexto de vulnerabilidade emocional expresso pela população do município, o presente estudo optou por não conduzir entrevistas formais nem consultas a representantes da sociedade civil. As análises de potencial de uso foram desenvolvidas com base nas fichas de novos usos propostas por Varine (2013), aplicadas pela autora a partir de sua experiência profissional, de modo a preservar o bem-estar da comunidade e, simultaneamente, assegurar a consistência metodológica do diagnóstico patrimonial.

Retomando a contribuição de Varine (2013), verifica-se que, na interface entre patrimônio e turismo o autor critica o paradigma do turismo de massa e advoga práticas culturalmente responsáveis, baseadas em grupos reduzidos, mediação interpretativa qualificada e vivência autêntica do lugar.

Nessa perspectiva, Santa Tereza se configura como estudo de caso especialmente pertinente. A valoração do patrimônio enquanto ativo turístico não se restringe à geração de fluxos econômicos: visa, sobretudo, fortalecer processos de autorreferência identitária e de aprendizagem intercultural, assegurando que o excedente resultante seja reinvestido na própria comunidade.

Desse modo, o turismo cultural converte-se em vetor complementar do desenvolvimento local, desde que orientado por princípios de participação social, gestão compartilhada e salvaguarda da integridade material e imaterial dos bens culturais.

(...) coloco como premissa que o desenvolvimento não é sustentável, e, portanto, real, se não se faz em harmonia com o patrimônio e se não contribui para a vida e para o crescimento deste último (Varine, 2013, p. 21).

A situação de Santa Tereza, marcada por eventos extremos recorrentes, impõe a necessidade de reavaliar os instrumentos de planejamento e gestão dos entes federativos. Constatou-se existir uma ampla disponibilidade de estudos e instrumentos¹⁰ caracterizados por rigor metodológico elevado e comprovada viabilidade de aplicação de planejamento e gestão orientados à construção de territórios resilientes no Brasil. Contudo, verificou-se que persiste um descompasso entre esse arcabouço teórico-prático e as informações efetivamente disponibilizadas nas plataformas federais de dados abertos especializadas, como a AdaptaBrasil.

Nesse sentido, é fundamental ampliar a discussão sobre a responsabilidade compartilhada entre os níveis de governo na mitigação dos danos e na formulação de estratégias de adaptação e resiliência, com atenção especial à preservação do patrimônio cultural, à segurança da população e à continuidade das atividades econômicas e sociais. Nesse contexto propõe-se uma análise integrada de diferentes dimensões da resiliência territorial de Santa Tereza, considerando diferentes escalas de atuação e suas articulações diante da intensificação dos efeitos das mudanças climáticas (Quadro 7).

Quadro 7 – Resiliência territorial e as responsabilidades das esferas de governança

(continua)

Dimensão da Resiliência	Escala de Atuação	Situação Observada / Relevância para Santa Tereza
Institucional e Governança	Local / Estadual / Federal	Limitações na capacidade de resposta local frente à sucessividade das enchentes. Necessidade de coordenação intergovernamental para ações

¹⁰ Mapas contendo manchas de inundações atualizadas em 2024, estudos sobre a probabilidade de riscos quanto à enchentes e deslizamentos, entre outros.

		emergenciais e reconstrução. Ausência de planos específicos voltados à salvaguarda do patrimônio edificado.
Infraestrutural	Local / Estadual	Estrutura urbana e rural insuficiente para conter ou mitigar os efeitos de inundações. Destruição de pontes, edificações históricas e vias de acesso. Necessidade de obras de contenção e drenagem.
Socioeconômica	Local / Estadual	Prejuízos severos à agricultura, comércio e turismo. Redução da circulação econômica local. População dependente de auxílios emergenciais e da solidariedade comunitária.
Ambiental e Territorial	Local / Federal	Mudanças no padrão de precipitação intensificam riscos hidrológicos. Vulnerabilidade de áreas urbanas em cotas baixas. Falta de ordenamento territorial preventivo.
Cultural e Patrimonial	Local / Federal (IPHAN)	Danos a bens tombados e construções históricas. Perdas irreparáveis de elementos identitários locais (Moinho Valduga, Ponte Pênsil, casas centenárias). Ausência de proteção patrimonial em planos de contingência.
Comunicacional e Educacional	Local / Estadual	Falta de campanhas preventivas contínuas. Ações pontuais de mobilização social durante emergências. Potencial de fortalecimento da educação para riscos e da memória dos desastres como instrumento de conscientização.

Fonte: Autora (2025).

As análises realizadas evidenciam que a resiliência territorial de Santa Tereza se encontra em processo de construção, permeada por fragilidades estruturais, vulnerabilidades ambientais e limitações institucionais, mas também por potenciais significativos de reorganização funcional e preservação patrimonial. A experiência recente com eventos climáticos extremos reforça a urgência de integrar políticas de proteção ao patrimônio edificado com estratégias de adaptação ao risco e planejamento turístico sustentável. A presença ativa da comunidade, o valor cultural do acervo tombado e a capacidade de articulação entre os agentes locais despontam como elementos-chave para a reconstrução territorial com base na memória, identidade e uso social dos bens.

A integração entre patrimônio, turismo e resiliência desponta como eixo estruturante para reposicionar Santa Tereza num cenário de mudanças climáticas aceleradas. A aplicação do método dos Novos Usos comprovou viabilidade de reprogramar o acervo sem descaracterizá-lo, ao mesmo tempo em que o diagnóstico de riscos impôs a urgência de ações em diferentes setores e escalas.

A seguir são apresentadas proposições estratégicas, como forma de colaboração prática deste trabalho para o desenvolvimento sustentável de Santa Tereza, pautado na tríade – Turismo, Patrimônio e Resiliência:

- a) Plano Municipal de Gestão Integrada do Patrimônio e do Risco: Unifica inventário/levantamento cadastral, cenários de risco hidrometeorológico e matriz de usos pretendidos, garantindo atualização contínua dos dados. Define zonas de intervenção prioritária e especifica protocolos de monitoramento preventivo pós-evento, diminuindo a dependência exclusiva do IPHAN para decisões emergenciais.
- b) Fundo Rotativo de Manutenção e Adaptação: Capitalizado por incentivos fiscais federais e estaduais (através das Leis de Incentivo à Cultura), municipais (ISS-turismo, IPTU diferenciado) e por taxa de conservação solidária aplicada a empreendimentos turísticos instalados no núcleo tombado. Poderá destinar-se a obras de restauração complexa (20 % CR) e a melhorias de acessibilidade universal (23,3 % ACES) diagnosticadas nas fichas.
- c) Programa de Usos Múltiplos Resilientes: Prioriza arranjos em imóveis com dupla vocação, por exemplo, turismo-moradia ou turismo-comércio. Visa garantir fixação de moradores no centro urbano tombado, como premissa de sustentabilidade, como já apontado no texto. Conecta essas iniciativas à possibilidade de formação de rotas de experiência (gastronomia, memória da imigração, trilhas *das enchentes*) que reforcem a interpretação patrimonial e a educação para o risco.
- d) *Hub* Comunitário de Resiliência e Patrimônio: Instala-se em edificação tombada de alta acessibilidade e baixa limitação legal, funcionando como centro de comando em crises, laboratório de treinamento em restauro emergencial e espaço de inovação social voltado ao turismo responsável.
- e) Observatório Local de Mudanças Climáticas e Patrimônio: Sistema participativo de ciência cidadã que integra medições hidrológicas, registros de danos (atualizando levantamentos cadastrais) e memória oral dos desastres, alimentando base de dados e qualificando as decisões de uso e conservação.

As proposições aqui delineadas — plano integrado, fundo rotativo, programa de usos múltiplos, hub comunitário e observatório — constituem roteiro operativo de curto e médio prazos para transformar vulnerabilidade em oportunidade e assegurar

que o patrimônio tombado seja, simultaneamente, memória, infraestrutura de adaptação e motor de desenvolvimento local. Deverá ser analisado juntamente aos agentes públicos locais, em diferentes esferas de atuação.

Encerrada esta etapa analítica, seguem-se as considerações finais, nas quais se retomam os principais achados da pesquisa, destacando-se suas contribuições, limitações e perspectivas futuras para a preservação e valorização resiliente dos sítios urbanos tombados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como propósito investigar, sob uma perspectiva exploratória e multidimensional, as possibilidades de articulação entre o patrimônio cultural edificado de Santa Tereza/RS, suas potencialidades turísticas e sua condição resiliente diante de desastres naturais. Com base na abordagem teórica da resiliência territorial buscou-se compreender como o patrimônio tombado, ao ser apropriado socialmente e reintegrado às dinâmicas cotidianas da comunidade, pode funcionar como elemento estratégico para a adaptação e mitigação de riscos. O estudo parte do reconhecimento de que a resiliência não se restringe à resistência física a choques ambientais, mas envolve também a capacidade coletiva de reorganização e transformação.

Nesse contexto, a dissertação adotou como eixo metodológico a proposta dos "Novos Usos" formulada por Varine (2013), segundo a qual o patrimônio somente é efetivamente preservado quando incorporado ao presente pela comunidade, por meio de usos que respondam às suas necessidades atuais. Nisso, o patrimônio não é visto como um objeto estático de contemplação ou como vestígio isolado do passado, mas como um recurso vivo, capaz de gerar sentido, identidade e desenvolvimento.

Aplicada ao caso de Santa Tereza, essa metodologia permitiu vislumbrar alternativas para o uso turístico sustentável do patrimônio tombado, orientadas por princípios de valorização cultural, engajamento comunitário e adaptação territorial. A metodologia também foi útil para examinar os limites e as possibilidades de funcionalização dos bens culturais em contextos de vulnerabilidade hídrica.

As enchentes que atingiram o município em maio de 2024 tornaram evidente a fragilidade de parte da infraestrutura urbana e dos sistemas de Defesa Civil, mas também revelaram a importância de espaços resilientes e socialmente apropriados. Diversas edificações históricas demonstraram resistência estrutural frente ao impacto das águas, o que reforça sua relevância enquanto suporte físico para estratégias de adaptação.

Contudo, sua resiliência de maneira mais ampla somente poderá ser consolidada mediante ações coordenadas de preservação, manutenção e reintegração ao cotidiano da cidade. Nesse sentido, destaca-se também a relevância do levantamento cadastral como instrumento estratégico de proteção ao patrimônio, pois permite a documentação detalhada das características físicas e construtivas dos

bens culturais, oferecendo suporte técnico e histórico imprescindível para eventuais processos de reconstrução e restauração pós-desastre.

A possibilidade de incorporar esses imóveis à cadeia do turismo cultural, com enfoque em experiências educativas, memoriais e comunitárias, foi identificada como alinhada tanto à lógica dos Novos Usos quanto às diretrizes internacionais de desenvolvimento sustentável.

Ao mesmo tempo, o conceito de resiliência, ao ser articulado ao patrimônio, adquiriu um caráter operativo, capaz de informar políticas públicas intersetoriais que integrem cultura, urbanismo, meio ambiente e gestão de riscos.

Nesse quadro, a funcionalização dos bens tombados como equipamentos comunitários, pontos de apoio em emergências ou polos de atração turística implica o reconhecimento de seu valor social para além da preservação estética ou formal. A presente dissertação não propôs esgotar o debate sobre esses temas, mas sim oferecer uma ferramenta inicial de análise e proposição, cuja aplicabilidade deverá ser testada em práticas futuras, com ampla participação dos atores locais.

Importa destacar que os resultados apresentados têm natureza provisória e exploratória. As análises, indicadores e proposições construídos ao longo do trabalho servem como ponto de partida para um debate ampliado, não como verdades conclusivas. Reconhece-se que poderão ser realizadas reformulações nos instrumentos analíticos e nas interpretações propostas, com vistas ao aprimoramento da abordagem. O caráter experimental da pesquisa está na base da metodologia adotada, e deve ser compreendido como etapa de um processo contínuo de aprofundamento. Espera-se, contudo, ter contribuído para o fortalecimento do diálogo entre os campos do patrimônio cultural, da gestão do risco e da resiliência territorial, colocando o município de Santa Tereza como um território emblemático para reflexão e inovação.

Com base nesse percurso, reafirma-se a relevância da perspectiva dos Novos Usos como instrumento teórico-metodológico para pensar o patrimônio como parte de um sistema territorial resiliente. Sua aplicação em Santa Tereza mostrou-se promissora, tanto pelas características históricas e simbólicas do lugar quanto pela perspectiva de participação futura da comunidade em preservar e reconfigurar seus espaços significativos. Ainda que os caminhos da implementação exijam pactuações, recursos e mediações políticas, os fundamentos aqui levantados sugerem que é possível — e necessário — reposicionar o patrimônio como elemento central nas

estratégias de desenvolvimento local e enfrentamento das emergências contemporâneas, especialmente considerando o contexto de mudanças climáticas que estamos vivendo.

6. REFERÊNCIAS

ADAMS, Karin Carvalho. **Resiliência urbana: um olhar crítico sobre a disseminação do conceito**. 2018. 113 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) — Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018. DOI: 10.17771/PUCRio.acad.35938.

AHERN, Jack; CILLIERS, Sarel; NIEMELÄ, Jari. The concept of ecosystem services in adaptive urban planning and design: a framework for supporting innovation. **Landscape and Urban Planning**. v. 125, 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0169204614000346> Acesso em 19 jun. 2025.

AMORIM, Paloma Garcia. **Turismo e resiliência: o papel dos pequenos empreendimentos turísticos nas respostas aos desastres naturais**. 2023. 164 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hospitalidade) – Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, Universidade de Caxias do Sul (UCS). Caxias do Sul, 2023.

ANDRES, Luiz Phelipe. **Acervo – Processo 1568-T-08 IPHAN**. Brasília: 2008.

ÁVILA, Rafael; MATTEDI, Marcos. Percepções, vulnerabilidades e desastres: sentidos da governança de risco. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 2, maio/ago. 2017.

BACCA, Ademir Antônio; ROCHA, Luis H. **150 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. v. III. Bento Gonçalves, RS: Projecto Cultural Sur, 2020.

BADIRU, M.; HUMAIRE, M. A.; WANDERLEY, L. J. A.; MATZARAKIS, A. O impacto das mudanças climáticas no potencial climático turístico do litoral nordestino brasileiro. **Revista Brasileira de Climatologia**, Curitiba, v. 26, p. 1–17, 2025. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistaclima/article/view/91192>. Acesso em: 19 jun. 2025.

BARRETTO, Margarita. **Cultura e turismo: discussões contemporâneas**. Campinas: Papirus, 2007.

BENHAMOU, Françoise. **Economia do patrimônio cultural**. São Paulo: Edições Sesc, 2016.

CAMPOS, Juliano B. *et al.* **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade**. v. 1. Curitiba: Multideia, 2015.

BRAGA, Emanuel Oliveira. Gentrificação. *In: Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. [S.l.: s.n.], 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/78/gentrificacao>. Acesso em: 4 out. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 nov. 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. **Patrimônio cultural e mudanças climáticas: riscos e estratégias de adaptação.** Brasília: IPHAN, 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 abr. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **AdaptaBrasil: sistema de informações e análises sobre impactos das mudanças climáticas.** Brasília, 2024. Disponível em: <https://adaptabrasil.mcti.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo: marcos conceituais.** Brasília: [s.n.], 2021.

BREGOLIN, Michel; LIMA, Antonio Pedro da Costa e Silva. **Dados em momentos de crise: a experiência do setor de turismo do Rio Grande do Sul com os eventos climáticos extremos de 2024.** *Revista Brasileira de Observatórios de Turismo (ReBOT)*, [S.l.], 2024. DOI: <https://doi.org/10.59776/2764-5835.2025.7243>

CANIL, Kátia; NOGUEIRA, Fernando R. Avanços e limitações: reflexões sobre a gestão de risco. In: SULAIMAN, S. N.; JACOBI, P. R. (org.). **Melhor prevenir: olhares e saberes para a redução de risco de desastre.** São Paulo: IEE-USP, 2018. ISBN 978-85-86923-50-0.

CAVALCANTE, Pedro Henrique Dias; LOTTA, Gabriela Spanghero. Capacidade estatal e burocracias no Brasil: uma análise a partir da burocracia de médio escalão. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 6, nov./dez. 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/59187>. Acesso em: 12 novembro 2024.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade e Unesp, 2017.

CUTTER, Susan L. *et al.* A place-based model for understanding community resilience to natural disasters. **Global Environmental Change**, v. 18, n. 4, 2008.

DAGNINO, Ricardo de S.; CARPI JÚNIOR, Salvador. **Mapeamento participativo de riscos ambientais na Bacia Hidrográfica do Ribeirão das Anhumas – Campinas, SP.** In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE (ANPPAS), 3., 2006, Brasília. Anais Brasília: ANPPAS, 2006.

DOMINGUES, Raphael Martins. TCC – versão final. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2022. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/28921/TFC_RAPHAEL%20MARTINS%20DOMINGUES.pdf. Acesso em: 12 maio 2024.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FLEURY, Afonso Carlos Correa. Alinhando estratégia e competências. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 43, n. 3, jul./set. 2003. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae/vol43-num3-2003/alinhando-estrategia-competencias>. Acesso em: 20 maio 2024.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: [s.n.], 2002. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=oB5x2SChpSEC>. Acesso em: 15 out. 2023.

FRANCO, Mário; RAMOS, Carlos Henrique. Planejamento urbano e resiliência estrutural: interações possíveis e desafios no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba, v. 10, n. 2, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 38. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GOOGLE MAPS. Vista Santa Tereza. 2018. Disponível em: <https://www.google.com/maps/...>. Acesso em: 15 nov. 2023.

GUTIÉRREZ VEGA, Cecilia. Valoración de los factores claves de resiliencia por parte de la comunidad local: el caso de destinos turísticos afectados por desastres naturales en Chile. **Revista Interamericana de Ambiente y Turismo**, Talca, v. 16, n. 2, 2020. DOI: 10.4067/S0718-235X2020000200153.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 8. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

H.IND.RE. Hotel Industry Strategic Resilience – projeto H.IND.RE. 2025. Disponível em: <https://www.hindre.co/>. Acesso em: 23 mai. 2025.

IPHAN. Acervo – Processo IPHAN SEI 01512.000171/2014-35. 2014. Disponível em: <https://sei.iphan.gov.br/...>. Acesso em: 2 maio 2023.

IPHAN. Relatório impressionista – Processo 1568-T-08. Brasília: [s.n.], 2008.

IPHAN. Santa Tereza – RS: a pequena capital. [S.I.], 2012.

IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. **Climate change 2022: impacts, adaptation and vulnerability**. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

JORNAL PIONEIRO. **Prefeita de Santa Tereza estima que prejuízo de nova enchente supere perdas das tragédias naturais de 2023**. 2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/...>. Acesso em: 12 maio 2025.

LANOUAR, Chokri; GOAIED, Mohamed. Determinants of tourist destination competitiveness in the Mediterranean region: a macroeconomic perspective. **Tourism Management Perspectives**, [S. l.], v. 30, p. 1–9, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2019.100610>. Acesso em: 19 jun. 2025.

LEONI, Luna, PANIZZON, Mateus. **Tourism organization-Strategic resilience: Evidence from the hotel industry**. THE INC 2022 (Tourism, Hospitality & Events International. Conference). ISBN 978-9963-697-42-7

MACHADO, Carlos Eduardo Dias. **Tombamento e propriedade urbana: conflitos e soluções**. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2009.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENEGAT, Rualdo *et al.* Desastres urbanos e vulnerabilidades estruturais: contribuições para políticas públicas de adaptação e resiliência. **Cadernos Metr pole**, São Paulo, v. 22, n. 47, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/43136>. Acesso em: 13 maio 2025.

MOTTA, Paulo Roberto. **Transforma o organizacional: a teoria e a prática de inovar**. Rio de Janeiro: Funda o Getúlio Vargas, 2001.

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA (RS). Plano Diretor do Município de Santa Tereza. Lei Municipal n  1.594, 2019.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Editora UFMG/Território Bras lis, 2002.

NÓBREGA, Gláucia; COSTA, Rafael da. Resiliência estrutural em áreas de risco: uma abordagem multidimensional na perspectiva da justiça socioespacial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 21, n. 1, 2019. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br>. Acesso em: 13 maio 2025.

OLIVEIRA, Rogério Pinto Dias de. **Manuais do patrimônio histórico edificado da UFRGS: cartas patrimoniais e legisla o**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

ONU – Organiza o das Na es Unidas. **Hyogo Framework for Action 2005-2015: building the resilience of nations and communities to disasters**. Geneva: UNISDR, 2005.

OXFORD LANGUAGES. Google Dicionário on-line. 2023. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=dicionario+online+portugues>. Acesso em: 16 out. 2023.

PAKMAN, Elbio Troccoli. Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à história do pensamento turístico. *In: Anais do XIX Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*, 2022. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/11/34.pdf>. Acesso em: 4 out. 2023.

PASTORE, Vitor Ottoni. **Resiliência de destinos turísticos: uma proposta de modelo a partir da perspectiva organizacional**. 2023. 276 f. Tese (Doutorado em Turismo) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

PELLING, Mark. **Adaptation to climate change: from resilience to transformation**. London: Routledge, 2011.

RABELLO, Sonia. O tombamento. *In: REZENDE, Maria Beatriz et al. (org.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2015.

RIBEIRO, Leonardo C.; ALMEIDA, Vanessa B. Avaliação da resiliência estrutural de edificações frente a eventos extremos: critérios e indicadores para aplicação em cidades brasileiras. **Revista Engenharia Civil – UFF**, Niterói, v. 23, n. 2, 2014.

RODRIGUES, Marly. **A gestão do patrimônio cultural**. Temas de Administração Pública, Araraquara, v. 3, n. 4, 2009.

SÁNCHEZ-ZAMORA, Pedro; GALLARDO-COBOS, Rafael. Diversity, disparity and territorial resilience in the context of the economic crisis: an analysis of rural areas in Southern Spain. *In Sustainability*, v. 11, n. 6, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/331952426> Acesso em: 12 novembro 2024.

SOUTO, Raquel D. **Web map do evento desastroso de 2024 no Rio Grande do Sul, Brasil**. 10 mai. 2024. Disponível em: <https://ivides.org/desastre-rio-grande-do-sul-brasil-2024>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SOUZA, Filipe Bellincanta de. **Ordenamento espacial e jurídico sobre a redução de riscos de desastres no Brasil**. Dissertação de Mestrado (Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental). Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Florianópolis, 2022.

SOUZA, Felipe. B.; YOSHIDA, Consuelo. Y. M. A dimensão humana dos efeitos extremos das mudanças climáticas globais: desafios da proteção aos povos vulneráveis. **Revista de Direitos Difusos**, São Paulo, v. 1, n. 71, 2019. Disponível em: <http://ibap.emnuvens.com.br/rdd/article/view/164/92>. Acesso em: 12 novembro 2024.

SOUZA, J. C. de. **Governança de riscos e desastres no Brasil: capacidades institucionais e estratégias de redução de vulnerabilidades**. Brasília: IPEA, 2022.

SULAIMAN, Samia Nascimento; JACOBI, Pedro Roberto (org.). **Melhor prevenir: olhares e saberes para a redução de risco de desastre**. São Paulo: Instituto de

Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE-USP), 2018. ISBN 978-85-86923-50-0.

SULAIMAN, Samia Nascimento; ALEDO, Antonio. Desastres naturais: convivência com o risco. **Revista Estudos Avançados**, Universidade de São Paulo (USP), v. 30, n. 88, 2016. DOI: 10.1590/S0103-40142016.30880003.

TOLEDO, Luciano Augusto; SHIAISHI, Guilherme de Farias. Estudo de caso em pesquisas exploratórias qualitativas: um ensaio para a proposta de protocolo de estudo de caso. **Revista da FAE**, Curitiba, 2009. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/288/195>. Acesso em: 15 out. 2023.

VAITSMAN, Jeni; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa; ANDRADE, Gabriela Spanghero de. Resiliência institucional: um novo conceito para avaliar a capacidade de instituições públicas. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**. Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/8vCVLgHYBkQ5VrJHLvQjKK>. Acesso em: 12 mai. 2025.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

WAISMAN, Marina. **O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZANELLA, Márcio; PORTELLA, Adriana Araújo; NAUMANOVA, Natália. Janelas de Santa Tereza: aplicabilidade dos mapas mentais na percepção da paisagem cultural. **Revista Píxo**, v. 6, n. 20, 2022. Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Pelotas, 2022.

7. APÊNDICE

Aplicação das fichas de Varine (2013) comentadas.

FICHA IMÓVEL	COMENTÁRIOS
1	Esta edificação abrigou a Antiga Escola de Santa Tereza. É de propriedade do município. Desde 2023 a administração municipal busca recursos para seu restauro, sabendo do estado precário. Após as fortes chuvas a edificação sofreu desabamento parcial. As próximas ações visam a estabilização das ruínas e elaboração de projeto de restauro, para uso institucional da Secretaria de Educação Municipal.
2	Edificação parece abandonada, mas ao aproximar-se na última visita a campo, percebeu-se movimentação de moradores. A presença de moradores é desejável e fundamental para manutenção dos centros urbanos tombados. Recursos para ações de restauro dependem de ações da iniciativa privada, que podem ser incentivadas.
3	Edificação desocupada, abandonada, em área alagável. Possui diversas limitações e dificuldades para ações de restauro, no entanto, com projetos adequados (prevendo momentos de enchente) tem grande potencial de integração às atividades do centro urbano e da orla do Rio Taquari.
5	Antigo hospital da cidade. Há relatos de que mantém-se mobiliário do hospital até hoje. Edificação privada, fechada, no entanto há relatos de que a família reside em Porto Alegre, realiza limpeza/ manutenção periódica e que reúne-se na edificação em datas especiais. Grande potencial para memorial referente ao uso original e suas curiosidades. Bem como apresenta porte para implementação de pousada, restaurante em local privilegiado junto à Praça Central e não atingida pela enchente.
6	Referência visual e cultural centro urbano, representativo para contemplação.
7	Utilizada atualmente como residência, abrigaria com facilidade atividades de comércio ou apoio turístico. No entanto, a presença de moradores é desejável e fundamental para manutenção dos centros urbanos tombados. Recursos para ações de restauro dependem de ações da iniciativa privada, que podem ser incentivadas.
8	Edificação desocupada, abandonada, em área não alagável. Possui diversas limitações e dificuldades para ações de restauro, no entanto, com projetos adequados tem grande potencial de integração às atividades do centro urbano.
9	Edificação abriga armazém / armário desde o início do século XX. Atividade extremamente necessária e representativa econômica e culturalmente. Desejável a manutenção deste comércio com características genuínas e identitárias. Pode ser classificada inclusive como patrimônio imaterial.
10	Edificação utilizada como moradia pela família Prezzi desde os primórdios do século XX. A presença de moradores é desejável e fundamental para manutenção dos centros urbanos tombados. Nota-se a manutenção constante da edificação mantendo bom estado de conservação.
11	Edificação abrigou antigo Hotel Central, com o passar dos anos foi banco, central telefônica e moradia. Atualmente abriga hospedagem Pousada do Vale com bom estado de conservação. Desejável a manutenção da atividade como apoio ao desenvolvimento turístico.
12	Majestosa edificação construída no início do século XX, abrigou poderosa organização comercial. Após 60 anos, estabelecimento foi fechado e o prédio entrou em ruínas. Em 1997 foi adquirido pela Prefeitura Municipal, e restaurado para abrigá-la. Desejável a manutenção deste uso institucional.
13	Bom exemplo de restauração, de iniciativa privada, a Casa Miele hoje abriga café com elementos típicos da cultura italiana e realiza atendimento a turistas no porão. Nos andares superiores ...

40	Atualmente utilizada como moradia no pavimento superior e estabelecimento comercial (loja de confecções) no pavimento térreo (porão). A presença de moradores é desejável e fundamental para manutenção dos centros urbanos tombados. Recursos para ações de restauro dependem de ações da iniciativa privada, que podem ser incentivadas.
43	Atualmente utilizada como moradia. A presença de moradores é desejável e fundamental para manutenção dos centros urbanos tombados. Recursos para ações de restauro dependem de ações da iniciativa privada, que podem ser incentivadas.
14	Atualmente utilizada como moradia. A presença de moradores é desejável e fundamental para manutenção dos centros urbanos tombados. Recursos para ações de restauro dependem de ações da iniciativa privada, que podem ser incentivadas.
15	Edificação desocupada, abandonada, em área alagável. Possui diversas limitações e dificuldades para ações de restauro, no entanto, com projetos adequados (prevendo momentos de enchente) tem grande potencial de integração às atividades do centro urbano. Seu histórico conta com a atividade de antiga maternidade, história que poderia ser contada na implantação de qualquer tipo de uso.
16	Edificação foi restaurada pelo programa PAC Cidades Históricas e passou a abrigar o Museu da Gaita. O instrumento tem história enraizada na cidade. É desejável a manutenção do empreendimento cultural.
18	Edificação de grande porte, e grande importância econômico cultural. Desejável a manutenção de uso atual. Área alagável.
20	Ponte pensil foi destruída pelas enchentes de 2024, mas já encontra-se restaurada e de volta à paisagem de Santa Tereza.
21	Utilizada atualmente como sede dos Correios, desejável manutenção do uso.
22	Edificação desocupada, parece ter sido moradia até pouco tempo. Possui diversas limitações e dificuldades para ações de restauro, no entanto, com projetos adequados tem grande potencial de integração às atividades do centro urbano.
23	Bela edificação, utilizada atualmente como moradia. Sempre desejável a presença de moradores, o que não inibe as diversas potencialidades da edificação para diferentes usos.
24	Utilizada como moradia pela família Remus. Desejável manutenção do uso.
25	Utilizada como câmara de vereadores. Desejável a manutenção do uso.
26	Trata-se das ruínas de antiga olaria, com potencial para projeto de restauro priorizando a estabilização das ruínas para posterior uso cultural e/ou apoio turístico, como bar, restaurante, café.
27	Salão Paroquial necessita de ações de restauração para ampliação de uso, uma vez que possui estrutura necessitando reparos. Manutenção de uso comunitário.
28	Edificação bem conservada, parece estar fechada. Apresenta diversas potencialidades de usos.
29	Bela edificação, utilizada atualmente como moradia. Sempre desejável a presença de moradores, o que não inibe as diversas potencialidades da edificação para diferentes usos.
45	Muito bem conservada, utilizada atualmente como moradia. A presença de moradores é desejável e fundamental para manutenção dos centros urbanos tombados.
32	Bela edificação, aparenta estar desocupada. Apresenta diversas potencialidades para diferentes usos, com localização privilegiada.

8. ANEXOS

8.1 ANEXO 1: PORTARIA DE TOMBAMENTO SANTA TEREZA

Figura 22 - extrato Diário Oficial da União 02/01/2012

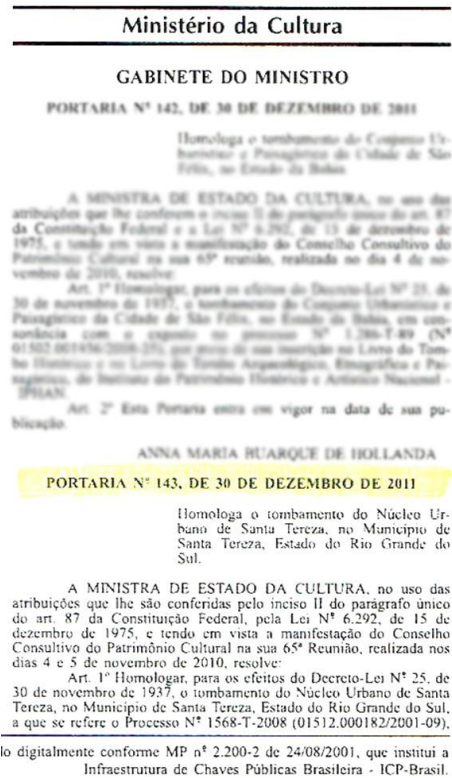


Figura 22 - cont. extrato Diário Oficial da União 02/01/2012

Nº 1, segunda-feira, 2 de janeiro de 2012

por meio de sua inscrição no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANNA MARIA BUARQUE DE HOLLANDA

8.2 ANEXO 2: FICHAS IPHAN

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações) **1.4. Código Identificador Iphan**
Antiga Escola de Santa Tereza (01) **PRS/88 – 0002.00001**

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade
RS	Santa Tereza	Centro Histórico
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)		2.5.Código Postal
R. Antonio Tramontina, 102 (antiga Rua Tiradentes, 102)		95.715-000

2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE	
Latitude	29°10' S	x	Pública
Longitude	51°44' O		Privada
Altitude [m]	80		Mista
Erro Horiz. [m]			Outra
		3.1. Identificação do Proprietário	
		Secretaria Municipal de Educação – Governo do Estado	
		3.2. Contatos	
		(54) 3456.1310	

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado	x	Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual		Municipal/ individual
4.1 Classificação				Municipal/ conjunto		Municipal/ conjunto	
Obra de Arquitetura				Entorno de bem protegido		Entorno de bem protegido	
8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO		Nenhuma		Nenhuma	
x	Íntegro	x	Bom	6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
	Pouco alterado		Precário	Pertence ao Núcleo Histórico			
	Muito alterado		Em arruamento	Tombado pela União, Bem Inventariado, Individualmente			
	Descaracterizado		Arruinado	Tombado pelo IPHAE-RS			

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

 FONTE: (1)	 FONTE: (2) 2011	 FONTE: (2) 2005	 FONTE: (2) 2005
 PORÃO FONTE: (1)	 PAVIMENTO TÉRREO FONTE: (1)	 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Antiga Escola de Santa Tereza (01)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00001



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014

11. DADOS COMPLEMENTARES

11.1. Informações Históricas (síntese)

Prédio construído pelo Estado do RS na gestão do Vice-Prefeito Amadeo Piccinini. (fonte: Sr. Nino)

Possui um frontão com o desenho das Armas da República. Na fachada há a inscrição "Grupo Escolar Pe. Vicente Rodrigues".

O prédio foi construído em 1938. Sua fachada principal é simétrica, apresentando uma porta principal em posição central, ladeada por três janelas de cada lado. A cobertura é de quatro águas, com telhas francesas. Uma platibanda com balaustrada, em cujo centro se encontra um brasão com o escudo nacional, encobre parcialmente o telhado. (fonte: Livro Tombo)

Atualmente sedia a Secretaria Municipal de Educação e Biblioteca Pública Municipal.

Localização conforme Mapa Geral: Quadra 10, Lote 87.

FONTES / CRÉDITOS:

(1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.

(2) Acervo IPHAN-RS, Ano.

11.2. Outras informações (especializadas, temáticas...)

Estrutura portante em alvenaria de tijolo. Pisos, forros e paredes divisórias em madeira. Janelas e portas externas com verga reta. Telhado em quatro (04) águas, em telha cerâmica tipo "francesa". Um pavimento térreo e um (01) porão.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	03/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)	1.4. Código Identificador Iphan
Antiga Fábrica de Refrigerantes (02)	PRS/88 – 0002.00002

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE





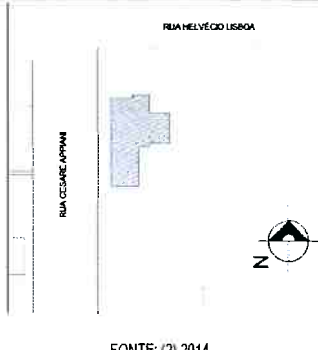

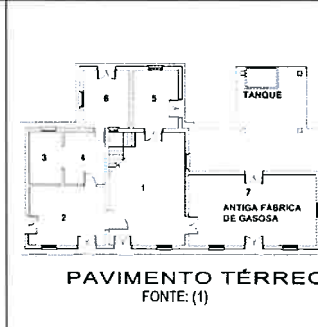
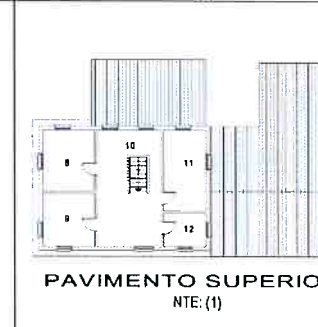
2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade
RS	Santa Tereza	Centro Histórico

2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)	2.5.Código Postal
R. Cesare Appiani, 269 (antiga Rua Mal. Floriano, 269)	95.715-000

2.6.Coordenadas Geográficas	3.PROPRIEDADE	3.1. Identificação do Proprietário
Latitude	29°10' S	x Privada
Longitude	51°44' O	
Altitude [m]	80	3.2. Contatos
Erro Horiz. [m]		Outra

4. NATUREZA DO BEM	5.CONTEXTO	6.PROTEÇÃO EXISTENTE	7. PROTEÇÃO PROPOSTA
Bem arqueológico		Patrimônio mundial	Patrimônio mundial
Bem paleontológico	x Urbano	Federal/ individual	Federal/ individual
Patrimônio natural	Entorno preservado	x Federal/ conjunto	Federal/ conjunto
x Bem imóvel	Entorno alterado	Estadual/ individual	Estadual/ individual
Bem móvel	Forma conjunto	Estadual/ conjunto	Estadual/ conjunto
Bem integrado	Bem isolado	Municipal/ individual	Municipal/ individual
4.1 Classificação		Municipal/ conjunto	Municipal/ conjunto
Obra de Arquitetura		Entorno de bem protegido	Entorno de bem protegido
8.ESTADO DE PRESERVAÇÃO		Nenhuma	Nenhuma
9.ESTADO DE CONSERVAÇÃO		6.1. Tipo/ legislação incidente	7.1 Tipo/ legislação incidente
Íntegro	Bom	Pertence ao Núcleo Histórico Tombado pela União, Edificação de Interesse constante no Inventário SPHAN 1988.	
Pouco alterado	x Precário		
x Muito alterado	Em arruamento		
Descaracterizado	Arruinado		

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

 FONTE: (1)	 FONTE: (2) 2005	 FONTE: (2) 2005	 FONTE: (2) 2014
 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (1)	 FONTE: (1)



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Antiga Fábrica de Refrigerantes (02)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00002



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014

11. DADOS COMPLEMENTARES

11.1. Informações Históricas (síntese)

Antiga fábrica de refrigerantes "Aurora". Edificação construída por volta de 1900, na Rua Cesare Appiani. Além de ser residência, nela funcionou uma fábrica de queijos e de refrigerantes – Guaraná "Aurora", Guaraná "Iris" e Gazoza de Frutas "Aurora" –, cujo proprietário eram os Irmãos Dalla Lasta. Os refrigerantes eram comercializados na vila e em cidades vizinhas, e transportados por mulas ou nos ônibus que ligavam as cidades. Atualmente é apenas residência. (fonte: APHAT-ST)

Localização conforme Mapa Geral: Quadra 7, Lote 304.

FONTES / CRÉDITOS:

(1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.

(2) Acervo IPHAN-RS, Ano.

11.2. Outras informações (especializadas, temáticas...)

Estrutura portante em alvenaria de tijolo. Pisos, forros e paredes divisórias predominantemente em madeira. Nas dependências de acesso principal e fábrica (prédio anexo lateral) o piso é de cimento e as paredes divisórias em alvenaria. No pavimento superior as paredes divisórias são em alvenaria. Janelas e portas externas com verga reta, no pavimento superior; e vergas em arco pleno no pavimento térreo. Telhado em quatro (04) águas, em telha de zinco, com beiral e calha. Um (01) pavimento térreo, um (01) pavimento superior e um (01) porão.

O prédio anexo lateral é de um (01) pavimento térreo, as vergas das portas e janelas são retas, o telhado é em zinco, em duas águas, com platibanda.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	03/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Primeira Escola e Casa do Professor (03)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00003


2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade	2.5.Código Postal
RS	Santa Tereza	Centro Histórico	95.715-000
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)			
R. Cesare Appiani, 352 (antiga Rua Mal. Floriano, 352)			

2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE		3.1. Identificação do Proprietário	
Latitude	29°10' S		Pública	Luís Carlos Riboldi e Nelson Finatto	
Longitude	51°44' O	x	Privada	3.2. Contatos	
Altitude [m]	80		Mista	(54) 3456.1054	
Erro Horiz. [m]			Outra		

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual		Municipal/ individual
4.1 Classificação					Municipal/ conjunto		Municipal/ conjunto
Obra de Arquitetura					Entorno de bem protegido		Entorno de bem protegido
8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO		6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
	Íntegro		Bom	Pertence ao Núcleo Histórico			
x	Pouco alterado	x	Precário	Tombado pela União, Edificação			
	Muito alterado		Em arruinamento	de Interesse constante no			
	Descaracterizado		Arruinado	Inventário SPHAN 1988.			

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

 <p>FONTE: (1)</p>	 <p>FONTE: (2) 2005</p>	 <p>FONTE: (3) Rene Hass, 2011</p>	 <p>FONTE: (2) 2014</p>
 <p>PAVIMENTO SUPERIOR FONTE: (1)</p>	 <p>PAVIMENTO TÉRREO FONTE: (1)</p>	 <p>FONTE: (2) 2014</p>	 <p>FONTE: (2) 2014</p>



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Primeira Escola e Casa do Professor (03)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00003



FORNTE: (2) 2014



FORNTE: (2) 2014



FORNTE: (2) 2014



FORNTE: (2) 2014



FORNTE: (2) 2014



FORNTE: (2) 2014



FORNTE: (2) 2014



FORNTE: (2) 2014

11. DADOS COMPLEMENTARES

11.1. Informações Históricas (síntese)

Construída em 1898 com 2 pisos. O porão é de pedra e tijolos, sendo os mesmos confeccionados manualmente. Foi a primeira escola e também residência do professor. Após foi instalado o Banco Nacional do Comércio. Sua fachada é decorada com efígies e rosáceas em argamassa.

Localização conforme Mapa Geral: Quadra 06.

FONTES / CRÉDITOS:

(1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.

(2) Acervo IPHAN-RS, Ano.

(3) Publicado na internet, Autor, Ano.

11.2. Outras informações (especializadas, temáticas...)

Estrutura portante em alvenaria de tijolo. Pisos, forros e paredes divisórias em madeira. Forro tipo "saia/camisã". As divisórias internas não vão até o forro e são terminadas por uma cimalha. Janelas com verga reta no pavimento superior, destinado à Casa do Professor; janelas e portas externas com verga em arco pleno no pavimento térreo, destinado à antiga Escola. Nos vãos das janelas há vestígios de fechamento externo. Telhado em quatro (04) águas, em telha de zinco, com beiral. Um pavimento térreo e um (01) pavimento superior. Um volume anexo lateral com um pavimento térreo, janelas e porta externa com verga reta, telhado em duas águas e telha francesa, com pequeno beiral. Este volume anexo não acompanha com rigor as linhas do casarão.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	03/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações) Antigo Hospital (05)	1.4. Código Identificador Iphan PRS/88 – 0002.00005
---	--









2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF RS	2.2.Município Santa Tereza	2.3.Localidade Centro Histórico
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento) R. Amadeo Piccinini, 40 (antigo Praça Júlio de Castilhos, 40)		2.5.Código Postal 95.715-000

2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE	
Latitude	29°10' S		Pública
Longitude	51°44' O	x	Privada
Altitude [m]	80		Mista
Erro Horiz. [m]			Outra
		3.1. Identificação do Proprietário Carlos Alberto Piccinini	
		3.2. Contatos (54) 3456.1102	

4. NATUREZA DO BEM	5.CONTEXTO	6.PROTEÇÃO EXISTENTE	7. PROTEÇÃO PROPOSTA
Bem arqueológico		Rural	Patrimônio mundial
Bem paleontológico	x	Urbano	Federal/ individual
Patrimônio natural		Entorno preservado	Federal/ conjunto
x Bem imóvel		Entorno alterado	Estadual/ individual
Bem móvel		Forma conjunto	Estadual/ conjunto
Bem integrado		Bem isolado	Municipal/ individual
4.1 Classificação		Municipal/ conjunto	Municipal/ conjunto
Obra de Arquitetura		Entorno de bem protegido	Entorno de bem protegido
8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
Íntegro	x	Bom	6.1. Tipo/ legislação incidente
x Pouco alterado		Precário	Pertence ao Núcleo Histórico Tombado pela União, Edificação de Interesse constante no Inventário SPHAN 1988.
Muito alterado		Em arruamento	
Descaracterizado		Arruinado	
		Nenhuma	7.1 Tipo/ legislação incidente

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

 FONTE: (1)	 FONTE: (2) 2005	 FONTE: (3) Rene Hass, 2011	 FONTE: (2) 2014
 PAV. TERREO FONTE: (1)	 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Antigo Hospital (05)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00005

11.DADOS COMPLEMENTARES

11.1. Informações Históricas (síntese)

Construído por Maximiano Cremonese, o mesmo construtor do Campanário na praça central, iniciado em 1923 e concluída em 1926. Ali funcionou o antigo Hospital da Vila. O primeiro proprietário era uma Sociedade formada entre vários moradores da vila e do interior, tendo como presidente o Pe. Ferlin. O primeiro médico chamava-se Dr. Finochio. (fonte: Maximiliano Tilak)

Registra-se a existência de mobiliário remanescente do hospital.

Localização conforme Mapa Geral: Quadra 8, Lote 112.

FONTES / CRÉDITOS:

(1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.

(2) Acervo IPHAN-RS, Ano.

(3) Publicado na internet, Autor, Ano.

11.2. Outras informações (especializadas, temáticas...)

Estrutura portante em concreto e alvenaria de tijolos. Pisos e forros predominantemente em madeira. Também se verifica pisos em cimento, tacos e ladrilho hidráulico em algumas das dependências. Janelas e portas externas com verga reta, em ambos os pavimentos. Telhado fracionado em várias águas, em telha de zinco, com beiral e calha metálica. Um (01) pavimento térreo e um (01) pavimento superior.

Existe pequeno jardim frontal e lateral.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	04/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho - Destino Indutor Bento Gonçalves - Município Induzido: Santa Tereza - Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Campanário e Praça Massimiliano Cremonese (06)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 - 0002.00006

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade	2.5.Código Postal
RS	Santa Tereza	Centro Histórico	95.715-000
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)			
R. Don Giosué Bardin, 145 (antigo Praça Júlio de Castilhos)			

2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE	
Latitudo	29°10' S		3.1. Identificação do Proprietário
Longitude	51°44' O	x	Paróquia Santa Tereza - Diocese de Caxias do Sul
Altitude [m]	80		3.2. Contatos
Erro Horiz. [m]			(54) 3456.1052

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual		Municipal/ individual
4.1 Classificação					Municipal/ conjunto		Municipal/ conjunto
Obra de Arquitetura					Entorno de bem protegido		Entorno de bem protegido
8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO		6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
x	Íntegro	x	Bom	Pertence ao Núcleo Histórico			
	Pouco alterado		Precário	Tombado pela União, Edificação			
	Muito alterado		Em arruinamento	de Interesse constante no			
	Descaracterizado		Arruinado	Inventário SPHAN 1988.			

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)



FONTE: (1)



FONTE: (2)



FONTE: (2) 2007



FONTE: (2) 2005



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

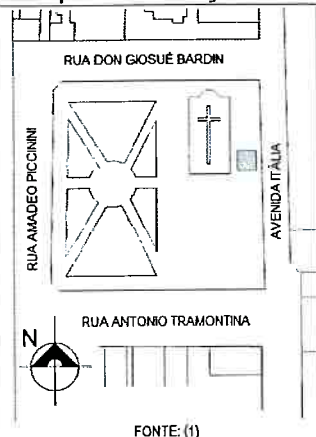
Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Campanário e Praça Massimiliano Cremonese (06)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00006



Fonte: (1)



Fonte: (2) 2014



Fonte: (2) 2014



Fonte: (2) 2014

11.DADOS COMPLEMENTARES

11.1.Informações Históricas (síntese)

Na praça central localiza-se o Campanário, prédio mais significativo e símbolo da cidade. Uma edificação peculiar, com cerca de 45 m de altura, com estrutura em tijolo queimado produzido em olaria própria de Santa Tereza, construído de 1927 a 1932 por Massimiliano Cremonese e Alexandre Brunello como uma réplica do campanário da Cidade de Fagaré della Bataglia, Província de Treviso, no norte da Itália.

A antiga igreja foi demolida em Novembro de 1966.

Localização conforme Mapa Geral: Quadra 9, Praça.

FONTES / CRÉDITOS:

(1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.

(2) Acervo IPHAN-RS, Ano.

(3) Publicado na internet, Autor, Ano.

11.2.Outras informações (especializadas, temáticas...)



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Campanário e Praça Massimiliano Cremonese (06)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00006

A antiga igreja de Santa Tereza, localizada na área central da Vila e demolida na década de 70, foi construída a partir de 1888, por iniciativa do Padre Giosué Bardin. A comunidade imigrante trabalhou voluntariamente na construção do templo, movida pelo mesmo ideal do seu líder religioso, o qual, incentivando o empreendimento, não logrou presenciar o término da obra. A conclusão da Igreja Matriz ocorreu em 1902, tendo o Padre Bruno Capuchinho presidido a inauguração.

O tijolo foi o material empregado na construção da primeira igreja. Fabricado à beira do Rio Taquari, foi transportado de mão em mão até o canteiro da obra, situada no alto da Vila. O mesmo material foi utilizado para a construção do Campanário de 45 metros de altura. O tijolo queimado de excelente qualidade, produzido em olaria de Santa Tereza naquela época, confere a esta edificação seu caráter de obra com excelente técnica construtiva.

O Campanário, que foi construído pelo trevisano Maximiliano Cremonese, é uma réplica do campanário da Cidade de Fagaré della Bataglia, Província de Treviso, no norte da Itália. É, por este motivo, considerada uma obra única fora da Itália, construído com tijolos à vista e inspirado no Campanário de San Marco de Veneza, possuindo um singular caráter tipológico à semelhança dos existentes no norte da Itália. Na Pianura Padana, Planície Padana, no Vêneto, encontram-se dezenas de torres similares.

A igreja atual é de 1971, construída em substituição à antiga. Possui forma circular e composição que segue pretensas linhas modernistas, porém destituída de maiores valores arquitetônicos, vindo a ser um raro exemplar local da evidente desarmonia da sua volumetria em relação ao entorno, bem como da ineficácia em sua espacialidade interna.

A praça é composta de duas áreas, marcadas por desnível, uma identificada pela implantação da Igreja Matriz e do Campanário e a segunda caracterizada pela arborização e pela caixa d'água. Possui uma composição atípica em relação às convenções que caracterizam as diversas tipologias de praças urbanas. Há um espaço arborizado e uma área seca, que são, no caso de Santa Tereza, apresentados como um todo interligado, possuindo cada parte aspecto e identidade próprios: A praça arborizada possui um traçado regular, geométrico, clássico e a praça seca destaca a Igreja e o Campanário. A área arborizada apresenta características peculiares com ambientes românticos, naturais, vegetação e elementos construídos que se integram. Na área seca, por outro lado, no plano mais elevado deste espaço - em contraponto à grande declividade do seu entorno - a localização do Campanário acentua o seu valor cenográfico, como elemento compositivo principal de verticalidade, que regula e domina as paisagens distante e circundante, que lhe servem de moldura. Neste sentido, o espaço central lembra as Praças da Idade Média, onde todos os elementos são menores e se submetem à monumentalidade do templo.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	04/07/2014



PHAN - RS
EM BRANCO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Residência Casagrande (07)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00007

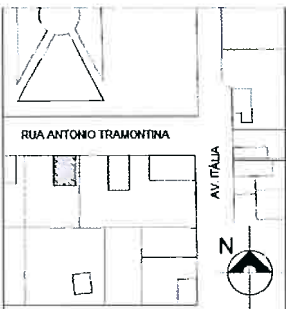







2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade	2.5.Código Postal
RS	Santa Tereza	Centro Histórico	95.715-000
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)			
R. Antonio Tramontina, 122 (antiga Rua Tiradentes, 122)			

2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE		3.1. Identificação do Proprietário	
Latitude	29°10' S		Pública	Irdes Casagrande Martins	
Longitude	51°44' O	x	Privada	3.2. Contatos	
Altitude [m]	80		Mista	(54) 3456.1043	
Erro Horiz. [m]			Outra		

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual		Municipal/ individual
4.1 Classificação					Municipal/ conjunto		Municipal/ conjunto
Obra de Arquitetura					Entorno de bem protegido		Entorno de bem protegido
8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO		6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
	Íntegro	x	Bom	Pertence ao Núcleo Histórico Tombado pela União, Edificação de Interesse constante no Inventário SPHAN 1988.			
x	Pouco alterado		Precário				
	Muito alterado		Em arruamento				
	Descaracterizado		Arruinado				

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

 <p>RUA ANTONIO TRAMONTINA</p> <p>AV. ITALIA</p> <p>Fonte: (2) 2014</p>	 <p>Fonte: (1)</p>	 <p>Fonte: (2) 2005</p>	 <p>Fonte: (3) Rene Hass, 2011</p>
 <p>Fonte: (2) 2014</p>	 <p>Fonte: (2) 2014</p>	 <p>Fonte: (2) 2014</p>	 <p>Fonte: (2) 2014</p>



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Residência Casagrande (07)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00007

11.DADOS COMPLEMENTARES

11.1. Informações Históricas (síntese)

Localização conforme Mapa Geral: Quadra 10, Lote 018.

FONTES / CRÉDITOS:

(1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.

(2) Acervo IPHAN-RS, Ano.

(3) Publicado na internet, Autor, Ano.

11.2. Outras informações (especializadas, temáticas...)

Prédio cuja principal característica é o corpo principal em madeira com fachada em alvenaria conferindo aspecto superior em relação às construções exclusivamente em madeira do período. Apresenta dois pavimentos e porão, telhado em duas águas com telha em zinco, platibanda na água frontal e oitão lateral com beiral. Janelas e portas externas em madeira, despojadas de elementos decorativos, com peitoril destacado e vergas retas.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	04/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Brigada Militar (08)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00008

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade	2.5.Código Postal
RS	Santa Tereza	Centro Histórico	95.715-000
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)			
R. Antonio Tramontina, 136 (antiga Rua Tiradentes, 136)			

2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE	
Latitude	29°10' S		3.1. Identificação do Proprietário
Longitude	51°44' O	x Privada	Herdeiros de Miguel Lahude
Altitude [m]	80	Mista	3.2. Contatos
Erro Horiz. [m]		Outra	(54) 3456.1008 (com Davi Michelin)

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual		Municipal/ individual
4.1 Classificação					Municipal/ conjunto		Municipal/ conjunto
Obra de Arquitetura					Entorno de bem protegido		Entorno de bem protegido
8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO			Nenhuma		Nenhuma
	Íntegro	x	Bom	6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
x	Pouco alterado		Precário	Pertence ao Núcleo Histórico Tombado pela União, Edificação de Interesse constante no Inventário SPHAN 1988.			
	Muito alterado		Em arruamento				
	Descaracterizado		Arruinado				

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

<p>RUA ANTONIO TRAMONTINA</p> <p>AV. ITÁLIA</p> <p>Fonte: (2) 2014</p>	<p>Fonte: (1)</p>	<p>Fonte: (3) Rene Hass, 2011</p>	<p>Fonte: (2) 2014</p>
<p>Fonte: (2) 2014</p>	<p>Fonte: (2) 2014</p>	<p>Fonte: (2) 2014</p>	



1. IDENTIFICAÇÃO		
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)		
Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha		
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)		
Gestão de Áreas Urbanas		
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)		1.4. Código Identificador Iphan
Brigada Militar (08)		PRS/88 – 0002.00008
11.DADOS COMPLEMENTARES		
11.1.Informações Históricas (síntese)		
<p>Construída por volta de 1930, foi residência e abrigou os Correios. Atualmente está instalada a Brigada Militar. Localização conforme Mapa Geral: Quadra 10, Lote 129. FONTES / CRÉDITOS: (1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988. (2) Acervo IPHAN-RS, Ano. (3) Publicado na internet, Autor, Ano.</p>		
11.2.Outras informações (especializadas, temáticas...)		
<p>À semelhança do prédio vizinho, também apresenta fachada em alvenaria e corpo principal em madeira. O acesso se dá pela lateral. Fachada com três janelas em arco abatido, friso, frontão com jarrões e pináculo central. Telhado em duas águas e telha de zinco, com beiral, cumeeira perpendicular à via. Possui um (01) pavimento e porão.</p>		
12. PREENCHIMENTO		
12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	07/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Lahude (09)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00009

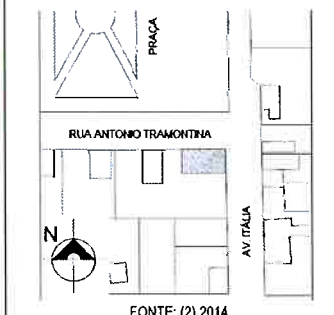
2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade
RS	Santa Tereza	Centro Histórico
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)		2.5.Código Postal
R. Antonio Tramontina esq. Av. Itália (antiga Rua Tiradentes esq. Rua Saldanha Marinho)		95.715-000

2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE	
Latitude	29°10' S		Pública
Longitude	51°44' O	x	Privada
Altitude [m]	80		Mista
Erro Horiz. [m]			Outra
		3.1. Identificação do Proprietário	
		Herdeiros de Miguel Lahude	
		3.2. Contatos	
		(54) 3456.1008 (com Davi Michelin)	

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual		Municipal/ individual
4.1 Classificação				Municipal/ conjunto		Municipal/ conjunto	
Obra de Arquitetura				Entorno de bem protegido		Entorno de bem protegido	
8.ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9.ESTADO DE CONSERVAÇÃO		6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
	Íntegro	x	Bom	Pertence ao Núcleo Histórico			
x	Pouco alterado		Precário	Tombado pela União, Edificação			
	Muito alterado		Em arruamento	de Interesse constante no			
	Descaracterizado		Arruinado	Inventário SPHAN 1988.			

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

 <p>FONTE: (1)</p>	 <p>FONTE: (2) 2005</p>	 <p>FONTE: (2) 2014</p>	 <p>PAV. TERREO PAV. SUPERIOR FONTE: (1)</p>
 <p>FONTE: (2) 2014</p>	 <p>FONTE: (2) 2014</p>	 <p>FONTE: (2) 2014</p>	 <p>FONTE: (2) 2014</p>



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Lahude (09)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00009

11.DADOS COMPLEMENTARES

11.1. Informações Históricas (síntese)

Casa construída aproximadamente em 1915. Originalmente era um Salão de Festas (bailes). Quando Miguel Lahude adquiriu a propriedade passou a ser Estabelecimento Comercial Miguel Lahude. Arquitetura com função mista, serve de residência e armazém, mantendo atualmente as mesmas características (armarinho) da época.

Localização conforme Mapa Geral: Quadra 10.

FONTES / CRÉDITOS:

- (1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.
- (2) Acervo IPHAN-RS, Ano.
- (3) Publicado na internet, Autor, Ano.

11.2. Outras informações (especializadas, temáticas...)

Edificação com dois pavimentos em alvenaria portante em tijolos maciços e porão. Telhado com quatro águas em telha de zinco. Platibanda fechada com pinhas nas extremidades das pilastras. Apresenta ornamentos junto à cimalha que aparecem também na Casa Foppa (antigo Hotel Central) e no antigo Hospital. Janelas e portas externas com verga reta. Pisos e forros em madeira. Paredes divisórias em madeira e em alvenaria. As divisórias não vão até o forro, sendo estruturadas na parte superior por cimalthas. Na fachada é destacado um balcão com guarda-corpo em ferro no pavimento superior. Registra-se a existência de armários originais da loja.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	07/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Prezzi (10)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 - 0002.00010

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade
RS	Santa Tereza	Centro Histórico
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)		2.5.Código Postal
Av. Itália, 425 (antiga Rua Saldanha Marinho, 425)		95.715-000

2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE	
Latitude	29°10' S		Pública
Longitude	51°44' O	x	Privada
Altitude [m]	80		Mista
Erro Horiz. [m]			Outra
		3.1. Identificação do Proprietário	
		Cesar Prezzi (Registro 41832)	
		3.2. Contatos	
		(54) 3451.3396 e 9988.6200	

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual		Municipal/ individual
4.1 Classificação				Municipal/ conjunto		Municipal/ conjunto	
Obra de Arquitetura				Entorno de bem protegido		Entorno de bem protegido	

8.ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9.ESTADO DE CONSERVAÇÃO		6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
	Íntegro	x	Bom	Pertence ao Núcleo Histórico			
x	Pouco alterado		Precário	Tombado pela União, Edificação de Interesse constante no Inventário SPHAN 1988.			
	Muito alterado		Em arruamento				
	Descaracterizado		Arruinado				

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

 FONTE: (1)	 FONTE: (2) 2005	 FONTE: (3) Rene Hass, 2011	 FONTE: (2) 2014
 FONTE: (2) 2005	 FONTE: (2) 2005	 FONTE: (2) 2005	 FONTE: (2) 2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Prezzi (10)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00010



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014

11.DADOS COMPLEMENTARES

11.1.Informações Históricas (síntese)

Também conhecida como “Casarão Prezzi”, foi construída em 1905. Seu primeiro proprietário foi o Sr. Vigilio Franceschini e os construtores foram João Zílio, Basega, Marobim, Vergilio Prezzi e André Prezzi. Mais tarde Roberto Prezzi adquiriu a propriedade e o comércio por 17.300 contos de reis. Originalmente a cobertura era uma laje impermeabilizada de tijolos, onde nos finais de tarde ou nos domingos a banda aproveitava o espaço para tocar e se divertir. Com o passar dos anos houve a necessidade de proteção em razão de infiltração de águas das chuvas, tendo sido construído um telhado com estrutura de madeira, de quatro águas e cobertura com telhas francesas. O segundo pavimento é marcado por um balcão de ferro, que também marca o acesso principal. A propriedade é composta ainda por outra edificação que abriga a cantina e a garagem, sendo unidas por um túnel que conecta dois porões. Neste porão existe ainda uma nascente de água. Se situa num dos pontos mais altos da Av. Itália e o acesso na calçada se dá por escadas. Posteriormente foram anexados ao corpo da casa a cozinha e o banho. Nos fundos da propriedade corre o Arroio Marrecão. Ainda hoje se mantém toda a característica do estabelecimento comercial (armarinho) que se conserva como na época de implantação. (fonte: Cadernos IILA - Série Cooperação - Instituto Italo-Latino Americano e Prefeitura de Santa Tereza - "Curso de Turismo Ambiental e Patrimônio Histórico", setembro/2006)

Localização conforme Mapa Geral: Quadra 19, Lote 365.

FONTES / CRÉDITOS:

- (1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.
- (2) Acervo IPHAN-RS, Ano.
- (3) Publicado na internet, Autor, Ano.

11.2.Outras informações (especializadas, temáticas...)

Prédio em alvenaria portante de tijolos maciços, com dois pavimentos e porão totalmente enterrado, característico de casas comerciais. Fachada de composição simétrica com platibanda vazada ornada na parte superior das pilastras com jarrões e leões nas extremidades. Aberturas com vergas retas e pestanas, esquadrias de madeira. Frisos marcando a divisão dos pavimentos e cimilha com denticulos. Telhado com quatro (04) águas em telha francesa. Destaca-se na fachada principal, ao centro no pavimento superior, balcão com guarda-corpo em ferro. Pisos e forros em madeira, paredes divisórias em alvenaria e madeira. Registra-se a existência de esparso mobiliário original da loja e do dormitório.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	07/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Antigo Hotel Central (11)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00011




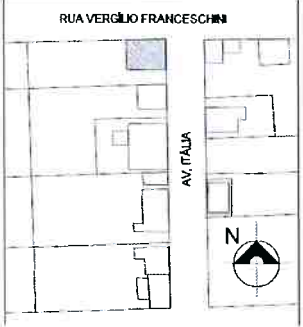


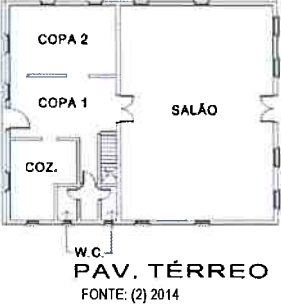
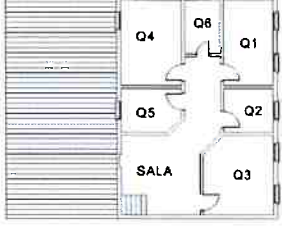
2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade	2.5.Código Postal
RS	Santa Tereza	Centro Histórico	95.715-000
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)			
Av. Itália, 442 (antiga Rua Saldanha Marinho, 442)			

2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE		3.1. Identificação do Proprietário	
Latitude	29°10' S		Pública	Cesar Prezzi (Registro 41832)	
Longitude	51°44' O	x	Privada	3.2. Contatos	
Altitude [m]	80		Mista	(54) 3451.3396 e 9988.6200	
Erro Horiz. [m]			Outra		

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual		Municipal/ individual
4.1 Classificação					Municipal/ conjunto		Municipal/ conjunto
Obra de Arquitetura					Entorno de bem protegido		Entorno de bem protegido
8.ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9.ESTADO DE CONSERVAÇÃO			Nenhuma		Nenhuma
x	Íntegro	x	Bom	6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
	Pouco alterado		Precário	Pertence ao Núcleo Histórico Tombado pela União, Edificação de Interesse constante no Inventário SPHAN 1988.			
	Muito alterado		Em arruinamento				
	Descaracterizado		Arruinado				

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

 <p>FONTE: (1)</p>	 <p>FONTE: (2) 2005</p>	 <p>FONTE: (3) Rene Hass, 2011</p>	 <p>FONTE: (2) 2014</p>
 <p>FONTE: (2) 2014</p>	 <p>PORÃO</p> <p>FONTE: (2) 2014</p>	 <p>COPA 2</p> <p>COPA 1</p> <p>COZ.</p> <p>W.C.</p> <p>SALÃO</p> <p>PAV. TÉRREO</p> <p>FONTE: (2) 2014</p>	 <p>Q4</p> <p>Q6</p> <p>Q1</p> <p>Q5</p> <p>Q2</p> <p>SALA</p> <p>Q3</p> <p>PAV. SUPERIOR</p> <p>FONTE: (2) 2014</p>



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Antigo Hotel Central (11)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00011



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014

11.DADOS COMPLEMENTARES

11.1. Informações Históricas (síntese)

Reformada em 1956, originalmente era hotel e residência de Lívio Foppa. Possuía 18 quartos distribuídos em dois níveis. Alguns anos após foi instalado o Banco Nacional do Comércio. Atualmente está desocupada. Situada na esquina, possui dois acessos e está elevada da rua. Possui referências da arquitetura neoclássica com embasamento, corpo principal de dois pavimentos demarcado com frisos e coroamento. Na fachada lateral se observa um frontão indicando a caída das águas e um sótão com uso. Presença de um anexo lateral com porão e coroamento escalonado e de uma cisterna aos fundos, que recebia a água da chuva recolhida do telhado. Data de construção estimada ao ano 1890. A datação da fachada é o ano da reforma.

Localização conforme Mapa Geral: Quadra 11, Lote 167.

FONTES / CRÉDITOS:

- (1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.
- (2) Acervo IPHAN-RS, Ano.
- (3) Publicado na internet, Autor, Ano.

11.2. Outras informações (especializadas, temáticas...)

Construção em alvenaria de tijolos maciços portante com dois pavimentos, porão e sótão. Telhado de duas águas com telha francesa e platibanda. Aberturas com vergas retas e esquadrias de madeira. Marcação da entrada principal com pilastras e presença de frisos no corpo da edificação. Pisos e forros em madeira. Paredes divisórias internas em alvenaria e madeira.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	07/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Prefeitura Municipal (12)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00012

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade
RS	Santa Tereza	Centro Histórico

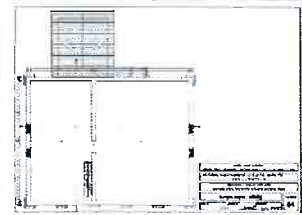
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)	2.5.Código Postal
Av. Itália, 474 (antiga Rua Saldanha Marinho, 474)	95.715-000

2.6.Coordenadas Geográficas	3.PROPRIEDADE		3.1. Identificação do Proprietário
Latitude	29°10' S	x Pública	Prefeitura Municipal
Longitude	51°44' O	Privada	3.2. Contatos
Altitude [m]	80	Mista	(54) 3456.1033
Erro Horiz. [m]		Outra	

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado	x	Municipal/ individual		Municipal/ individual
4.1 Classificação					Municipal/ conjunto		Municipal/ conjunto
Obra de Arquitetura					Entorno de bem protegido		Entorno de bem protegido
8.ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9.ESTADO DE CONSERVAÇÃO			Nenhuma		Nenhuma

	Íntegro	x	Bom	6.1. Tipo/ legislação incidente	7.1 Tipo/ legislação incidente
x	Pouco alterado		Precário	Pertence ao Núcleo Histórico Tombado pela União, Edificação de Interesse constante no Inventário SPHAN 1988.	
	Muito alterado		Em arruamento		
	Descaracterizado		Arruinado		

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

 FONTE: (1)	 FONTE: (2) 2005	 FONTE: (3) Rene Hass, 2011	 FONTE: (2) 2014
 FONTE: (2) 2005	 FONTE: (2) 2005	 FONTE: (2) 2005	 FONTE: (2) 2005



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

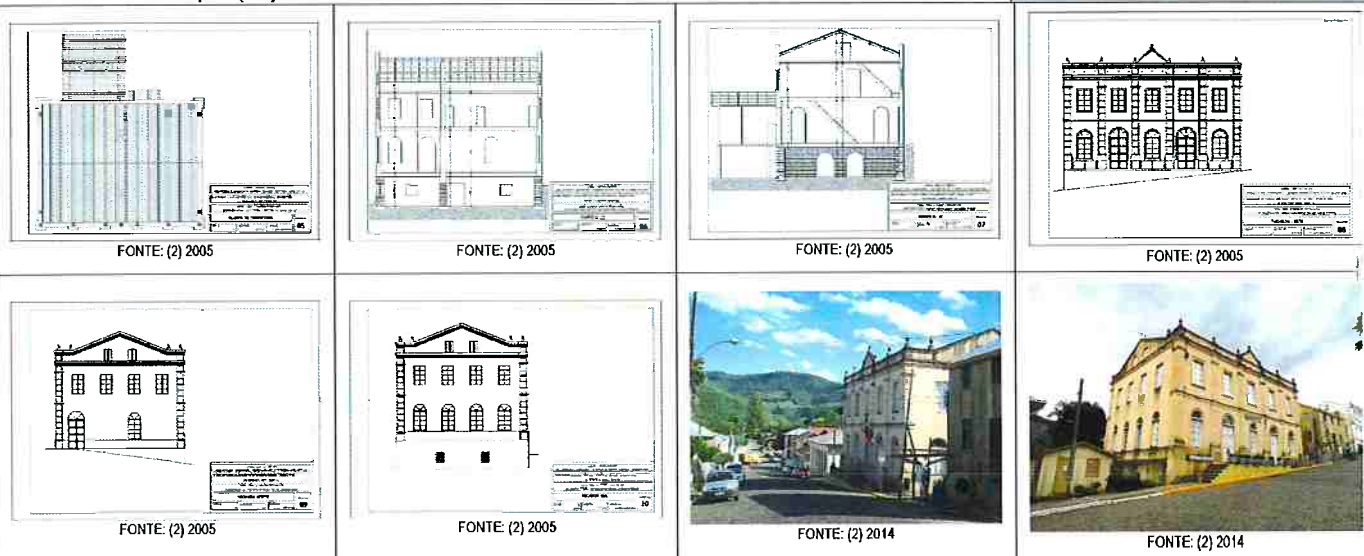
Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Prefeitura Municipal (12)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00012



11. DADOS COMPLEMENTARES

11.1. Informações Históricas (síntese)

Construída em 1903 por Antonio Marubin e Amadeo Stringhini (proprietário). Foi aplicado na construção 500 contos de reis. Originalmente o prédio abrigava comércio e residência da família. Foi a mais antiga e poderosa organização comercial da região, e também funcionou como banco onde os colonos depositavam seu dinheiro tendo como garantia apenas a confiança do proprietário. Também o comércio funcionava em forma de escambo. Após um período de sessenta anos o estabelecimento foi fechado e o prédio entrou em ruínas. Em 1997, a Prefeitura Municipal adquiriu o prédio, tombou o mesmo e iniciou-se a restauração onde 80% dos recursos vieram do Ministério da Cultura via Instituto de Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN, e o restante com recursos próprios. A restauração da obra durou 4 anos sendo que foram mantidas todas as características originais do prédio. De estilo eclético, foi construída com tijolos fabricados manualmente e ainda hoje é possível ver as enormes vigas de madeira falquejadas existentes no porão. Atualmente é o Centro Administrativo Municipal nos dois pavimentos superiores e no porão se conservam objetos e móveis antigos, e parte do mesmo foi readequado com a instalação de um auditório para oitenta pessoas. (fonte: Cadernos IILA - Série Cooperação - Instituto Italo-Latino Americano e Prefeitura de Santa Tereza - "Curso de Turismo Ambiental e Patrimônio Histórico", setembro/2006)

Localização conforme Mapa Geral: Quadra 11, Lote 197.

FONTES / CRÉDITOS:

- (1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.
- (2) Acervo IPHAN-RS, Ano.
- (3) Publicado na internet, Autor, Ano.

11.2. Outras informações (especializadas, temáticas...)

Edificação construída em alvenaria portante em tijolos maciços, com dois pavimentos, porão e sótão. Telhado em duas águas com telhas cerâmicas tipo "capa e canal". Aberturas em arco pleno no térreo e verga reta no pavimento superior, com esquadrias em madeira. Na fachada principal, de composição simétrica, apresenta frontão triangular, platibanda, pilastras, cimalha com denticulos, frisos e acabamentos rústicos imitando pedras nas pilastras e bases das janelas. Pisos e forros em madeira, sendo este tipo "saia-camisa". Paredes divisórias internas em alvenaria e madeira.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	08/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Miele (13)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00013

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade	2.5.Código Postal
RS	Santa Tereza	Centro Histórico	95.715-000
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)			
Av. Itália, 460 (antiga Rua Saldanha Marinho, 460)			

2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE	
Latitude	29°10' S		3.1. Identificação do Proprietário
Longitude	51°44' O	x	Maria Weber Miele
Altitude [m]	80		3.2. Contatos
Erro Horiz. [m]			(54) 3456.1003 (com Gustavo Miele)

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual		Municipal/ individual
4.1 Classificação				Municipal/ conjunto		Municipal/ conjunto	
Obra de Arquitetura				Entorno de bem protegido		Entorno de bem protegido	
8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO		6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
	Íntegro	x	Bom	Pertence ao Núcleo Histórico Tombado pela União, Edificação de Interesse constante no Inventário SPHAN 1988.			
x	Pouco alterado		Precário				
	Muito alterado		Em arruinamento				
	Descaracterizado		Arruinado				

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)


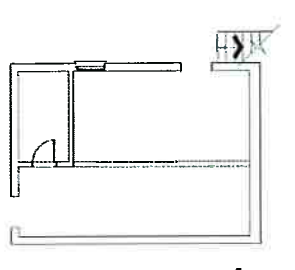

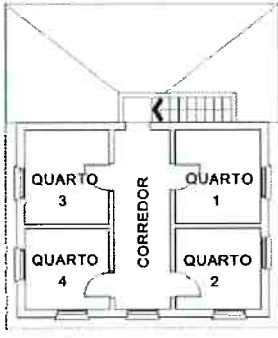



Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Miele (13)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00013

 <p>NTE: (2) 2014</p>	 <p>PORÃO FO NTE: (2) 2005</p>	 <p>COZINHA COPA QUARTO QUARTO QUARTO SALA TÉRREO FONTE: (2) 2005</p>	 <p>QUARTO QUARTO CORREDOR QUARTO QUARTO PAV. SUPERIOR FONTE: (2) 2005</p>
 <p>FONTE: (2) 2014</p>	 <p>FONTE: (2) 2014</p>	 <p>FONTE: (2) 2014</p>	 <p>FONTE: (2) 2014</p>

11. DADOS COMPLEMENTARES

11.1. Informações Históricas (síntese)

Construída por volta de 1910, em madeira, por Maximiliano Cremonese. A cozinha construída nos fundos com o passar dos anos foi demolida e refeita em alvenaria. Os proprietários eram Fausto Miele e Ernesta Vignatti Miele. Originalmente estava instalada uma barbearia e fábrica de calçados. O barbeiro, Sr. Fausto Miele, era quem fabricava os calçados: botas, sapatos, sandálias, chinelos e tamancos. (fonte: Cadernos IILA - Série Cooperação - Instituto Italo-Latino Americano e Prefeitura de Santa Tereza - "Curso de Turismo Ambiental e Patrimônio Histórico", setembro/2006)

Restauração geral em 2014.

Localização conforme Mapa Geral: Quadra 11, Lote 178.

FONTE S / CRÉDITOS:

- (1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.
- (2) Acervo IPHAN-RS, Ano.
- (3) Publicado na internet, Autor, Ano.

11.2. Outras informações (especializadas, temáticas...)

Casa toda construída em madeira, estrutura independente, com um pavimento, porão e sótão. Telhado com duas águas em telhas de zinco com beiral ornamentado com lambrequins em madeira. Aberturas com verga reta e esquadrias de madeira despojada de elementos decorativos.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	08/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa de Ildo Casagrande (14)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00014

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade
RS	Santa Tereza	Centro Histórico

2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)	2.5.Código Postal
Av. Itália, 499 (antiga Rua Saldanha Marinho, 499)	95.715-000

2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE	
Latitude	29°10' S		Pública
Longitude	51°44' O	x	Privada
Altitude [m]	80		Mista
Erro Horiz. [m]			Outra
		3.1. Identificação do Proprietário	
		Ildo Casagrande (Registro 43235)	
		3.2. Contatos	
		Obs.: o Sr. Ildo é mudo.	

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual		Municipal/ individual
4.1 Classificação				Municipal/ conjunto		Municipal/ conjunto	
Obra de Arquitetura				Entorno de bem protegido		Entorno de bem protegido	
8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO		Nenhuma		Nenhuma	
x	Íntegro	x	Bom	6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
	Pouco alterado		Precário	Pertence ao Núcleo Histórico Tombado pela União, Edificação de Interesse constante no Inventário SPHAN 1988.			
	Muito alterado		Em arruinamento				
	Descaracterizado		Arruinado				

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

<p>RUA VERGÍLIO FRANCESCINI</p> <p>AV. ITALIA</p> <p>RUA ABRAMO CAUANO</p> <p>FONTE: (2) 2014</p>	<p>AV. ITALIA</p> <p>FONTE: (2) 2005</p>	<p>FONTE: (1)</p>	<p>FONTE: (2) 2005</p>
<p>FONTE: (2) 2014</p>	<p>FONTE: (2) 2014</p>	<p>FONTE: (2) 2014</p>	<p>FONTE: (2) 2014</p>



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa de Ildo Casagrande (14)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00014

11.DADOS COMPLEMENTARES

11.1. Informações Históricas (síntese)

Localização conforme Mapa Geral: Quadra 15, Lote 338.

FONTES / CRÉDITOS:

- (1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.
- (2) Acervo IPHAN-RS, Ano.
- (3) Publicado na internet, Autor, Ano.

11.2. Outras informações (especializadas, temáticas...)

Apresenta um pavimento com porão em alvenaria e térreo em madeira. Cobertura em quatro águas com telhas em zinco e beiral. Aberturas de madeira com verga reta.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	08/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Adair José Villa (15)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00015

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade
RS	Santa Tereza	Centro Histórico

2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)	2.5.Código Postal
Av. Itália, 2 (antiga Rua Saldanha Marinho, 2)	95.715-000

2.6.Coordenadas Geográficas	3.PROPRIEDADE	
Latitude	29°10' S	Pública
Longitude	51°44' O	x Privada
Altitude [m]	80	Mista
Erro Horiz. [m]		Outra
		(54) 3456.1247

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual		Municipal/ individual
4.1 Classificação				Municipal/ conjunto		Municipal/ conjunto	
Obra de Arquitetura				Entorno de bem protegido		Entorno de bem protegido	

8.ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9.ESTADO DE CONSERVAÇÃO		6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
	Íntegro	x	Bom	Pertence ao Núcleo Histórico Tombado pela União, Edificação de Interesse constante no Inventário SPHAN 1988.			
x	Pouco alterado		Precário				
	Muito alterado		Em arruamento				
	Descaracterizado		Arruinado				

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

 FONTE: (1)	 FONTE: (2) 2005	 FONTE: (3) Rene Hass, 2011	 FONTE: (2) 2014
 FONTE: (2) 2005	 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014	



1. IDENTIFICAÇÃO		
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)		
Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha		
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)		
Gestão de Áreas Urbanas		
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)		1.4. Código Identificador Iphan
Casa Adair José Villa (15)		PRS/88 – 0002.00015
11.DADOS COMPLEMENTARES		
11.1.Informações Históricas (síntese)		
<p>Funcionou como maternidade e possuía dois pavimentos. Atualmente tem um pavimento térreo e um porão. Sua estrutura é portante em alvenaria de tijolos maciços. Telhado em quatro águas com telhas de zinco, beiral e calha metálica. Esquadrias de madeira com verga reta.</p> <p>Localização conforme Mapa Geral: Quadra 11, Lote 223.</p> <p>FONTES / CRÉDITOS:</p> <p>(1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.</p> <p>(2) Acervo IPHAN-RS, Ano.</p> <p>(3) Publicado na internet, Autor, Ano.</p>		
11.2.Outras informações (especializadas, temáticas...)		
12. PREENCHIMENTO		
12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	09/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Ferri (16)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00016

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF 2.2.Município 2.3.Localidade

RS Santa Tereza Centro Histórico

2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento) 2.5.Código Postal

Av. Itália, 2 (antiga Rua Saldanha Marinho, 2) 95.715-000

2.6.Coordenadas Geográficas **3.PROPRIEDADE**

Latitude 29°10' S Pública 3.1. Identificação do Proprietário

Longitude 51°44' O Privada Dianeí Raimunda Ferri e Geni Censi

Altitude [m] 80 Mista 3.2. Contatos

Erro Horiz. [m] Outra (54) 3456.1265

4. NATUREZA DO BEM **5.CONTEXTO** **6.PROTEÇÃO EXISTENTE** **7. PROTEÇÃO PROPOSTA**

Bem arqueológico Rural Patrimônio mundial Patrimônio mundial

Bem paleontológico Urbano Federal/ individual Federal/ individual

Patrimônio natural Entorno preservado Federal/ conjunto Federal/ conjunto

Bem imóvel Entorno alterado Estadual/ individual Estadual/ individual

Bem móvel Forma conjunto Estadual/ conjunto Estadual/ conjunto

Bem integrado Bem isolado Municipal/ individual Municipal/ individual

4.1 Classificação Municipal/ conjunto Municipal/ conjunto Municipal/ conjunto

Obra de Arquitetura Entorno de bem protegido Entorno de bem protegido

8.ESTADO DE PRESERVAÇÃO **9.ESTADO DE CONSERVAÇÃO** Nenhuma Nenhuma

Integro Bom 6.1. Tipo/ legislação incidente 7.1 Tipo/ legislação incidente





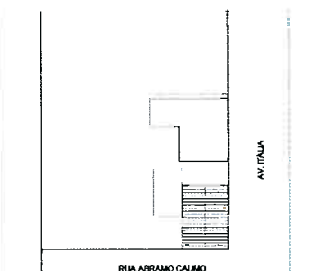
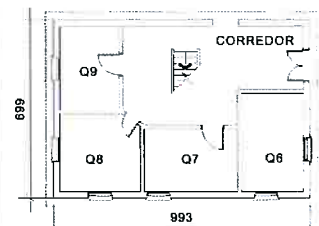
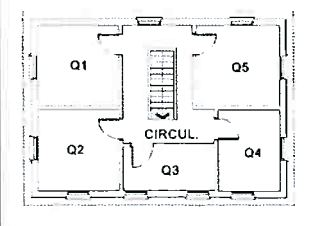

Pouco alterado Precário Pertence ao Núcleo Histórico

Muito alterado Em arruamento Tombado pela União, Edificação

Descaracterizado Arruinado de Interesse constante no

Inventário SPHAN 1988.

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

 FONTE: (1)	 FONTE: (2) 2012	 FONTE: (3) Rene Hass, 2011	 FONTE: (2) 2014
 FONTE: (2) 2014	 PAV. TÉRREO FONTE: (2) 2005	 PAV. SUPERIOR FONTE: (2) 2005	 FONTE: (2) 2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Ferri (16)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00016



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014

11. DADOS COMPLEMENTARES

11.1. Informações Históricas (síntese)

Localizada na esquina, sua fachada principal está situada na Av. Itália. Casa com 2 pisos, toda em madeira construída em 1910. Nela funcionou a primeira fábrica de gaitas do Brasil, de propriedade de Cesare Appiani e Maria Savóia. Ficou muito tempo abandonada e atualmente encontra-se em obras de restauração, visando a instalação do futuro Museu da Gaita.

Restauro geral, financiado pelo PAC CH em 2014.

Localização conforme Mapa Geral: Quadra 11, Lote 315.

FONTES / CRÉDITOS:

- (1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.
- (2) Acervo IPHAN-RS, Ano.
- (3) Publicado na internet, Autor, Ano.

11.2. Outras informações (especializadas, temáticas...)

O telhado se apresenta com duas águas e telhas de zinco e beiral com lambrequim. Esquadrias de madeira com verga reta. Pisos, divisórias e forros internos em madeira.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	09/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Antiga Fábrica de Alambiques (17)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00017

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF 2.2.Município 2.3.Localidade

RS Santa Tereza Centro Histórico

2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento) 2.5.Código Postal

R. Abramo Caumo, 158 (antiga Rua General Osório, 158) 95.715-000

2.6.Coordenadas Geográficas 3.PROPRIEDADE

Latitude 29°10' S Pública 3.1. Identificação do Proprietário

Longitude 51°44' O x Privada Herdeiros de Antonio Cella

Altitude [m] 80 Mista 3.2. Contatos

Erro Horiz. [m] Outra (54) 3456.1011 (com Adilson, Mecânica)

4. NATUREZA DO BEM 5.CONTEXTO 6.PROTEÇÃO EXISTENTE 7. PROTEÇÃO PROPOSTA

Bem arqueológico Rural Patrimônio mundial Patrimônio mundial

Bem paleontológico x Urbano Federal/ individual Federal/ individual

Patrimônio natural Entorno preservado x Federal/ conjunto Federal/ conjunto

x Bem imóvel Entorno alterado Estadual/ individual Estadual/ individual

Bem móvel Forma conjunto Estadual/ conjunto Estadual/ conjunto

Bem integrado Bem isolado Municipal/ individual Municipal/ individual

4.1 Classificação Municipal/ conjunto Municipal/ conjunto Municipal/ conjunto

Obra de Arquitetura Entorno de bem protegido Entorno de bem protegido Entorno de bem protegido

8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO 9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO Nenhuma Nenhuma

x Íntegro x Bom 6.1. Tipo/ legislação incidente 7.1 Tipo/ legislação incidente


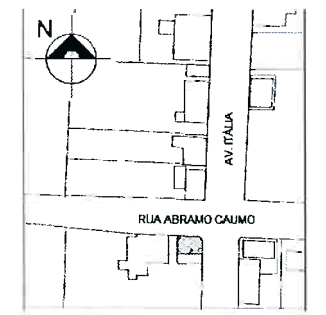
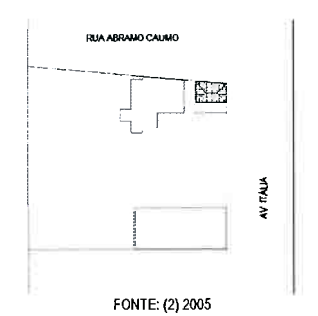



Pouco alterado Precário Pertence ao Núcleo Histórico

Muito alterado Em arruamento Tombado pela União, Edificação

Descaracterizado Arruinado de Interesse constante no

Inventário SPHAN 1988.

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

 <p>FORTE: (1)</p>	 <p>FORTE: (2) 2005</p>	 <p>FORTE: (2) 2005</p>	 <p>FORTE: (2) 2014</p>
 <p>FORTE: (2) 2005</p>	 <p>FORTE: (2) 2014</p>	 <p>FORTE: (2) 2014</p>	 <p>FORTE: (2) 2014</p>



1. IDENTIFICAÇÃO		
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)		
Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha		
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)		
Gestão de Áreas Urbanas		
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)		1.4. Código Identificador Iphan
Antiga Fábrica de Alambiques (17)		PRS/88 – 0002.00017
11. DADOS COMPLEMENTARES		
11.1. Informações Históricas (síntese)		
<p>Antiga Fábrica de Alambiques e Máquinas de Sulfatar. Construída por volta de 1945. Na época era a única fábrica de alambiques e de máquinas de sulfatar da região. De propriedade do Sr. Luiz Pasini.</p> <p>Localização conforme Mapa Geral: Quadra 12, Lote 178.</p> <p>FONTES / CRÉDITOS:</p> <p>(1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.</p> <p>(2) Acervo IPHAN-RS, Ano.</p> <p>(3) Publicado na internet, Autor, Ano.</p>		
11.2. Outras informações (especializadas, temáticas...)		
<p>Prédio em alvenaria de tijolos maciços com dois pavimentos e porão. Telhado em quatro águas com telhas de zinco e beiral. Aberturas com vergas retas e esquadrias de madeira, com destaque para peitoril, molduras e elementos decorativos em argamassa. O acesso principal se destaca na forma de um chanfro na esquina. Os pavimentos são marcados por friso horizontal. Na fachada principal a verticalidade é salientada pelo balcão com gradil em ferro no pavimento superior.</p>		
12. PREENCHIMENTO		
12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	09/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Prédio da Cooperativa (18)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00018

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF RS 2.2.Município Santa Tereza 2.3.Localidade Centro Histórico

2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento) R. Abramo Caumo, 258 (antiga Rua General Osório, 258) 2.5.Código Postal 95.715-000

2.6.Coordenadas Geográficas 3.PROPRIEDADE

Latitude 29°10' S Longitude 51°44' O Altitude [m] 80 Erro Horiz. [m]

Pública Privada Mista Outra

3.1. Identificação do Proprietário Cooperativa Santa Tereza

3.2. Contatos (54) 3456.1157

4. NATUREZA DO BEM 5.CONTEXTO 6.PROTEÇÃO EXISTENTE 7. PROTEÇÃO PROPOSTA

Bem arqueológico Bem paleontológico Patrimônio natural Bem imóvel Bem móvel Bem integrado

Rural Urbano Entorno preservado Entorno alterado Forma conjunto Bem isolado

Patrimônio mundial Federal/ individual Federal/ conjunto Estadual/ individual Estadual/ conjunto Municipal/ individual Municipal/ conjunto

Patrimônio mundial Federal/ individual Federal/ conjunto Estadual/ individual Estadual/ conjunto Municipal/ individual Municipal/ conjunto

Entorno de bem protegido Entorno de bem protegido

Nenhuma Nenhuma

6.1. Tipo/ legislação incidente 7.1 Tipo/ legislação incidente

6.1. Tipo/ legislação incidente 7.1 Tipo/ legislação incidente

6.1. Tipo/ legislação incidente 7.1 Tipo/ legislação incidente

6.1. Tipo/ legislação incidente 7.1 Tipo/ legislação incidente

6.1. Tipo/ legislação incidente 7.1 Tipo/ legislação incidente



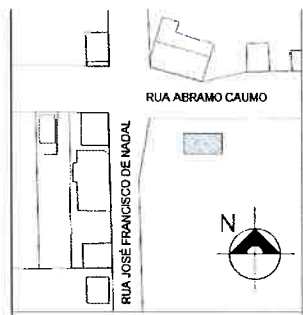
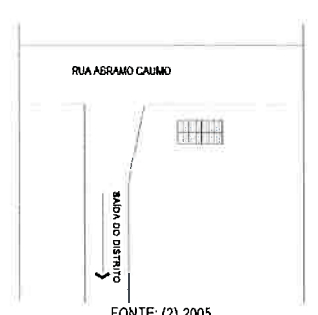




6.1. Tipo/ legislação incidente 7.1 Tipo/ legislação incidente

6.1. Tipo/ legislação incidente 7.1 Tipo/ legislação incidente

6.1. Tipo/ legislação incidente 7.1 Tipo/ legislação incidente

6.1. Tipo/ legislação incidente 7.1 Tipo/ legislação incidente

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

 <p>FONTE: (1)</p>	 <p>FONTE: (2) 2005</p>	 <p>FONTE: (2) 2014</p>	 <p>FONTE: (2) 2005</p>
 <p>FONTE: (2) 2014</p>	 <p>FONTE: (2) 2014</p>	 <p>FONTE: (2) 2014</p>	 <p>FONTE: (2) 2014</p>



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Prédio da Cooperativa (18)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00018

11.DADOS COMPLEMENTARES

11.1. Informações Históricas (síntese)

Atualmente utilizada como residência.

Localização conforme Mapa Geral: Quadra 13, Lote 36.

FONTES / CRÉDITOS:

(1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.

(2) Acervo IPHAN-RS, Ano.

(3) Publicado na internet, Autor, Ano.

11.2. Outras informações (especializadas, temáticas...)

Prédio de alvenaria de tijolos com um pavimento, porão e sótão. Aberturas com vergas retas e óculo na empena. Telhado com duas águas em telha francesa com beiral.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	09/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Ponte Pênsil (20)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00020

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF RS 2.2.Município Santa Tereza 2.3.Localidade Centro Histórico

2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento) R. José Francisco de Nadal esquina Rua Abramo Caumo 2.5.Código Postal 95.715-000

2.6.Coordenadas Geográficas 3.PROPRIEDADE

Latitude 29°10' S x Pública 3.1. Identificação do Proprietário

Longitude 51°44' O Privada Município de Santa Tereza

Altitude [m] 80 Mista 3.2. Contatos

Erro Horiz. [m] Outra (54) 3456.1033

4. NATUREZA DO BEM 5.CONTEXTO 6.PROTEÇÃO EXISTENTE 7. PROTEÇÃO PROPOSTA

Bem arqueológico Rural Patrimônio mundial Patrimônio mundial

Bem paleontológico x Urbano Federal/ individual Federal/ individual

Patrimônio natural Entorno preservado x Federal/ conjunto Federal/ conjunto

x Bem imóvel Entorno alterado Estadual/ individual Estadual/ individual

Bem móvel Forma conjunto Estadual/ conjunto Estadual/ conjunto

Bem integrado Bem isolado Municipal/ individual Municipal/ individual

4.1 Classificação Municipal/ conjunto Municipal/ conjunto

Obra de Arquitetura Entorno de bem protegido Entorno de bem protegido

8.ESTADO DE PRESERVAÇÃO 9.ESTADO DE CONSERVAÇÃO


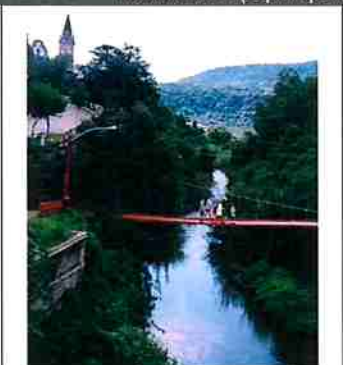
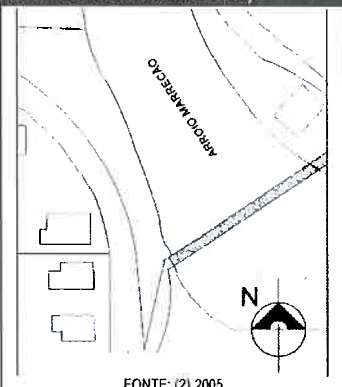

x Íntegro x Bom Nenhuma Nenhuma

Pouco alterado Precário 6.1. Tipo/ legislação incidente 7.1 Tipo/ legislação incidente

Muito alterado Em arruamento Pertence ao Núcleo Histórico

Descaracterizado Arruinado Tombado pela União, Edificação de Interesse constante no Inventário SPHAN 1988.

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

 <p> FONTE: (1)</p>	 <p> FONTE: (2) 2005</p>	 <p> FONTE: (2) 2005</p>	 <p> FONTE: (2) 2014</p>
--	---	--	---

11.DADOS COMPLEMENTARES

11.1.Informações Históricas (síntese)

Localizada sobre o arroio Barra Mansa ou Marrecão, foi construída aproximadamente em 1916. Tem uma extensão de 50 metros. Localização conforme Mapa Geral: Quadras 13, 19 e 26.

FONTES / CRÉDITOS:

- (1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.
- (2) Acervo IPHAN-RS, Ano.
- (3) Publicado na internet, Autor, Ano.

11.2.Outras informações (especializadas, temáticas...)



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Ponte Pênsil (20)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00020

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	10/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Correios – Casa Ferronato (21)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00021

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade	2.5.Código Postal
RS	Santa Tereza	Centro Histórico	95.715-000
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)			
R. José Francisco de Nadal, 335 (antiga Rua José Bonifácio, 335)			

2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE		3.1. Identificação do Proprietário	
Latitude	29°10' S		Pública	Herdeiros de João Ferronato	
Longitude	51°44' O	x	Privada	3.2. Contatos	
Altitude [m]	80		Mista	com José Ferronato	
Erro Horiz. [m]			Outra		

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual		Municipal/ individual

4.1 Classificação		9.ESTADO DE CONSERVAÇÃO		6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
Obra de Arquitetura		x	Bom	Pertence ao Núcleo Histórico Tombado pela União, Edificação de Interesse constante no Inventário SPHAN 1988.			
8.ESTADO DE PRESERVAÇÃO			Precário	Nenhuma		Nenhuma	
x	Pouco alterado		Em arruamento				
	Muito alterado		Arruinado				
	Descaracterizado						

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

 FONTE: (1)	 FONTE: (2) 2005	 FONTE: (2) 2005	 FONTE: (2) 2014
 RUA JOSÉ FRANCISCO DE NADAL FONTE: (2) 2005	 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014



1. IDENTIFICAÇÃO		
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)		
Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha		
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)		
Gestão de Áreas Urbanas		
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)		1.4. Código Identificador Iphan
Correios – Casa Ferronato (21)		PRS/88 = 0002.00021
11.DADOS COMPLEMENTARES		
11.1.Informações Históricas (síntese)		
<p>Construída em 1915. Nela esteve instalado um banco. Atualmente é ocupada pela agência dos Correios. Localização conforme Mapa Geral: Quadra 19, Lote 228. FONTES / CRÉDITOS: (1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988. (2) Acervo IPHAN-RS, Ano. (3) Publicado na internet, Autor, Ano.</p>		
11.2.Outras informações (especializadas, temáticas...)		
<p>Edificação construída em estrutura independente em madeira, com um pavimento principal, porão e sótão com uso. Fechamentos laterais em madeira, com exceção do porão em alvenaria. O telhado é em duas águas com telha de zinco e beiral. A empena é voltada para a rua. O acesso se dá por escada lateral ao pavimento principal sobre o porão, sendo este porão situado ao nível do passeio. Possui anexo posterior de dois pavimentos em alvenaria.</p>		
12. PREENCHIMENTO		
12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	09/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa de Inês Finatto (22)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 - 0002.00022

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF 2.2.Município 2.3.Localidade

RS Santa Tereza Centro Histórico

2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento) 2.5.Código Postal

Av. Itália, 435 (antiga Rua Saldanha Marinho, 435) 95.715-000

2.6.Coordenadas Geográficas 3.PROPRIEDADE

Latitude 29°10' S Pública 3.1. Identificação do Proprietário

Longitude 51°44' O x Privada Inês Finatto e outros

Altitude [m] 80 Mista 3.2. Contatos

Erro Horiz. [m] Outra (54) 3456.1072 (com Nelson Finatto)

4. NATUREZA DO BEM 5.CONTEXTO 6.PROTEÇÃO EXISTENTE 7. PROTEÇÃO PROPOSTA

Bem arqueológico Rural Patrimônio mundial Patrimônio mundial

Bem paleontológico x Urbano Federal/ individual Federal/ individual

Patrimônio natural Entorno preservado x Federal/ conjunto Federal/ conjunto

x Bem imóvel Entorno alterado Estadual/ individual Estadual/ individual

Bem móvel Forma conjunto Estadual/ conjunto Estadual/ conjunto

Bem integrado Bem isolado Municipal/ individual Municipal/ individual

4.1 Classificação Municipal/ conjunto Municipal/ conjunto

Obra de Arquitetura Entorno de bem protegido Entorno de bem protegido

8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO 9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO Nenhuma Nenhuma

Íntegro x Bom 6.1. Tipo/ legislação incidente 7.1 Tipo/ legislação incidente









x Pouco alterado Precário Pertence ao Núcleo Histórico

Muito alterado Em arruamento Tombado pela União, Edificação

Descaracterizado Arruinado de Interesse constante no

Inventário SPHAN 1988.

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

 <p> FONTE: (1)</p>	 <p> FONTE: (2) 2005</p>	 <p> FONTE: (2) 2005</p>	 <p> FONTE: (2) 2014</p>
 <p> FONTE: (2) 2005</p>	 <p> FONTE: (2) 2014</p>	 <p> FONTE: (2) 2014</p>	 <p> FONTE: (2) 2014</p>



1. IDENTIFICAÇÃO		
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)		
Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha		
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)		
Gestão de Áreas Urbanas		
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)		1.4. Código Identificador Iphan
Casa de Inês Finatto (22)		PRS/88 – 0002.00022
11.DADOS COMPLEMENTARES		
11.1.Informações Históricas (síntese)		
<p>Localização conforme Mapa Geral: Quadra 15, Lote 22.</p> <p>FONTES / CRÉDITOS:</p> <p>(1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.</p> <p>(2) Acervo IPHAN-RS, Ano.</p> <p>(3) Publicado na internet, Autor, Ano.</p>		
11.2.Outras informações (especializadas, temáticas...)		
<p>Casa de esquina com chanfro marcando o acesso principal. Edificação com pavimento principal construído com estrutura independente em madeira e fechamentos laterais também em madeira, edificado sobre embasamento em alvenaria como um porão ao nível do passeio. Nesse nível do porão funciona o comércio. No nível superior, a residência. Aberturas singelas em madeira com vergas retas. Telhado com 4 águas em telhas de zinco e beiral. Detalhe para uma quinta água resultante do chanfro da esquina.</p>		
12. PREENCHIMENTO		
12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	09/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Remus (23)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00023

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF RS 2.2.Município Santa Tereza 2.3.Localidade Centro Histórico

2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento) Rua Cesare Appiani, 260 (antiga Rua Marechal Floriano, 769) 2.5.Código Postal 95.715-000

2.6.Coordenadas Geográficas 3.PROPRIEDADE

Latitude 29°10' S 3.1. Identificação do Proprietário Stefano Remus

Longitude 51°44' O x Privada 3.2. Contatos

Altitude [m] 80 Mista (54) 3456.1042 (Diviane Remus, moradora atual)

Erro Horiz. [m] Outra

4. NATUREZA DO BEM 5.CONTEXTO 6.PROTEÇÃO EXISTENTE 7. PROTEÇÃO PROPOSTA

Bem arqueológico Rural Patrimônio mundial Patrimônio mundial

Bem paleontológico x Urbano Federal/ individual Federal/ individual

Patrimônio natural Entorno preservado x Federal/ conjunto Federal/ conjunto

x Bem imóvel Entorno alterado Estadual/ individual Estadual/ individual

Bem móvel Forma conjunto Estadual/ conjunto Estadual/ conjunto

Bem integrado Bem isolado Municipal/ individual Municipal/ individual

4.1 Classificação Municipal/ conjunto Municipal/ conjunto

Obra de Arquitetura Entorno de bem protegido Entorno de bem protegido

8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO 9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO

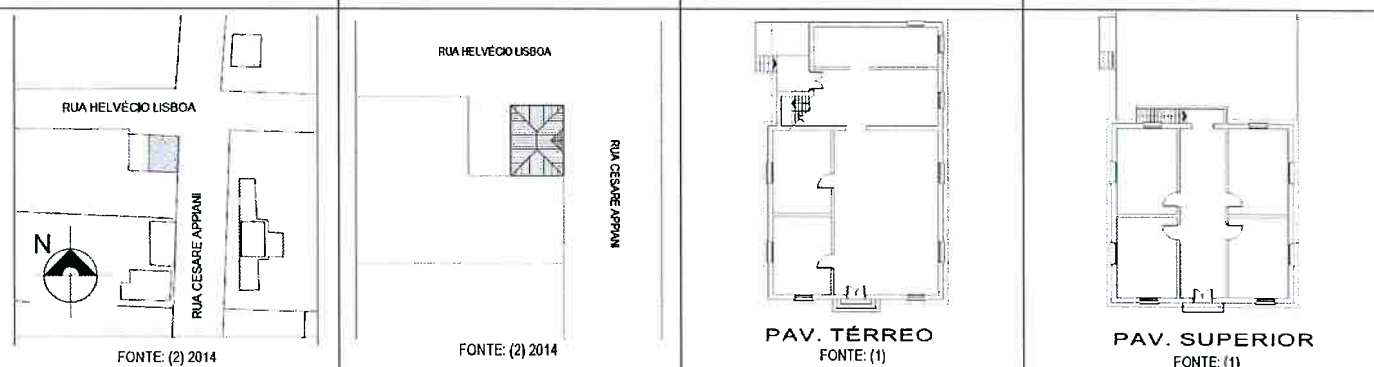
Integro x Bom 6.1. Tipo/ legislação incidente 7.1 Tipo/ legislação incidente

x Pouco alterado Precário Pertence ao Núcleo Histórico

Muito alterado Em arruamento Tombado pela União, Edificação

Descaracterizado Arruinado de Interesse constante no Inventário SPHAN 1988.

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Remus (23)

1.4. Código Identificador Iphan

PRS/88 – 0002.00023



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014

11. DADOS COMPLEMENTARES

11.1. Informações Históricas (síntese)

Casa construída por volta de 1920 com a finalidade de ser hotel, mas por razões particulares essa atividade não se concretizou, vindo a ser ocupada como residência.

Localização conforme Mapa Geral: Quadra 4, Lote 124.

FONTES / CRÉDITOS:

(1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.

(2) Acervo IPHAN-RS.

(3) Publicado na internet, Autor, Ano.

11.2. Outras informações (especializadas, temáticas...)

Edificação com dois pavimentos, porão e sótão, construção em alvenaria portante de tijolos maciços. Telhado com quatro águas em telhas de zinco com beiral e calha. Apresenta balcão central com pequeno frontão com óculo e moldura contínua, tipo cornija, acompanhando o beiral. Aberturas em madeira, de dimensões altas e vergas retas, com molduras em argamassa. Pisos e forros em madeira. Paredes divisórias em alvenaria e madeira.

O volume anexo ao fundo procura manter as características edilícias do volume principal da edificação, possui um pavimento ao nível do pavimento principal, destinado à copa e cozinha; e um porão destinado à garagem.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	09/07/2014



SANTA TEREZA / RS
BENS RELACIONADOS
NO INVENTÁRIO DE
- 1988 -



IPHAN - RS
EM BRANCO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Juarez Remus (24)

1.4. Código Identificador Iphan

1988 – 06

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade
RS	Santa Tereza	Centro Histórico
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)		2.5.Código Postal
R. Don Giosué Bardin, 302		95.715-000

2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE	
Latitude	29°10' S		Pública
Longitude	51°44' O	x	Privada
Altitude [m]	80		Mista
Erro Horiz. [m]			Outra
		3.1. Identificação do Proprietário	
		Juarez Remus (Registro 26465)	
		3.2. Contatos	
		(54) 3456.1276	

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual		Municipal/ individual
4.1 Classificação				Municipal/ conjunto		Municipal/ conjunto	
Obra de Arquitetura				Entorno de bem protegido		Entorno de bem protegido	
8.ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9.ESTADO DE CONSERVAÇÃO		Nenhuma		Nenhuma	
	Íntegro	x	Bom	6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
	Pouco alterado		Precário	Pertence ao Núcleo Histórico			
x	Muito alterado		Em arruamento	Tombado pela União, Edificação de Interesse constante na Relação DEPAM 2010.			
	Descaracterizado		Arruinado				

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

<p>Fonte: (2) 2014</p>	<p>Fonte: (2) 2005</p>	<p>Fonte: (3) Rene Hass, 2011</p>	<p>Fonte: (2) 2014</p>
<p>Fonte: (2) 2014</p>	<p>Fonte: (2) 2014</p>		



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Juarez Remus (24)

1.4. Código Identificador Iphan
1988 – 06

11.DADOS COMPLEMENTARES

11.1. Informações Históricas (síntese)

Localização conforme Mapa Geral: Quadra 8, Lote 43.
FONTES / CRÉDITOS:
 (1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.
 (2) Acervo IPHAN-RS, Ano.
 (3) Publicado na internet, Autor, Ano.

11.2. Outras informações (especializadas, temáticas...)

Construção em alvenaria, um pavimento, porão e sótão, telhado com duas águas em telha de zinco com beiral. Frontão paralelo à via. Aberturas em madeira com vergas retas. Pequena janela no oitão indicando sótão habitável. Vestígios de alteração nas aberturas da fachada frontal, indicando possível remoção de bandeira superior. Pavimento principal elevado cerca de 120cm do nível do passeio.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	11/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)
Câmara Municipal de Vereadores (25)

1.4. Código Identificador Iphan
1988 – 07

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade
RS	Santa Tereza	Centro Histórico
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)		2.5.Código Postal
R. Amadeo Piccinini, 04		95.715-000

2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE	
Latitude	29°10' S		Pública
Longitude	51°44' O	x	Privada
Altitude [m]	80		Mista
Erro Horiz. [m]			Outra
		3.1. Identificação do Proprietário	
		Câmara Municipal	
		3.2. Contatos	
		(54) 3456.1426	

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual		Municipal/ individual
4.1 Classificação				Municipal/ conjunto		Municipal/ conjunto	
Obra de Arquitetura				Entorno de bem protegido		Entorno de bem protegido	
8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO		Nenhuma		Nenhuma	
	Íntegro	x	Bom	6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
	Pouco alterado		Precário	Pertence ao Núcleo Histórico Tombado pela União, Edificação de Interesse constante na Relação DEPAM 2010.			
x	Muito alterado		Em arruamento				
	Descaracterizado		Arruinado				

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

<p>Fonte: (2) 2014</p>	<p>Fonte: (2) 2005</p>	<p>Fonte: (2) 2005</p>	<p>Fonte: (2) 2014</p>
<p>Fonte: (2) 2014</p>	<p>Fonte: (2) 2014</p>	<p>Fonte: (2) 2014</p>	<p>Fonte: (2) 2014</p>

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Câmara Municipal de Vereadores (25)

1.4. Código Identificador Iphan

1988 – 07



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014

11. DADOS COMPLEMENTARES

11.1. Informações Históricas (síntese)

Localização conforme Mapa Geral: Quadra 8, Lote 82.

FONTES / CRÉDITOS:

(1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.

(2) Acervo IPHAN-RS, Ano.

(3) Publicado na internet, Autor, Ano.

11.2. Outras informações (especializadas, temáticas...)

Terreno de esquina, construção em alvenaria, um pavimento e porão, telhado com quatro águas em telha de zinco com beiral e calha metálica. Aberturas em madeira com vergas retas, esquadrias com fino desenho. Pavimento principal elevado cerca de 120cm do nível do passeio no acesso principal.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	11/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Antiga Olaria (26)

1.4. Código Identificador Iphan

1988 – 17

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE


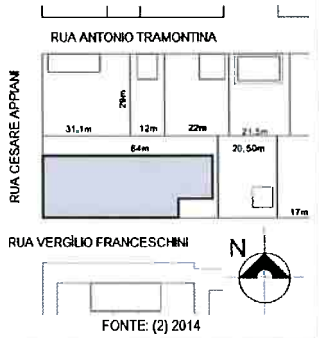





2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade	2.5.Código Postal
RS	Santa Tereza	Centro Histórico	95.715-000
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)			
R. Cesare Appiani, 487			

2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE	
Latitude	29°10' S		3.1. Identificação do Proprietário
Longitude	51°44' O	x	Rudi Adalberto Acco
Altitude [m]	80		3.2. Contatos
Erro Horiz. [m]			(54)

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual		Municipal/ individual
4.1 Classificação					Municipal/ conjunto		Municipal/ conjunto
Obra de Arquitetura					Entorno de bem protegido		Entorno de bem protegido

8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO		6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1. Tipo/ legislação incidente	
	Íntegro		Bom	Pertence ao Núcleo Histórico Tombado pela União, Edificação de Interesse relacionada ao Inventário de 1988.			
	Pouco alterado		Precário				
	Muito alterado		Em arruinamento				
x	Descaracterizado	x	Arruinado				

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

 FONTE: (2) 2005	 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014
 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014	FONTE: (2) 2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Antiga Olaria (26)

1.4. Código Identificador Iphan

1988 – 17

11.DADOS COMPLEMENTARES

11.1.Informações Históricas (síntese)

Localização conforme Mapa Geral: Quadra 10, Lote 393.

FONTES / CRÉDITOS:

(2) Acervo IPHAN-RS, Ano.

11.2.Outras informações (especializadas, temáticas...)

Construção em alvenaria de tijolo maciço, telhados em telha francesa.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	11/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Salão Paroquial (27)

1.4. Código Identificador Iphan

1988 – 37

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade	2.5.Código Postal
RS	Santa Tereza	Centro Histórico	95.715-000
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)			
Rua Don Giosué Bardin, 409 B			


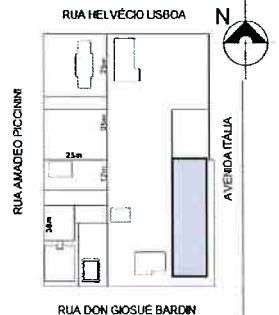



2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE	
Latitude	29°10' S		3.1. Identificação do Proprietário
Longitude	51°44' O	x	Paróquia Santa Tereza
Altitude [m]	80		3.2. Contatos
Erro Horiz. [m]			(54) 3456.1052

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual		Municipal/ individual

4.1 Classificação		9.ESTADO DE CONSERVAÇÃO		6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
Obra de Arquitetura			Bom	Pertence ao Núcleo Histórico Tombado pela União, Edificação de Interesse relacionada ao Inventário de 1988.			

8.ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9.ESTADO DE CONSERVAÇÃO		6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
	Íntegro	x	Bom	Pertence ao Núcleo Histórico Tombado pela União, Edificação de Interesse relacionada ao Inventário de 1988.			
	Pouco alterado		Precário				
x	Muito alterado		Em arruamento				
	Descaracterizado		Arruinado				

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

 <p>FONTE: (2) 2005</p>	 <p>RUA AMADEO PICCININI</p> <p>RUA DON GIOSUÉ BARDIN</p> <p>FONTE: (2) 2014</p>	 <p>FONTE: (2) 2014</p>	 <p>FONTE: (2) 2014</p>
 <p>FONTE: (2) 2014</p>			



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Salão Paroquial (27)

1.4. Código Identificador Iphan

1988 – 37

11.DADOS COMPLEMENTARES

11.1.Informações Históricas (síntese)

Localização conforme Mapa Geral: Quadra 17, Lote 203.

FONTES / CRÉDITOS:

(1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.

(2) Acervo IPHAN-RS, Ano.

(3) Publicado na internet, Autor, Ano.

11.2.Outras informações (especializadas, temáticas...)

Construção com um pavimento em alvenaria.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	15/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Bolesina (28)

1.4. Código Identificador Iphan

1988 – 39

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE


2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade
RS	Santa Tereza	Centro Histórico
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)		2.5.Código Postal
Rua Don Giosué Bardin, 409 B		95.715-000

2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE	
Latitude	29°10' S		3.1. Identificação do Proprietário
Longitude	51°44' O	x	Privada
Altitude [m]	80		3.2. Contatos
Erro Horiz. [m]			(54) 3456.1377

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual		Municipal/ individual
4.1 Classificação					Municipal/ conjunto		Municipal/ conjunto
Obra de Arquitetura					Entorno de bem protegido		Entorno de bem protegido
8.ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9.ESTADO DE CONSERVAÇÃO			Nenhuma		Nenhuma

	Íntegro	x	Bom	6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
	Pouco alterado		Precário	Pertence ao Núcleo Histórico Tombado pela União, Edificação de Interesse relacionada ao Inventário de 1988.			
x	Muito alterado		Em arruamento				
	Descaracterizado		Arruinado				

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

 <p>Fonte: (2) 2005</p>	 <p>Fonte: (2) 2014</p>	 <p>Fonte: (2) 2014</p>	 <p>Fonte: (2) 2014</p>
--	--	---	--



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Bolesina (28)

1.4. Código Identificador Iphan

1988 – 39



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014

11. DADOS COMPLEMENTARES

11.1. Informações Históricas (síntese)

Localização conforme Mapa Geral: Quadra 19, Lote 373.

FONTES / CRÉDITOS:

(1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.

(2) Acervo IPHAN-RS, Ano.

(3) Publicado na internet, Autor, Ano.

11.2. Outras informações (especializadas, temáticas...)

Construção com dois pavimentos e porão em alvenaria. Aberturas em madeira com vergas retas. Telhado com platibanda. Elementos decorativos em argamassa na fachada.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	15/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Cesar Augusto Prezzi (29)

1.4. Código Identificador Iphan

1988 – 40

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF 2.2.Município 2.3.Localidade

RS Santa Tereza Centro Histórico

2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento) 2.5.Código Postal

Av. Itália, 407 95.715-000

2.6.Coordenadas Geográficas 3.PROPRIEDADE

Latitude 29°10' S Pública 3.1. Identificação do Proprietário

Longitude 51°44' O x Privada Cesar Prezzi (Registro 41832)

Altitude [m] 80 Mista 3.2. Contatos

Erro Horiz. [m] Outra (54) 3451.3396 e 9988.6200

4. NATUREZA DO BEM 5.CONTEXTO 6.PROTEÇÃO EXISTENTE 7. PROTEÇÃO PROPOSTA

Bem arqueológico Rural Patrimônio mundial Patrimônio mundial

Bem paleontológico x Urbano Federal/ individual Federal/ individual

Patrimônio natural Entorno preservado x Federal/ conjunto Federal/ conjunto

x Bem imóvel Entorno alterado Estadual/ individual Estadual/ individual

Bem móvel Forma conjunto Estadual/ conjunto Estadual/ conjunto

Bem integrado Bem isolado Municipal/ individual Municipal/ individual

4.1 Classificação Municipal/ conjunto Municipal/ conjunto

Obra de Arquitetura Entorno de bem protegido Entorno de bem protegido

8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO 9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO Nenhuma Nenhuma

Íntegro Bom 6.1. Tipo/ legislação incidente 7.1 Tipo/ legislação incidente

Pouco alterado x Precário Pertence ao Núcleo Histórico

x Muito alterado Em arruamento Tombado pela União, Edificação

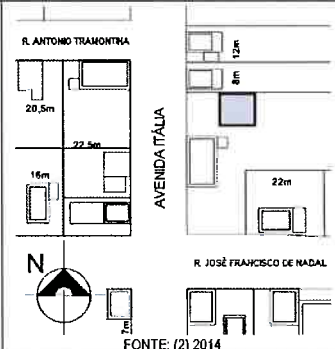
Descaracterizado Arruinado de Interesse relacionada ao

Inventário de 1988.

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)



FONTE: (2) 2005



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014

11. DADOS COMPLEMENTARES

11.1. Informações Históricas (síntese)

Localização conforme Mapa Geral: Quadra 19, Lote 365.

FONTES / CRÉDITOS:

(1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.

(2) Acervo IPHAN-RS, Ano.

(3) Publicado na internet, Autor, Ano.

11.2. Outras informações (especializadas, temáticas...)



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Cesar Augusto Prezzi (29)

1.4. Código Identificador Iphan

1988 – 40

Construção com um pavimento e porão em alvenaria. Aberturas em madeira com vergas retas. Telhado com quatro águas em telha francesa com beiral.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	15/07/2014



SANTA TEREZA / RS
INVENTÁRIO
DEPAM
- 2010 -



IPHAN - RS
EM BRANCO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Matias (30)

1.4. Código Identificador Iphan
DEPAM/2010 – 02

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF 2.2.Município 2.3.Localidade

RS Santa Tereza Centro Histórico

2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento) 2.5.Código Postal

R. Cesare Appiani, 294 95.715-000

2.6.Coordenadas Geográficas **3.PROPRIEDADE**

Latitude 29°10' S Pública 3.1. Identificação do Proprietário

Longitude 51°44' O x Privada Oscar, Jurema, Gelito, Genilde Matias

Altitude [m] 80 Mista 3.2. Contatos

Erro Horiz. [m] Outra (54)

4. NATUREZA DO BEM **5.CONTEXTO** **6.PROTEÇÃO EXISTENTE** **7. PROTEÇÃO PROPOSTA**

Bem arqueológico Rural Patrimônio mundial Patrimônio mundial

Bem paleontológico x Urbano Federal/ individual Federal/ individual

Patrimônio natural Entorno preservado x Federal/ conjunto Federal/ conjunto

x Bem imóvel Entorno alterado Estadual/ individual Estadual/ individual

Bem móvel Forma conjunto Estadual/ conjunto Estadual/ conjunto

Bem integrado Bem isolado Municipal/ individual Municipal/ individual

4.1 Classificação Municipal/ conjunto Municipal/ conjunto

Obra de Arquitetura Entorno de bem protegido Entorno de bem protegido

8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO **9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO** **6.1. Tipo/ legislação incidente** **7.1 Tipo/ legislação incidente**







Integro x Bom Nenhuma Nenhuma

x Pouco alterado Precário 6.1. Tipo/ legislação incidente 7.1 Tipo/ legislação incidente

Muito alterado Em arruamento Pertence ao Núcleo Histórico

Descaracterizado Arruinado Tombado pela União, Edificação de Interesse constante na Relação DEPAM 2010.

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

 <p>FONTE: (2) 2005</p>	 <p>FONTE: (2) 2014</p>	 <p>FONTE: (2) 2014</p>	 <p>FONTE: (2) 2014</p>
 <p>FONTE: (2) 2014</p>	 <p>FONTE: (2) 2014</p>		

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Matias (30)

1.4. Código Identificador Iphan

DEPAM/2010 – 02

11. DADOS COMPLEMENTARES

11.1. Informações Históricas (síntese)

Localização conforme Mapa Geral: Quadra 4, Lote 149.
FONTES / CRÉDITOS:
(2) Acervo IPHAN-RS.

11.2. Outras informações (especializadas, temáticas...)

Construção em alvenaria, um pavimento, telhado com quatro águas em telha de zinco com beiral.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	10/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa José Remus (31)

1.4. Código Identificador Iphan
DEPAM/2010 – 05

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade	2.5.Código Postal
RS	Santa Tereza	Centro Histórico	95.715-000
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)			
R. Don Giosué Bardin, 282			

2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE	
Latitude	29°10' S		3.1. Identificação do Proprietário
Longitude	51°44' O	x	José Remus
Altitude [m]	80		3.2. Contatos
Erro Horiz. [m]			(54) 3456.1133

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual		Municipal/ individual
4.1 Classificação					Municipal/ conjunto		Municipal/ conjunto
Obra de Arquitetura					Entorno de bem protegido		Entorno de bem protegido

8.ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9.ESTADO DE CONSERVAÇÃO		6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
	Íntegro	x	Bom	Pertence ao Núcleo Histórico			
	Pouco alterado		Precário	Tombado pela União, Edificação de Interesse constante na Relação DEPAM 2010.			
x	Muito alterado		Em arruamento				
	Descaracterizado		Arruinado				

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

	<p> FONTE: (2) 2005</p>	<p> FONTE: (2) 2005</p>	<p> FONTE: (2) 2014</p>
<p> FONTE: (2) 2014</p>	<p> FONTE: (2) 2014</p>		

11.DADOS COMPLEMENTARES



1. IDENTIFICAÇÃO		
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)		
Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha		
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)		
Gestão de Áreas Urbanas		
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)		1.4. Código Identificador Iphan
Casa José Remus (31)		DEPAM/2010 – 05
11.1. Informações Históricas (síntese)		
Localização conforme Mapa Geral: Quadra 8, Lote 26. FONTES / CRÉDITOS: (2) Acervo IPHAN-RS, Ano.		
11.2. Outras informações (especializadas, temáticas...)		
Terreno de esquina, construção em alvenaria, um pavimento e porão, telhado com quatro águas em telha francesa com beiral e calha metálica.		
12. PREENCHIMENTO		
12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	11/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)
Casa Bruschi (32)

1.4. Código Identificador Iphan
DEPAM/2010 – 09

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade
RS	Santa Tereza	Centro Histórico
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)		2.5.Código Postal
R. Amadeo Piccinini, 160		95.715-000

2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE	
Latitude	29°10' S		3.1. Identificação do Proprietário
Longitude	51°44' O	x	Alda Bruschi (Registro 1275)
Altitude [m]	80		3.2. Contatos
Erro Horiz. [m]			(54) 3456.1198

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual		Municipal/ individual
4.1 Classificação					Municipal/ conjunto		Municipal/ conjunto
Obra de Arquitetura					Entorno de bem protegido		Entorno de bem protegido
8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO		6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
	Íntegro	x	Bom	Pertence ao Núcleo Histórico			
x	Pouco alterado		Precário	Tombado pela União, Edificação			
	Muito alterado		Em arruamento	de Interesse constante na Relação			
	Descaracterizado		Arruinado	DEPAM 2010.			

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

<p align="center">FONTE: (2) 2014</p>	<p align="center">FONTE: (2) 2005</p>	<p align="center">FONTE: (3) Rene Hass, 2011</p>	<p align="center">FONTE: (2) 2014</p>
<p align="center">FONTE: (2) 2014</p>	<p align="center">FONTE: (2) 2014</p>	<p align="center">FONTE: (2) 2014</p>	



1. IDENTIFICAÇÃO		
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)		
Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha		
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)		
Gestão de Áreas Urbanas		
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)		1.4. Código Identificador Iphan
Casa Bruschi (32)		DEPAM/2010 – 09
11. DADOS COMPLEMENTARES		
11.1. Informações Históricas (síntese)		
<p>Localização conforme Mapa Geral: Quadra 8, Lote 126.</p> <p>FONTES / CRÉDITOS:</p> <p>(2) Acervo IPHAN-RS, Ano.</p> <p>(3) Publicado na internet, Autor, Ano.</p>		
11.2. Outras informações (especializadas, temáticas...)		
<p>Construção em alvenaria, dois pavimentos, telhado com quatro águas em telha de zinco, beiral e calha metálica. Aberturas em madeira com vergas retas. Balcão em alvenaria centralizado na fachada frontal no segundo pavimento, fechamento lateral com elemento vazado em argamassa armada.</p>		
12. PREENCHIMENTO		
12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	11/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Adelino Acco (33)

1.4. Código Identificador Iphan
DEPAM/2010 – 11

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF 2.2.Município 2.3.Localidade

RS Santa Tereza Centro Histórico

2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento) 2.5.Código Postal

R. Antonio Tramontina, 12 95.715-000

2.6.Coordenadas Geográficas 3.PROPRIEDADE

Latitude 29°10' S Pública 3.1. Identificação do Proprietário

Longitude 51°44' O x Privada Adelino Acco

Altitude [m] 80 Mista 3.2. Contatos

Erro Horiz. [m] Outra (54)

4. NATUREZA DO BEM 5.CONTEXTO 6.PROTEÇÃO EXISTENTE 7. PROTEÇÃO PROPOSTA

<input type="checkbox"/> Bem arqueológico	<input type="checkbox"/> Rural	<input type="checkbox"/> Patrimônio mundial	<input type="checkbox"/> Patrimônio mundial
<input type="checkbox"/> Bem paleontológico	<input checked="" type="checkbox"/> Urbano	<input type="checkbox"/> Federal/ individual	<input type="checkbox"/> Federal/ individual
<input type="checkbox"/> Patrimônio natural	<input type="checkbox"/> Entorno preservado	<input checked="" type="checkbox"/> Federal/ conjunto	<input type="checkbox"/> Federal/ conjunto
<input checked="" type="checkbox"/> Bem imóvel	<input type="checkbox"/> Entorno alterado	<input type="checkbox"/> Estadual/ individual	<input type="checkbox"/> Estadual/ individual
<input type="checkbox"/> Bem móvel	<input type="checkbox"/> Forma conjunto	<input type="checkbox"/> Estadual/ conjunto	<input type="checkbox"/> Estadual/ conjunto
<input type="checkbox"/> Bem integrado	<input type="checkbox"/> Bem isolado	<input type="checkbox"/> Municipal/ individual	<input type="checkbox"/> Municipal/ individual
4.1 Classificação		<input type="checkbox"/> Municipal/ conjunto	<input type="checkbox"/> Municipal/ conjunto
Obra de Arquitetura		<input type="checkbox"/> Entorno de bem protegido	<input type="checkbox"/> Entorno de bem protegido
8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
<input type="checkbox"/> Íntegro		<input type="checkbox"/> Bom	
<input type="checkbox"/> Pouco alterado		<input checked="" type="checkbox"/> Precário	
<input checked="" type="checkbox"/> Muito alterado		<input type="checkbox"/> Em arruamento	
<input type="checkbox"/> Descaracterizado		<input type="checkbox"/> Arruinado	

6.1. Tipo/ legislação incidente 7.1 Tipo/ legislação incidente

Pertence ao Núcleo Histórico Tombado pela União, Edificação de Interesse constante na Relação DEPAM 2010.

Nenhuma Nenhuma

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

<p style="text-align: center;">FONTE: (2) 2014</p>	<p style="text-align: center;">FONTE: (2) 2005</p>	<p style="text-align: center;">FONTE: (2) 2005</p>	<p style="text-align: center;">FONTE: (2) 2014</p>
<p style="text-align: center;">FONTE: (2) 2014</p>	<p style="text-align: center;">FONTE: (2) 2014</p>	<p style="text-align: center;">FONTE: (2) 2014</p>	<p style="text-align: center;">FONTE: (2) 2014</p>



1. IDENTIFICAÇÃO		
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)		
Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha		
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)		
Gestão de Áreas Urbanas		
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)		1.4. Código Identificador Iphan
Casa Adelino Acco (33)		DEPAM/2010 – 11
11.DADOS COMPLEMENTARES		
11.1.Informações Históricas (síntese)		
<p>Localização conforme Mapa Geral: Quadra 10, Lote 65.</p> <p>FONTES / CRÉDITOS:</p> <p>(2) Acervo IPHAN-RS, Ano.</p>		
11.2.Outras informações (especializadas, temáticas...)		
<p>Terreno de esquina, construção em alvenaria, um pavimento e porão, telhado com quatro águas em telha de zinco, beiral e calha metálica. Aberturas em madeira com vergas retas. Janelas do porão com verga em arco abatido.</p>		
12. PREENCHIMENTO		
12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	11/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Hélio Acco (34)

1.4. Código Identificador Iphan

DEPAM/2010 – 12

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade
RS	Santa Tereza	Centro Histórico
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)		2.5.Código Postal
R. Antonio Tramontina, 42		95.715-000

2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE	
Latitude	29°10' S		3.1. Identificação do Proprietário
Longitude	51°44' O	x	Hélio Acco
Altitude [m]	80		3.2. Contatos
Erro Horiz. [m]			(54)

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual		Municipal/ individual
4.1 Classificação					Municipal/ conjunto		Municipal/ conjunto
Obra de Arquitetura					Entorno de bem protegido		Entorno de bem protegido

8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO		6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
	Íntegro		Bom	Pertence ao Núcleo Histórico			
	Pouco alterado	x	Precário	Tombado pela União, Edificação			
x	Muito alterado		Em arruamento	de Interesse constante na Relação			
	Descaracterizado		Arruinado	DEPAM 2010.			

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

<p>RUAS ANTONIO TRAMONTINA, CESARE APPIANI, VERGÍLIO FRANCESCINI</p> <p>FONTES: (2) 2014</p>	<p>FONTES: (2) 2005</p>	<p>FONTES: (2) 2014</p>	<p>FONTES: (2) 2014</p>
--	-------------------------	-------------------------	-------------------------

11.DADOS COMPLEMENTARES

11.1.Informações Históricas (síntese)
Localização conforme Mapa Geral: Quadra 10, Lote 65. FONTES / CRÉDITOS: (2) Acervo IPHAN-RS, Ano.
11.2.Outras informações (especializadas, temáticas...)



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Hélio Acco (34)

1.4. Código Identificador Iphan

DEPAM/2010 – 12

Construção em alvenaria, um pavimento, telhado em dois volumes justapostos, com quatro águas em telha francesa com beiral e calha. Aberturas em madeira com vergas retas. Acesso principal com alpendre em laje plana e pilaretes tubulares.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	11/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Oreste Fittarelli (35)

1.4. Código Identificador Iphan

DEPAM/2010 – 25


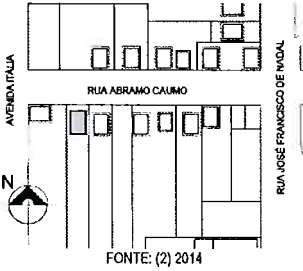



2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade	2.5.Código Postal
RS	Santa Tereza	Centro Histórico	95.715-000
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)			
R. Abramo Caumo, 192			

2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE	
Latitude	29°10' S		3.1. Identificação do Proprietário
Longitude	51°44' O	x	Verônica Fittarelli
Altitude [m]	80		3.2. Contatos
Erro Horiz. [m]			(54) 3456.1021

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual		Municipal/ individual
4.1 Classificação					Municipal/ conjunto		Municipal/ conjunto
Obra de Arquitetura					Entorno de bem protegido		Entorno de bem protegido
8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO		6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
	Íntegro	x	Bom	Pertence ao Núcleo Histórico			
x	Pouco alterado		Precário	Tombado pela União, Edificação			
	Muito alterado		Em arruamento	de Interesse constante na Relação			
	Descaracterizado		Arruinado	DEPAM 2010.			

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

 FONTE: (2) 2005	 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014
 FONTE: (2) 2014			



1. IDENTIFICAÇÃO		
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)		
Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha		
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)		
Gestão de Áreas Urbanas		
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)		1.4. Código Identificador Iphan
Casa Oreste Fittarelli (35)		DEPAM/2010 – 25
11.DADOS COMPLEMENTARES		
11.1.Informações Históricas (síntese)		
Localização conforme Mapa Geral: Quadra 14, Lote 24. FONTES / CRÉDITOS: (1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988. (2) Acervo IPHAN-RS, Ano. (3) Publicado na internet, Autor, Ano.		
11.2.Outras informações (especializadas, temáticas...)		
Construção com um pavimento principal em madeira, porão em alvenaria, telhado com quatro águas com telha de zinco e beiral.		
12. PREENCHIMENTO		
12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	14/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Lourdes Mafalda Gelatti Fittarelli (36)

1.4. Código Identificador Iphan
 DEPAM/2010 – 26


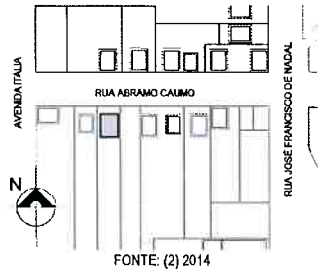



2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade	2.5.Código Postal
RS	Santa Tereza	Centro Histórico	95.715-000
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)			
R. Abramo Caumo, 202			

2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE	
Latitude	29°10' S		Pública
Longitude	51°44' O	x	Privada
Altitude [m]	80		Mista
Erro Horiz. [m]			Outra
		3.1. Identificação do Proprietário	
		Lourdes Mafalda Gelatti Fittarelli	
		3.2. Contatos	
		(54) 3456.1188	

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual		Municipal/ individual
4.1 Classificação				Municipal/ conjunto		Municipal/ conjunto	
Obra de Arquitetura				Entorno de bem protegido		Entorno de bem protegido	
8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO		Nenhuma		Nenhuma	
	Íntegro	x	Bom	6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
x	Pouco alterado		Precário	Pertence ao Núcleo Histórico Tombado pela União, Edificação de Interesse constante na Relação DEPAM 2010.			
	Muito alterado		Em arruinamento				
	Descaracterizado		Arruinado				

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

 <p>FONTE: (2) 2005</p>	 <p>FONTE: (2) 2014</p>	 <p>FONTE: (2) 2014</p>	 <p>FONTE: (2) 2014</p>
 <p>FONTE: (2) 2014</p>			



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Lourdes Mafalda Gelatti Fittarelli (36)

1.4. Código Identificador Iphan

DEPAM/2010 – 26

11. DADOS COMPLEMENTARES

11.1. Informações Históricas (síntese)

Localização conforme Mapa Geral: Quadra 14, Lote 50.

FONTES / CRÉDITOS:

- (1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.
- (2) Acervo IPHAN-RS, Ano.
- (3) Publicado na internet, Autor, Ano.

11.2. Outras informações (especializadas, temáticas...)

Construção com um pavimento principal em madeira, porão em alvenaria, telhado com quatro águas com telha de zinco e beiral.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	14/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Arnaldo José Fittarelli (37)

1.4. Código Identificador Iphan

DEPAM/2010 – 27


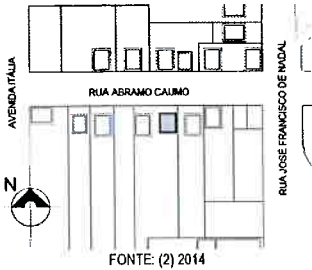


2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade
RS	Santa Tereza	Centro Histórico
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)		2.5.Código Postal
R. Abramo Caumo, 232		95.715-000

2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE	
Latitude	29°10' S		3.1. Identificação do Proprietário
Longitude	51°44' O	x	Privada
Altitude [m]	80		Mista
Erro Horiz. [m]			Outra
			3.2. Contatos
			(54) 3456.1271

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual		Municipal/ individual
4.1 Classificação					Municipal/ conjunto		Municipal/ conjunto
Obra de Arquitetura					Entorno de bem protegido		Entorno de bem protegido
8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO			Nenhuma		Nenhuma
	Íntegro	x	Bom	6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
x	Pouco alterado		Precário	Pertence ao Núcleo Histórico Tombado pela União, Edificação de Interesse constante na Relação DEPAM 2010.			
	Muito alterado		Em arruamento				
	Descaracterizado		Arruinado				

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

 FONTE: (2) 2005	 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014
--	--	---	--

11.DADOS COMPLEMENTARES

11.1.Informações Históricas (síntese)
Localização conforme Mapa Geral: Quadra 14, Lote 63. FONTES / CRÉDITOS: (1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988. (2) Acervo IPHAN-RS, Ano. (3) Publicado na internet, Autor, Ano.
11.2.Outras informações (especializadas, temáticas...)



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Arnaldo José Fittarelli (37)

1.4. Código Identificador Iphan

DEPAM/2010 – 27

Construção com um pavimento principal em madeira, telhado com quatro águas com telha de zinco e beiral.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade

IPHAN-RS

12.2. Data

12.3. Responsável

Iran Fernando da Rosa, arquiteto.

14/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Josefina Elisa Vignatti (38)

1.4. Código Identificador Iphan

DEPAM/2010 – 28


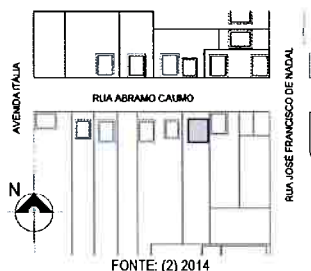


2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade	2.5.Código Postal
RS	Santa Tereza	Centro Histórico	95.715-000
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)			
R. Abramo Caumo, 242			

2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE		3.1. Identificação do Proprietário
Latitude	29°10' S		Pública	Josefina Elisa Vignatti
Longitude	51°44' O	x	Privada	3.2. Contatos
Altitude [m]	80		Mista	(54) 3456.1376 (com Osmar Casagrande)
Erro Horiz. [m]			Outra	

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual		Municipal/ individual
4.1 Classificação					Municipal/ conjunto		Municipal/ conjunto
Obra de Arquitetura					Entorno de bem protegido		Entorno de bem protegido
8.ESTADO DE PRESERVAÇÃO				9.ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
	Íntegro	x	Bom	6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
x	Pouco alterado		Precário	Pertence ao Núcleo Histórico			
	Muito alterado		Em arruamento	Tombado pela União, Edificação de Interesse constante na Relação DEPAM 2010.			
	Descaracterizado		Arruinado	Nenhuma			

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

 FONTE: (2) 2005	 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014
--	--	---	--

11.DADOS COMPLEMENTARES

11.1.Informações Históricas (síntese)
Localização conforme Mapa Geral: Quadra 14, Lote 75. FONTES / CRÉDITOS: (1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988. (2) Acervo IPHAN-RS, Ano. (3) Publicado na internet, Autor, Ano.
11.2.Outras informações (especializadas, temáticas...)



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Josefina Elisa Vignatti (38)

1.4. Código Identificador Iphan

DEPAM/2010 – 28

Construção com um pavimento principal em madeira, telhado com quatro águas em telha francesa e beiral.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	14/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa da Cooperativa Santa Tereza (39)

1.4. Código Identificador Iphan

DEPAM/2010 – 29

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade	2.5.Código Postal
RS	Santa Tereza	Centro Histórico	95.715-000
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)			
R. Abramo Caumo, 248			

2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE	
Latitude	29°10' S		3.1. Identificação do Proprietário
Longitude	51°44' O	x	Privada
Altitude [m]	80		Mista
Erro Horiz. [m]			Outra
			(54) 3456.1157

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual		Municipal/ individual
4.1 Classificação					Municipal/ conjunto		Municipal/ conjunto
Obra de Arquitetura					Entorno de bem protegido		Entorno de bem protegido
8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO		6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
	Íntegro	x	Bom	Pertence ao Núcleo Histórico			
	Pouco alterado		Precário	Tombado pela União, Edificação			
x	Muito alterado		Em arruamento	de Interesse constante na Relação			
	Descaracterizado		Arruinado	DEPAM 2010.			

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)



FONTE: (2) 2005



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014



FONTE: (2) 2014

11.DADOS COMPLEMENTARES

11.1.Informações Históricas (síntese)

Localização conforme Mapa Geral: Quadra 14, Lote 178.

FONTES / CRÉDITOS:

- (1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.
- (2) Acervo IPHAN-RS, Ano.
- (3) Publicado na internet, Autor, Ano.

11.2.Outras informações (especializadas, temáticas...)



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa da Cooperativa Santa Tereza (39)

1.4. Código Identificador Iphan

DEPAM/2010 – 29

Construção com dois pavimentos em alvenaria, aberturas em madeira com vergas retas, telhado com quatro águas em telha de zinco e beiral com calha.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	14/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)
Casa de Nelson Finatto (40)

1.4. Código Identificador Iphan
DEPAM/2010 – 31


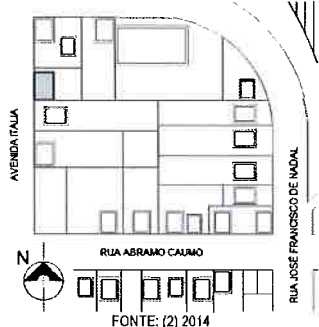
2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade
RS	Santa Tereza	Centro Histórico
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)		2.5.Código Postal
Av. Itália, 465		95.715-000

2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE	
Latitude	29°10' S		3.1. Identificação do Proprietário
Longitude	51°44' O	x	Nelson Finatto (Registro 1054)
Altitude [m]	80		3.2. Contatos
Erro Horiz. [m]			(54) 3456.1072

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual		Municipal/ individual
4.1 Classificação					Municipal/ conjunto		Municipal/ conjunto
Obra de Arquitetura					Entorno de bem protegido		Entorno de bem protegido
8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO		6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
	Íntegro	x	Bom	Pertence ao Núcleo Histórico			
	Pouco alterado		Precário	Tombado pela União, Edificação			
x	Muito alterado		Em arruamento	de Interesse constante na Relação			
	Descaracterizado		Arruinado	DEPAM 2010.			

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

 FONTE: (2) 2005	 FONTE: (2) 2014	
--	--	--

11.DADOS COMPLEMENTARES

11.1.Informações Históricas (síntese)
 Localização conforme Mapa Geral: Quadra 15, Lote 364.
 FONTES / CRÉDITOS:
 (1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.
 (2) Acervo IPHAN-RS, Ano.
 (3) Publicado na internet, Autor, Ano.

11.2.Outras informações (especializadas, temáticas...)



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa de Nelson Finatto (40)

1.4. Código Identificador Iphan

DEPAM/2010 – 31

Construção com um pavimento e um porão em alvenaria, aberturas em madeira com vergas retas, telhado com quatro águas em telha de zinco e beiral com calha.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	15/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa de Mara Valduga Milani (41)

1.4. Código Identificador Iphan

DEPAM/2010 – 33


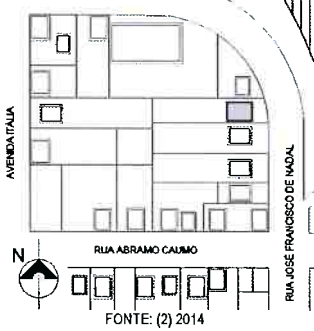






2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade	2.5.Código Postal
RS	Santa Tereza	Centro Histórico	95.715-000
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)			
Rua José Francisco de Nadal, 438			

2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE		3.1. Identificação do Proprietário	
Latitude	29°10' S		Pública	Mara Valduga Milani (Registro 47202)	
Longitude	51°44' O	x	Privada	3.2. Contatos	
Altitude [m]	80		Mista	(54) 3456.1007	
Erro Horiz. [m]			Outra		

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual		Municipal/ individual
4.1 Classificação					Municipal/ conjunto		Municipal/ conjunto
Obra de Arquitetura					Entorno de bem protegido		Entorno de bem protegido
8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO			Nenhuma		Nenhuma
	Íntegro	x	Bom	6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
x	Pouco alterado		Precário	Pertence ao Núcleo Histórico Tombado pela União, Edificação de Interesse constante na Relação DEPAM 2010.			
	Muito alterado		Em arruinamento				
	Descaracterizado		Arruinado				

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

 FONTE: (2) 2005	 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014
 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014



1. IDENTIFICAÇÃO		
1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)		
Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha		
1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)		
Gestão de Áreas Urbanas		
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)		1.4. Código Identificador Iphan
Casa de Mara Valduga Milani (41)		DEPAM/2010 – 33
11.DADOS COMPLEMENTARES		
11.1.Informações Históricas (síntese)		
<p>Localização conforme Mapa Geral: Quadra 15, Lote 157.</p> <p>FONTES / CRÉDITOS:</p> <p>(1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.</p> <p>(2) Acervo IPHAN-RS, Ano.</p> <p>(3) Publicado na internet, Autor, Ano.</p>		
11.2.Outras informações (especializadas, temáticas...)		
<p>Construção com um pavimento principal em madeira e um porão em alvenaria, aberturas em madeira com vergas retas, telhado em três volumes com quatro águas em telha francesa e beiral com calha.</p>		
12. PREENCHIMENTO		
12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	15/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa de Vitor Tosi (42)

**1.4. Código Identificador Iphan
DEPAM/2010 – 34**

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF 2.2.Município 2.3.Localidade

RS Santa Tereza Centro Histórico

2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento) 2.5.Código Postal

Rua José Francisco de Nadal, 426 95.715-000

2.6.Coordenadas Geográficas **3.PROPRIEDADE**

Latitude 29°10' S Pública 3.1. Identificação do Proprietário

Longitude 51°44' O Privada Renata Tosi

Altitude [m] 80 Mista 3.2. Contatos

Erro Horiz. [m] Outra (54) 3456.1049

4. NATUREZA DO BEM **5.CONTEXTO** **6.PROTEÇÃO EXISTENTE** **7. PROTEÇÃO PROPOSTA**

Bem arqueológico Rural Patrimônio mundial Patrimônio mundial

Bem paleontológico Urbano Federal/ individual Federal/ individual

Patrimônio natural Entorno preservado Federal/ conjunto Federal/ conjunto

Bem imóvel Entorno alterado Estadual/ individual Estadual/ individual

Bem móvel Forma conjunto Estadual/ conjunto Estadual/ conjunto

Bem integrado Bem isolado Municipal/ individual Municipal/ individual

4.1 Classificação Municipal/ conjunto Municipal/ conjunto Municipal/ conjunto

Obra de Arquitetura Entorno de bem protegido Entorno de bem protegido Entorno de bem protegido

8.ESTADO DE PRESERVAÇÃO **9.ESTADO DE CONSERVAÇÃO** **6.1. Tipo/ legislação incidente** **7.1 Tipo/ legislação incidente**


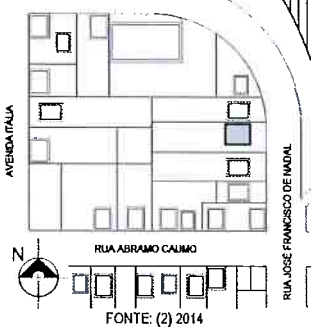




Íntegro Bom Nenhuma Nenhuma

Pouco alterado Precário Pertence ao Núcleo Histórico

Muito alterado Em arruamento Tombado pela União, Edificação de Interesse constante na Relação DEPAM 2010.

Descaracterizado Arruinado

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

 FONTE: (2) 2005	 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014
 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014		



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa de Vitor Tosi (42)

1.4. Código Identificador Iphan

DEPAM/2010 – 34

11.DADOS COMPLEMENTARES

11.1. Informações Históricas (síntese)

Localização conforme Mapa Geral: Quadra 15, Lote 135.

FONTES / CRÉDITOS:

(1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.

(2) Acervo IPHAN-RS, Ano.

(3) Publicado na internet, Autor, Ano.

11.2. Outras informações (especializadas, temáticas...)

Construção com um pavimento e um porão em alvenaria, aberturas em madeira com vergas retas, telhado com quatro águas em telha de zinco e beiral com calha.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	15/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa de Santo Finatto (43)

1.4. Código Identificador Iphan

DEPAM/2010 – 35

2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE


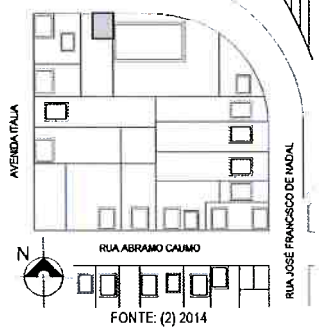


2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade	2.5.Código Postal
RS	Santa Tereza	Centro Histórico	95.715-000
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)			
Rua José Francisco de Nadal, 332			

2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE	
Latitude	29°10' S		3.1. Identificação do Proprietário
Longitude	51°44' O	x	Herdeiros de Santo Finatto
Altitude [m]	80		3.2. Contatos
Erro Horiz. [m]			(54) 3456.1037 (com Paulo Finatto)

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual		Municipal/ individual

4.1 Classificação		9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO		6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
Obra de Arquitetura		x	Bom	Pertence ao Núcleo Histórico			
3. ESTADO DE PRESERVAÇÃO			Precário	Tombado pela União, Edificação de Interesse constante na Relação DEPAM 2010.			
	Íntegro		Em arruamento				
x	Pouco alterado		Arruinado				
	Muito alterado						
	Descaracterizado						

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

 FONTE: (2) 2005	 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014
--	--	---	--

11.DADOS COMPLEMENTARES

11.1.Informações Históricas (síntese)
Localização conforme Mapa Geral: Quadra 15, Lote 34. FONTES / CRÉDITOS: (1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988. (2) Acervo IPHAN-RS, Ano. (3) Publicado na internet, Autor, Ano.
11.2.Outras informações (especializadas, temáticas...)



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa de Santo Finatto (43)

1.4. Código Identificador Iphan

DEPAM/2010 – 35

Construção com dois pavimentos em alvenaria, aberturas em madeira com vergas retas, telhado com quatro águas em telha francesa e beiral com calha.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	15/07/2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Canônica (44)

**1.4. Código Identificador Iphan
DEPAM/2010 – 36**


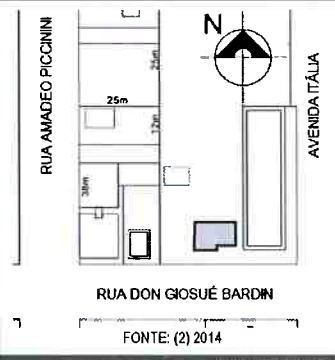


2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade
RS	Santa Tereza	Centro Histórico
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)		2.5.Código Postal
Rua Don Giosué Bardin, 409		95.715-000

2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE	
Latitude	29°10' S		3.1. Identificação do Proprietário
Longitude	51°44' O	x	Paróquia Santa Tereza
Altitude [m]	80		3.2. Contatos
Erro Horiz. [m]			(54) 3456.1052

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual		Municipal/ individual
4.1 Classificação					Municipal/ conjunto		Municipal/ conjunto
Obra de Arquitetura					Entorno de bem protegido		Entorno de bem protegido
8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO					
	Íntegro	x	Bom	6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
	Pouco alterado		Precário	Pertence ao Núcleo Histórico Tombado pela União, Edificação de Interesse constante na Relação DEPAM 2010.			
x	Muito alterado		Em arruamento				
	Descaracterizado		Arruinado				

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

 FONTE: (2) 2005	 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014
--	--	---	--

11.DADOS COMPLEMENTARES

11.1.Informações Históricas (síntese)
 Localização conforme Mapa Geral: Quadra 17, Lote 203.
 FONTES / CRÉDITOS:
 (1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.
 (2) Acervo IPHAN-RS, Ano.
 (3) Publicado na internet, Autor, Ano.

11.2.Outras informações (especializadas, temáticas...)



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Canônica (44)

1.4. Código Identificador Iphan

DEPAM/2010 – 36

Construção com um pavimento e um porão em alvenaria, aberturas em madeira com vergas retas, telhado com três volumes de quatro águas em telha de zinco e beiral com calha.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data	
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	15/07/2014	f



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Dorvalino Aldino Bolesina (45)

1.4. Código Identificador Iphan

DEPAM/2010 – 38


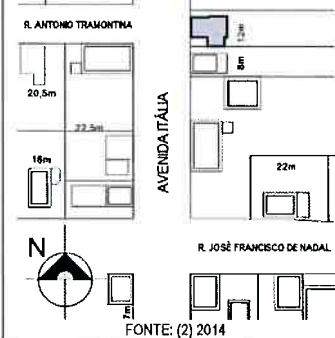




2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO/ OBJETO DE ANÁLISE

2.1.UF	2.2.Município	2.3.Localidade	2.5.Código Postal
RS	Santa Tereza	Centro Histórico	95.715-000
2.4.Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)			
Av. Itália, 381			

2.6.Coordenadas Geográficas		3.PROPRIEDADE		3.1. Identificação do Proprietário	
Latitude	29°10' S		Pública	Terezinha Bolesina (Transcrição 22970)	
Longitude	51°44' O	x	Privada	3.2. Contatos	
Altitude [m]	80		Mista	(54) 3456.1015	
Erro Horiz. [m]			Outra		

4. NATUREZA DO BEM		5.CONTEXTO		6.PROTEÇÃO EXISTENTE		7. PROTEÇÃO PROPOSTA	
	Bem arqueológico		Rural		Patrimônio mundial		Patrimônio mundial
	Bem paleontológico	x	Urbano		Federal/ individual		Federal/ individual
	Patrimônio natural		Entorno preservado	x	Federal/ conjunto		Federal/ conjunto
x	Bem imóvel		Entorno alterado		Estadual/ individual		Estadual/ individual
	Bem móvel		Forma conjunto		Estadual/ conjunto		Estadual/ conjunto
	Bem integrado		Bem isolado		Municipal/ individual		Municipal/ individual
4.1 Classificação					Municipal/ conjunto		Municipal/ conjunto
Obra de Arquitetura					Entorno de bem protegido		Entorno de bem protegido
8.ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9.ESTADO DE CONSERVAÇÃO		6.1. Tipo/ legislação incidente		7.1 Tipo/ legislação incidente	
	Íntegro	x	Bom	Pertence ao Núcleo Histórico			
	Pouco alterado		Precário	Tombado pela União, Edificação			
x	Muito alterado		Em arruamento	de Interesse constante na Relação			
	Descaracterizado		Arruinado	DEPAM 2010.			

10. IMAGENS (copiar quantas linhas forem necessárias)

 FONTE: (2) 2005	 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014
 FONTE: (2) 2014	 FONTE: (2) 2014	FONTE: (2) 2014	FONTE: (2) 2014



1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Recorte Territorial (Identificação da região estudada)

Região Uva e Vinho – Destino Indutor Bento Gonçalves – Município Induzido: Santa Tereza – Serra Gaúcha

1.2. Recorte Temático (Identificação do tema do estudo)

Gestão de Áreas Urbanas

1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)

Casa Dorvalino Aldino Bolesina (45)

1.4. Código Identificador Iphan

DEPAM/2010 – 38

11. DADOS COMPLEMENTARES

11.1. Informações Históricas (síntese)

Localização conforme Mapa Geral: Quadra 19, Lote 385.

FONTES / CRÉDITOS:

(1) Inventário do Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul - "próMemória" - 10a. DR/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1988.

(2) Acervo IPHAN-RS, Ano.

(3) Publicado na internet, Autor, Ano.

11.2. Outras informações (especializadas, temáticas...)

Construção com um pavimento e um porão em alvenaria, aberturas em madeira com vergas retas, telhado com duas águas em telha de zinco e beiral com calha.

12. PREENCHIMENTO

12.1. Entidade	IPHAN-RS	12.2. Data
12.3. Responsável	Iran Fernando da Rosa, arquiteto.	15/07/2014



8.3 ANEXO 3: FICHA DE ANÁLISE DE NOVOS USOS (elaboração da autora)

As fichas de análise de novos usos desenvolvidas nesta pesquisa foram baseadas no modelo proposto por Varine (2013), sendo adaptadas e reestruturadas conforme os objetivos do estudo.

ANTIGA ESCOLA DE SANTA TEREZA	
Ficha: 01	Rua Antonio Tramontina, 102 (antiga Rua Tiradentes, 102)
<p>1. O que queremos fazer ou não fazer do elemento do patrimônio em questão?</p> <p>() conservação () restauração / reabilitação () adaptação uso () não é necessário fazer nada</p>	
<p>2. O conteúdo do patrimônio (forças e fraquezas)</p> <p>() boa integração na paisagem () acessibilidade () representatividade () pressão imobiliária () vulnerabilidade enchentes</p>	
<p>3. As limitações do patrimônio</p> <p>() culturais – respeito fachadas e paisagem () científicas – complexidade de restauro () legais – aprovação IPHAN () sociais – dificuldade de empreendedores () econômicas – investimento inicial</p>	
<p>4. Inventário crítico de usos possíveis</p> <p>() cultural – museu, memorial, espaço multicultural () apoio atividade turística (hotel, restaurante, café) () comercial (farmácia, padaria, mercado, artesanato) () institucional (órgãos públicos, educação) () moradia</p>	
<p>5. Escolher a nova vocação do patrimônio</p> <p>A ser realizado a partir de estudo de mercado, planilha de investimentos, identificação de parceiros, análise de riscos. Não cabe a este trabalho.</p>	
<p>6. Implantação da solução escolhida (responsabilidade investimento)</p> <p>() iniciativa privada isolada () iniciativa privada incentivada () iniciativa pública</p>	